



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

PEDRO HENRIQUE DE MEDEIROS BALENSIFER

**MERCADOS PARA VARIEDADES DE FEIJÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR:
CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE OU CAMINHOS PARA A
ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA?**

Recife - PE

2019

PEDRO HENRIQUE DE MEDEIROS BALENSIFER

**MERCADOS PARA VARIEDADES DE FEIJÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR:
CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE OU CAMINHOS PARA A
ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Profa. Dra. Irenilda de Souza Lima

Coorientadora: Profa. Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade

Recife - PE

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

B183m Balensifer, Pedro Henrique de Medeiros

Mercados para variedades de feijão da agricultura familiar:
conservação da agrobiodiversidade ou caminhos para
a especialização produtiva?/Pedro Henrique de Medeiros
Balensifer. – Recife, 2019.

184f. : il.

Orientadora: Irenilda de Souza Lima.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local, Recife, BR-PE, 2019.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Agricultura familiar 2. Mercados 3. Feijão-comum
4. Sementes 5. Agrobiodiversidade 6. Especialização produtiva
I. Lima, Irenilda de Souza, orient. II. Título

CDD 303.44

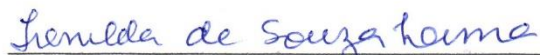
PEDRO HENRIQUE DE MEDEIROS BALENSIFER

**MERCADOS PARA VARIEDADES DE FEIJÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: CONSERVAÇÃO DA AGROBIODIVERSIDADE OU CAMINHOS
PARA A ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA?**

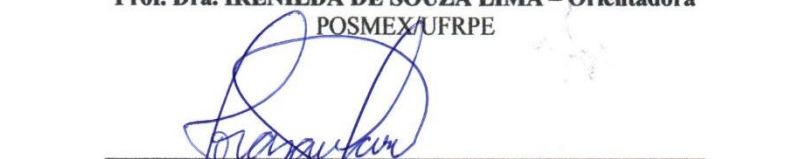
LINHA DE PESQUISA: Extensão Rural para o Desenvolvimento Local

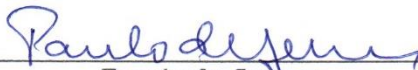
DATA DE APROVAÇÃO: 28 de junho 2019

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. IRENILDA DE SOUZA LIMA – Orientadora
POSMEX/UFRPE

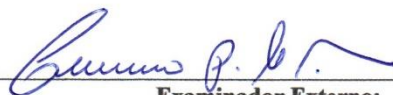

Prof. Dra. HORASA MARIA LIMA DA SILVA ANDRADE - Coorientadora
UAG/UFRPE



Examinador Interno:
Prof. Dr. PAULO DE JESUS
POSMEX/UFRPE



Examinador Externo:
Dr. ANTÔNIO FÉLIX DA COSTA
Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA



Examinador Externo:
Prof. Dr. LUCIANO PIRES DE ANDRADE
UAG/UFRPE

DEDICATÓRIA

Aos guardiões e guardiãs de sementes que resistem nas tradições camponesas cuidando do alimento, da vida e das raízes da história da agricultura do mundo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pelas oportunidades e realizações. A Jesus e toda espiritualidade maior e aos mentores de luz pela proteção, orientação, sabedoria e inspiração para nossa evolução individual e coletiva e a todos e todas que compartilham trabalhos e doação na minha corrente doutrinária religiosa, o Vale do Amanhecer.

A minha eterna mestra, educadora e professora de longas datas, Irenilda de Souza Lima, por fazer parte da minha formação profissional e pessoal, pelo incentivo à minha inscrição no processo seletivo do mestrado no ano de 2016 e pelos seus ensinamentos na orientação desse trabalho.

A minha mestra, educadora e professora dos dias de hoje, Horasa Andrade, por ter me reiniciado de volta à academia, por nossa amizade e parcerias de trabalho e pelas brilhantes contribuições na coorientação desse trabalho.

À banca examinadora deste trabalho: ao Prof. Paulo de Jesus pelos ensinamentos de muito tempo, por ser um dos meus educadores e pela pessoa humana que sempre se mostrou diante de nós. Ao meu colega do Instituto Agrônomo de Pernambuco Antônio Félix da Costa pela amizade e parcerias de pesquisa e extensão. Ao Prof. Luciano Andrade pelo incentivo, apoio e companheirismo nos trabalhos no Agreste Meridional de Pernambuco. Fico muito grato a todos por aceitarem o convite de avaliar e contribuir com esse trabalho.

A minha Mãe Dona Marta e ao meu Pai Seu Afonso, aos meus irmãos Cristiane e Tiago pelo apoio e torcida pelo meu sucesso nessa etapa.

A minha esposa Juliane Lima, pelos conselhos, reflexões, ensinamentos e principalmente pela paciência e amor para comigo em todos os momentos de nossa convivência. Você tem mudado pra melhor a minha vida.

Ao nosso filho Isaac Daniel, a minha enteada/filha Serena Lima e a minha Tia Lena pelo convívio, apoio e todo o suporte e abrigo, em especial no primeiro ano de estudos do mestrado para o cumprimento das disciplinas do Programa. A minha sogra Nina Lima, minhas cunhadas Ana e Janaína, a Tia Lia, e a todos os que fazem a família Lima.

A todos e todas professores e funcionários que compõem o Posmex/UFRPE, em especial Irenilda Lima, Maria Rita Machado, Paulo de Jesus, Laetícia Jalil, Francisco Caporal, Maria Luiza Pires (Milu), Sallet Tauk, Márcia Paraíso e Shirley por todo apoio, doação e ensinamentos para nossa formação acadêmica.

A todo(a)s os amigo(a)s, pessoas humanas, incríveis e maravilhosas, que estudaram comigo, que tive a oportunidade de conhecer e que me fizeram crescer, aprender e amadurecer

mais ainda como ser humano: Dani Rodrigues, Wallace de Medeiros, Amália Marques, Maria Clara, Jô Maria, Maria Emília, Glauce de Medeiros, Nara Pinilla, Rafael Dantas, Alexandre Dutra, Alberto Castro, Zé Henrique Mota, Santiago Matos, Ylka Oliveira, Sílvio, Patrícia Bispo, Flávia, Rebeca e Éder. E a(o)s aluna(o)s especiais que tive oportunidade de dividir disciplinas e pela grande amizade construída: Juliana Moraes, Maitê Maronhas, Pollyana Martina, Laudence, Patrícia Lyra, Solô Paiva, Vlademir, Ita Porto, Túlio e Júlio.

Aos amigos e amigas contribuintes desta pesquisa, Paulo Mota e Antônio Teixeira (Coopaf/GTG do Feijão), Geraldo Alves (IPA), Zezé Tubeba (Sítio Jenipapo), Dui (Sítio Cruz), Hilton (Lajedo), Natália Almeida (Grupo Interabio – USP/ESALQ), Alineáurea (Embrapa Semiárido), Lucas Talvani, Lucas Henrique e Andreza (Núcleo Agrofamiliar – UAG/UFRPE) e a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente com a realização desse trabalho, meu muito obrigado!

A todos e todas que fazem a Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede SEMEAM), agricultores e agricultoras, técnicos, professores, coordenação, membros e parceiros pelo empenho e carinho para com esse importante trabalho de conservação da nossa agrobiodiversidade e das nossas sementes.

A todos e todas colegas do Instituto Agrônomo de Pernambuco, em especial o(a)s extensionistas rurais do Grupo de Estudos, Sistematização e Metodologia em Agroecologia do IPA – GEMA/IPA: Nayra Oliveira, Silvana Lemos, Milze Luz, Ana Paula, Ramon Bezerra, Gerlúcio Moura, Gustavo Jonnas, Carlos Possídeo, Mônica Nunes e Conceição Martiniano por fortalecerem uma extensão rural agroecológica e comprometida com nossos agricultores e agricultoras.

RESUMO

O feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.) é um dos principais produtos da agricultura familiar do Brasil e apresenta grande diversidade de variedades cultivadas *in situ*, o que diverge da cadeia produtiva do feijão que busca a especialização produtiva em poucas variedades. O objetivo geral deste trabalho é analisar os mercados para variedades de feijão da agricultura familiar e identificar se há diversificação ou especialização produtiva na perspectiva da conservação das variedades crioulas. Ainda, são objetivos específicos, descrever os mercados e canais de comercialização, o destino da produção, identificar as contribuições das organizações sociais dos agricultores para o desenvolvimento local e as influências dos mercados na produção e consumo de feijão. Esta pesquisa é de caráter qualitativo com dados quantitativos para ilustração e foi desenvolvida em cinco municípios do Agreste Meridional de Pernambuco, no conhecido “território do feijão”. Para a coleta de dados foram utilizados os métodos de entrevista semiestruturada, observação direta e análise documental. No decorrer da pesquisa foram realizadas 50 entrevistas cujos dados obtidos foram analisados com uso de frequência simples e apresentados em gráficos, tabelas e imagens. Foi constatado que os mercados e canais de comercialização para produção de feijão são insuficientes para o escoamento adequado e para uma boa remuneração dos agricultores familiares, tendo apenas as feiras de feijão dos municípios como quase único canal disponível aos agricultores para a comercialização. As feiras de feijão são dominadas por atravessadores que compram a produção geralmente a preços baixos. O feijão produzido no Agreste Meridional segue diversas rotas e destinos, abastecendo principalmente cidades e estados do Nordeste. O desenvolvimento local a partir da cadeia produtiva do feijão conta com atores importantes como a Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar e as Casas e Bancos Comunitários de Sementes, organizações sociais dos agricultores que vêm trabalhando na busca de melhores condições produtivas, econômicas e organizacionais. O mercado tem influenciado a cadeia do feijão, induzindo a especialização produtiva desta atividade, não promovendo a comercialização da diversidade de variedades mas buscando junto aos agricultores, especialmente, a produção de feijão preto e carioca, variedades que são amplamente empacotadas no território. Este processo vem contribuindo para a perda de variedades crioulas e tradicionais de feijão do território. Sugere-se a busca e formação de mercados alternativos e locais para o escoamento da produção diversificada e agroecológica no Agreste Meridional de Pernambuco.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Especialização produtiva. Feijão comum. Mercados. Sementes crioulas.

ABSTRACT

The common bean (*Phaseolus vulgaris* L.) is one of the main products from Brazil's family farming and they present a great diversity of varieties cultivated in situ, what diverges from the bean production chain that seeks the productive specialization in few varieties. The general objective of this work is to analyze the markets for family farming's bean varieties and to identify if there is diversification or productive specialization from the conservation's perspective of the landrace varieties. Also, specific objectives are to describe markets and commercialization channels, the production's destination, identify the contributions of farmers' social organizations to local development and market influences on bean production and consumption. This research is of qualitative character with quantitative data for illustration and was developed in five cities of the Southern Agreste of Pernambuco in the well-known "bean territory". For data collection, the methods of a semi-structured interview, direct observation, and documentary analysis were used. During the research, 50 interviews were performed, whose data were analyzed using simple frequency and presented in graphs, tables, and images. It has been found that markets and commercialization channels for bean production are insufficient for adequate outflow and good remuneration for family farmers, having just cities' bean fairs being almost the only channel available to farmers for commercialization. Bean fairs are dominated by middlemen who buy what is produced usually at low prices. Bean produced in Southern Agreste follows several routes and destinations, supplying mainly cities and states of the Northeast. Local development from the bean production chain counts with important actors such as the Family Farm Producers' Cooperative and the communitarian seed houses and banks, social organizations of the farmers that have been working in search of better productive, economic and organizational conditions. The market influenced the bean chain, inducing the productive specialization of this activity, not promoting the commercialization of diversity of varieties, but looking for, together with the farmers, especially the production of black beans and carioca, varieties that are widely packaged in the territory. It is suggested the search and formation of an alternative and local markets for the outflow of the diversified and agroecological production in the Southern Agreste of Pernambuco.

Keywords: Familiar farming. Productive specialization. Common bean. Markets. Landrace seeds.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa geográfico com limites dos municípios da mesorregião do Agreste Meridional de Pernambuco.....	26
Figura 02. Frequência de citação dos principais cultivos dos agricultores familiares participantes da pesquisa	49
Figura 03. Novas variedades de feijões catalogadas durante a pesquisa.....	54
Figura 04. Variedades de feijão mais plantadas pelos agricultores entrevistados.....	56
Figura 05. Fotos das variedades de feijão mais plantadas pelo agricultores pesquisados.....	57
Figura 06. Casa Comunitária de Sementes do Sítio Jenipapo em Canhotinho	67
Figura 07. Fachada da sede da Associação Comunitária Nova Vida, Sítio Cruz.....	68
Figura 08. Atividades do grupo de associados do Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz	69
Figura 09. Galpão-sede da Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – Coopaf em São João.....	71
Figura 10. Infraestrutura da sede da Coopaf	73
Figura 11. Exemplo de fluxograma para beneficiamento do feijão	76
Figura 12. Layout da embalagem criada pela Cooperativa para a marca “Feijão Coopaf”. ...	77
Figura 13. Características de propriedades que trabalham com circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos.....	100
Figura 14. Feijão orgânico da Apecol de Piratini.....	110
Figura 15. Feijão agroecológico da sementes da paixão da Paraíba	112
Figura 16. Banca do Projeto Jucati Sustentável na Agrofeira Territorial em Garanhuns.	113
Figura 17. Feijões crioulos sendo comercializados na Agrofeira.....	113
Figura 18. Fachadas das Ceasas Municipais	117
Figura 19. Área interna da Central de Abastecimento de Lajedo (Ceala) no corredor do grãos e cereais.	119
Figura 20. Área interna da Central de Abastecimento de Capoeiras (Ceaca)	119
Figura 21. Boxes da Central de Abastecimento de Lajedo (Ceala) com venda de feijão para consumidores finais.	120
Figura 22. Transporte de feijão dos agricultores	121
Figura 23. Furador para coleta de amostra de feijão.	122
Figura 24. Sequência de coleta de amostra de feijão com furador.	122
Figura 25. Fluxograma da cadeia produtiva do feijão no Agreste Meridional.....	124
Figura 26. Localização da rua da Feira do Feijão de Lajedo.....	130
Figura 27. Atividades do município de Lajedo	131
Figura 28. Comércio de feijão na Feira de Capoeiras.	132
Figura 29. Localização da rua da Feira do Feijão de Capoeiras.....	133

Figura 30. Feira de Feijão de São João.....	134
Figura 31. Localização da área onde se realiza a Feira de Feijão de São João	134
Figura 32. Mapa das rotas de destino do feijão comum produzido no Agreste Meridional de Pernambuco.	136
Figura 33. Empacotadoras/marcas de feijão do município de Lajedo.....	147
Figura 34. Feijão 7 Colinas variedade mulatinho.....	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Quadro-resumo da amostra de entrevistados durante a pesquisa.	29
Tabela 02. Codificação dos entrevistados.	31
Tabela 03. Perfil social e produtivo dos agricultores participantes da pesquisa.	49
Tabela 04. Perfil social dos atravessadores entrevistados e aspectos de sua atividade comercial.	51
Tabela 05. Respostas dos agricultores e atravessadores sobre as motivações de uso de determinadas variedades para autoconsumo e/ou comercialização.	52
Tabela 06. Nomes populares de variedades de feijão encontradas no Agreste Meridional de Pernambuco.	53
Tabela 07. Levantamento de novas variedades crioulas de feijão encontradas no Agreste Meridional.	53
Tabela 08. Casas e Bancos Comunitários de Sementes do Agreste Meridional de Pernambuco.	65
Tabela 09. Levantamento de variedades em estoque da Casa de Sementes do Sítio Jenipapo em Canhotinho.	67
Tabela 10. Levantamento de variedades em estoque do Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz em Garanhuns.	70
Tabela 11. Instituições e organizações filiadas à Rede SEMEAM.	79
Tabela 12. Aquisições de empresas nacionais de sementes por empresas transnacionais.	93
Tabela 13. Principais municípios produtores de feijão comum no Brasil de acordo com modelo de agricultura.	107
Tabela 14. Faixa de preços pagos pelos atravessadores para o saco de 60 kg de feijão por variedade.	126
Tabela 15. Custo de produção dos agricultores familiares para produção 1 ha de feijão.	127
Tabela 16. Custo de produção por saco (60 kg) para quatro variações de produtividade.	128
Tabela 17. Municípios com feira de feijão e dia da semana de realização da feira.	129
Tabela 18. Praças de consumo indicando as variedades mais consumidas por território ou estado.	137
Tabela 19. Lista de variedades mais compradas no passado e na atualidade segundo entrevistas aos atravessadores	139
Tabela 20. Variedades de feijão por nível de absorção/aceitação no comércio.	141
Tabela 21. Aspectos da agricultura tradicional e de uma agricultura com especialização produtiva.	142
Tabela 22. Cultivares melhoradas de feijão introduzidas em cultivos do Agreste Meridional.	145
Tabela 23. Opinião quanto ao sabor de variedades cultivadas no Agreste Meridional.	149
Tabela 24. Nomes de marcas de feijão do Agreste Meridional de Pernambuco.	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR-MG – Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais
AF – Agricultores Familiares
APECOL - Associação dos Produtores Ecológicos Conquista da Liberdade
ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro
AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BCS – Banco Comunitário de Sementes
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB – Convenção da Diversidade Biológica
CEACA – Central de Abastecimento de Capoeiras
CEALA – Central de Abastecimento de Lajedo
CEASA – Central de Abastecimento Municipal
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil,
COOPAF – Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar - São João-PE
EMATER – Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
GEMA/IPA – Grupo de Estudos, Sistematização e Metodologia em Agroecologia do IPA
GTG – Grupo Territorial de Governança
IAC – Instituto Agrônomo de Campinas
IBD - Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP – Movimento Camponês Popular
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB),
OGM's – Organismos Geneticamente Modificados
ONG – Organização Não Governamental
OPAC - Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC)
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRORURAL – Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PTRP – Plano Territorial da Rede Produtiva
RD's – Regiões de Desenvolvimento
REAGRO – Rede Agreste de Agroecologia
Rede SEMEAM – Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco
RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudanças
RNC – Registro Nacional de Cultivares
SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SINAC – Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento

SISCLAF – Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária

STR's – Sindicatos de Trabalhadores Rurais

UAG/UFRPE – Unidade Acadêmica de Garanhuns da Universidade Federal Rural de Pernambuco

UGT – Unidade Geral Territorial

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNICATADORES - Cooperativas do Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Material Reciclável

UNICOPAS - União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

UNISOL Brasil - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
METODOLOGIA	25
(i) A área de estudo.....	25
(ii) Do tipo da pesquisa, dos instrumentos de coleta de dados e da formação da amostra ...	26
(iii) A análise dos dados.....	31
1. CAPÍTULO I - AGRICULTURA FAMILIAR, AGRICULTURA CAMPONESA, AGROBIODIVERSIDADE E SEMENTES CRIOULAS	33
1.1 Agricultura familiar e agricultura camponesa: conceitos e reflexões.....	33
1.2. Sementes crioulas da agrobiodiversidade, domesticação do feijão comum (<i>Phaseolus vulgaris</i> L.) e a erosão genética das variedades agrícolas.	37
1.3. Sementes crioulas e a legislação no Brasil	44
1.4. Agricultores familiares e aspectos da cultura do feijão comum: diversificação de cultivos e variedades de feijão no Agreste Meridional de Pernambuco	48
2. CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO LOCAL E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES: BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES, COOPERATIVISMO, REDES SOLIDÁRIAS E EXTENSÃO RURAL	59
2.1. Território, Desenvolvimento Territorial e Desenvolvimento Local	60
2.2. Associativismo e os Bancos Comunitários de Sementes (BCS).....	63
2.3. Descrição das organizações sociais dos agricultores familiares	66
2.3.1. A Casa Comunitária de Sementes do Sítio Jenipapo, Canhotinho-PE.....	66
2.3.2. O Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz, Garanhuns-PE.....	68
2.3.3. O cooperativismo na Cadeia Produtiva do Feijão: o caso da Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – COOPAF, São João - PE.....	70
2.3.3.1. O Programa Território Produtivo do Feijão	73
2.3.3.2. A experiência do GTG do Feijão e a Coopaf: caminhos para o desenvolvimento local	74
2.4. A Rede Semeam na promoção de uma extensão rural agroecológica e do desenvolvimento local	78
2.5. A importância do serviço de Extensão Rural para o Desenvolvimento Local	82
3. CAPÍTULO III – MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	86
3.1. Reflexões sobre mercados, canais de comercialização, diversificação e especialização produtiva na agricultura familiar	86
3.1.1. Mercados globais e a exclusão da agricultura familiar	91
3.1.2. Mercados de proximidade, mercados locais e os circuitos curtos de comercialização.....	98
3.2. A contribuição da Economia Solidária para a agricultura familiar.....	103

3.3. Alguns aspectos da produção, consumo e mercado de Feijão no Brasil	106
3.4. Experiências alternativas de comercialização de feijão	109
4. CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS MERCADOS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO PARA O FEIJÃO NO AGRESTE MERIDIONAL	115
4.1. Principais mercados e canais de comercialização para compra e venda de feijão dos agricultores familiares.....	115
4.1.1. Os mercados institucionais governamentais	116
4.1.2. Os mercados públicos ou Ceasas municipais	117
4.1.3. As Feiras de Feijão do Agreste Meridional.....	120
4.1.3.1. A Feira de Feijão de Lajedo	129
4.1.3.2. A Feira de Feijão de Capoeiras.....	131
4.1.3.3. A Feira de Feijão de São João	133
4.2. Destino da produção de feijão comercializado pelos agricultores nas feiras.....	134
4.3. O comércio das variedades de feijão e o caso do Feijão Carioca	139
4.3.1. As diversas variedades de feijão e o acesso destas ao comércio das feiras	140
4.4. A influência dos mercados na produção de feijão	142
4.5. A influência dos mercados no consumo de feijão	147
CONCLUSÃO.....	152
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICES	168

INTRODUÇÃO

As primeiras experiências de agricultura no mundo surgiram ao fim do período do paleolítico inferior, por volta de 12.000 anos a.C, quando a humanidade iniciou em diversas regiões do planeta o processo de domesticação de raças animais e vegetais, transformando as espécies até então selvagens em variedades agrícolas adaptadas ao manejo da agricultura. Estima-se que esse processo durou diversos milênios até que todas essas espécies se tornassem adaptadas aos mais variados locais de cultivo. A partir dos 6.000 anos a.C., o período conhecido como neolítico ou revolução neolítica, teve como principal acontecimento o surgimento da agricultura e da pecuária no mundo, permitindo o crescimento quantitativo dos agrupamentos humanos, que passaram a não mais depender exclusivamente da coleta e da caça, tendo como opção a agricultura para a obtenção de alimentos (MAZOYER; ROUDART, 2010; OHLWEILER, 1987).

Esta trajetória de milênios dos seres humanos junto aos recursos naturais, deram origem a variados agroecossistemas com ampla diversidade genética de espécies animais e vegetais e milhares de variedades intraespecíficas (dentro de uma mesma espécie). Os agroecossistemas são entendidos como uma construção social, resultado da interação e coevolução do ser humano com a natureza (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000), promovendo modificações em seu benefício e gerando, portanto, ecossistemas agrícolas antropizados. Esses ecossistemas sofreram a intervenção humana com o objetivo de se garantir segurança alimentar e nutricional com alimentos diversificados, utensílios como vestimentas (pela domesticação do algodão e outras fibras) e madeira, além de remédios naturais obtidos pelos princípios ativos de plantas.

Dessa maneira, durante muito tempo, foram mantidas por povos tradicionais e comunidades rurais de agricultores camponeses, milhares de variedades agrícolas de culturas como milho, feijão, trigo, aveia, batata, soja, hortaliças, frutas, entre muitas outras, compondo a agrobiodiversidade local das muitas regiões do mundo. Portanto, na agricultura familiar, as sementes, conservadas e manejadas pelos agricultores a partir de vários ciclos de cultivo e seleção dentro do mesmo agroecossistema ou comunidade, podendo muitas delas existirem há diversas gerações familiares, são conhecidas como sementes locais, crioulas ou sementes tradicionais. Em virtude do tempo que coexistem junto a esses grupos sociais, guardam valor histórico e passam a fazer parte das tradições locais, festas e rituais (MACHADO; MACHADO, 2009; MAICÁ, 2013), o que as difere das sementes comerciais melhoradas, híbridas ou transgênicas comercializadas por empresas públicas e privadas da agricultura. Além de não se conhecer sua origem, em termos de identidade e local, muitas sementes comerciais, são

inadequadas e/ou proibidas para se guardar para posterior plantio, pois estão sujeitas a mecanismos de proteção e patentes obrigando os agricultores a nova aquisição em cada safra conforme a legislação vigente (ANDRIOLI; FUCHS, 2012).

Dentro do universo das sementes crioulas podemos destacar a cultura do feijão, domesticada nas américas e atualmente cultivada e consumida em aproximadamente 100 países do mundo, em sua maioria com sementes locais, sendo essencial para a garantia da segurança alimentar de diferentes povos. Entretanto, 75% da produção de feijão mundial é proveniente de apenas sete países, com destaque para Brasil, China, Estados Unidos e México, sendo o Brasil o terceiro maior produtor, representando 12% da produção mundial (CONAB, 2015; CONAB, 2018). Assim como em outros países produtores, o feijão produzido no Brasil é praticamente todo destinado ao mercado interno, uma vez que este faz parte dos hábitos alimentares das populações das diversas regiões do país. Além disso, o feijão carioca, principal tipo produzido no Brasil, é uma invenção nacional, sendo totalmente desconhecido em outros países, portanto, não é um produto exportado e nem importado. No Nordeste, segundo Prorural (2012), Pernambuco em 2010 ocupou a 3ª colocação na produção de feijão com 68.742 t, com destaque para as regiões do Sertão do Araripe com produção de feijão-caupi e do Agreste com feijão comum (PRORURAL, 2012).

O Agreste Meridional de Pernambuco é a maior região produtora de feijão comum do estado (CONAB, 2018), sendo assim, o Governo de Pernambuco, por intermédio do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural), elaborou no ano de 2012 o Plano Territorial da Rede Produtiva do Feijão, no âmbito do “Programa Territórios Produtivos”, dentro de uma política de fortalecimento da agricultura familiar. Este Programa teve como objetivo desenvolver redes territoriais de produção agrícola e pecuária, a partir das vocações e aptidões já existentes em cada território. Dessa forma, na ocasião, foram identificados 11 municípios do Agreste de Pernambuco (Meridional e Central) que mais produziam a cultura do feijão comum: Angelim, Calçado, Canhotinho, Garanhuns, Jucati, Jupi, Jurema, Lajedo e São João (Agreste Meridional), Ibirajuba e São Bento do Una (Agreste Central). O Programa reuniu esse conjunto de municípios, que corresponde a 24,1% da produção total de feijão do estado, passando a designá-lo como o “Território Produtivo do Feijão” (PRORURAL, 2012; MELO; SOUSA, 2017).

O Plano Territorial da Rede Produtiva do Feijão tem como estratégia o envolvimento das organizações sociais dos agricultores e outras entidades municipais como sindicatos de trabalhadores rurais (STR's) e conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS), num planejamento participativo de ações. O Plano visa estimular o trabalho

cooperativista no território, centralizado em torno da Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – Coopaf, como forma de se estabelecer uma unidade de compra, beneficiamento, empacotamento e comercialização do feijão produzido pelos agricultores.

Além da Coopaf, são organizações sociais de relevância no território as casas e bancos comunitários de sementes, recém criadas pelo Programa Sementes do Semiárido da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e também por iniciativa da Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco – Rede Semeam, amparado pelo serviço estadual de Extensão Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA. Os bancos comunitários de sementes têm aglutinado agricultores diversos em variadas comunidades rurais do território em torno da formação de estoques de sementes crioulas adaptadas às condições produtivas de suas localidades, garantindo a disponibilidade dessas em tempo certo para o plantio, por um baixo custo financeiro. Esses bancos de sementes têm sido também espaços de resgate do trabalho coletivo, da solidariedade e da ajuda mútua, servindo ainda como meio de discussão sobre as dificuldades enfrentadas pelas comunidades, em torno da agricultura e da vida em geral no meio rural.

Sobre os tipos de sementes cultivadas, das 16 variedades identificadas no território, 70% são de origem crioula e 30% comercial, entretanto a variedade mais cultivada é o feijão “carioquinha” (*Phaseolus vulgaris* L.), melhorada pelo IPA, classificada como semente comercial (PRORURAL, 2012). Entretanto, no território do Agreste Meridional, estudos mais recentes aprofundaram os levantamentos, apontando para a existência de 35 variedades crioulas de feijão comum cultivadas e conservadas por agricultores familiares, evidenciando a grande biodiversidade de variedades que ainda existem nestas comunidades rurais (BALENSIFER; SILVA; SOUZA, 2018).

Apesar do apelo comercial para a aquisição de sementes de empresas agrícolas e da existência de programas governamentais de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, com distribuição de sementes melhoradas na região, boa parte dos agricultores continuam exercendo seus cultivos com sementes crioulas, compondo as comunidades rurais da agricultura familiar e conservando até hoje a agrobiodiversidade local. Esse fato contribui para a continuidade dessas variedades nos agroecossistemas do mundo rural familiar, sendo sementes de diversas culturas, como feijões, favas, milhos, jerimums, batatas, mandiocas, macaxeiras, pimentas e etc. Este aspecto é explicado por Wanderley (2009) que aponta para o agricultor familiar contemporâneo como um sujeito social caracterizado por rupturas e continuidades, no que se refere ao modo de vida camponês. A autora explica que diante do processo de modernização da agricultura, os agricultores familiares se integraram mais ao modo de ser da agricultura moderna

(mercados, financiamentos bancários, uso de máquinas e insumos externos, e etc...), mas não perderam suas raízes camponesas. Ela exemplifica essa questão mostrando que esses agricultores mantêm a centralidade na reprodução social da família e a produção de alimentos para o auto-abastecimento de seus membros, evidenciando assim, formas de resistência diante da agricultura moderna e a manutenção de alguns dos aspectos principais da agricultura camponesa. Acrescentamos ainda à afirmação da autora, como elemento de resistência dos agricultores, a continuidade no uso de sementes crioulas e tradicionais nos cultivos de muitas famílias agricultoras do Agreste Meridional de Pernambuco.

Na agricultura familiar mercados e estratégias de comercialização direcionados para a agricultura familiar e suas especificidades, garantindo a valorização e manutenção das sementes crioulas, parecem ser escassos ou pontuais na atualidade. Mesmo com boas iniciativas para comercialização, a exemplo da criação de programas governamentais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), frequentemente os agricultores reclamam por melhores condições de comercialização dos seus produtos, já que nem todos conseguem acesso a políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar. Os agricultores continuam produzindo mas encontram dificuldades de obtenção de renda com seus produtos, especialmente pelos baixos preços pagos por intermediários, já que uma minoria tem acesso a mercados de venda direta ao consumidor. Assim, um dos grandes desafios para a produção da agricultura familiar consiste no quesito comercialização, principalmente das variedades crioulas.

Esse trabalho surgiu, portanto, como continuidade de outras pesquisas que vêm sendo realizadas no Agreste Meridional pelo autor, a partir do ano de 2012, e que têm servido para um maior conhecimento acerca da agrobiodiversidade e das variedades de sementes crioulas utilizadas por agricultores familiares e suas dinâmicas associadas, como métodos de conservação e armazenamento de sementes e autoconsumo familiar da produção crioula (BALENSIFER, 2014; BALENSIFER, 2015a; 2015b; BALENSIFER, *et. al.*, 2016; BALENSIFER; SILVA, 2016). Registramos também, que estes trabalhos de pesquisa vêm ocorrendo com apoio das atividades da Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco – Rede Semeam, em seus seminários e feiras de trocas de sementes, mas também no cotidiano das ações do serviço de Extensão Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco-IPA, por meio do Grupo de Estudos, Sistematização e Metodologia em Agroecologia – GEMA/IPA. Entretanto, mesmo diante dessas pesquisas, os temas da comercialização e dos mercados nos quais está inserida a produção crioula, constitui-se em algo ainda muito pouco estudado no território, sendo ao mesmo tempo um campo investigativo que se mostra com

muitos conflitos, sendo a temática de mercados para agricultura familiar um dos principais eixos de investigação deste trabalho.

A busca por mercados mais diversos e rentáveis para a produção da agricultura familiar nos direciona para as experiências de economia solidária que têm crescido significativamente no Brasil e em diversos países do mundo. Estas se constituem como formas alternativas e críticas às relações de mercado capitalistas baseadas na competição e no domínio por empresas privadas, entre elas grandes corporações transnacionais que têm provocado a destruição dos modos de produção locais e a drenagem da riqueza dos territórios rurais camponeses (PLOEG, 2008). Dessa maneira, conforme aponta Silva (2016), a economia solidária se constitui numa forma de economia que se diferencia da economia capitalista, por combinar lógicas de três formas de economia: mercantil, não-mercantil e não-monetarizada. A economia mercantil é aquela onde se vende e compra mercadorias por moeda corrente, mas no caso da economia solidária, se problematiza essa relação por meio da discussão do comércio e preços justos, tanto para produtores, como para consumidores, como se observa nas experiências das feiras agroecológicas. A economia não-mercantil se caracteriza pela presença do Estado como mediador, ocupando o lugar do mercado convencional, concentrando-se, por exemplo, em adquirir alimentos e redistribuí-los de uma forma verticalizada, numa relação econômica não-mercantil, como são os programas governamentais PAA e PNAE. Por fim, a economia não-monetarizada se põe em evidência naquela parte da produção dos agricultores destinada ao autoconsumo familiar e que geralmente não é contabilizada como geração de renda monetária. Esse tipo de economia oferece impacto positivo no orçamento familiar mensal, por se tratar de uma produção composta por itens alimentares que não serão comprados para o consumo da família, dentro de uma relação de economia mercantil, gerando, por sua vez, economia monetária.

Porém, em se tratando de agricultura familiar e suas relações com os mercados, essa não é apenas praticada sob a forma de economia solidária, mas se insere em diversos tipos de mercados. Uma tipologia de mercados acessados pela agricultura familiar no Brasil é apresentada por Schneider (2016), com quatro tipos de mercados: mercados de proximidade; mercados locais ou territoriais; mercados convencionais; e mercados públicos e institucionais. Estaremos adotando e nos aprofundando nessa tipologia no decorrer desse trabalho.

A palavra “mercado”, entretanto, pode ser entendida de outra maneira, mais voltada para o local do canal de comercialização, como no contexto dos estudos de etnobotânica onde a palavra “mercado” pode ser entendida como os:

lugares públicos destinados à venda de vários produtos, ao mesmo tempo em que são espaços de trocas e aquisição de informações culturais. Esses espaços são traços marcantes de uma determinada cultura ou sociedade por reproduzirem, em uma pequena dimensão, a diversidade cultural e biológica de uma região” (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010, p. 210).

Dentro deste contexto, encontramos as feiras de feijão do Agreste Meridional, espaços que existem em diversos municípios do território, onde ocorrem grande parte da comercialização do feijão dos agricultores familiares numa relação bastante verticalizada entre agricultores e atravessadores, que compram feijão num regime de atacado. Essas feiras são caracterizadas pela forte presença da cultura dos agricultores e “do interior”, com a venda de produtos de uma agricultura familiar tradicional, que ainda resiste conservando valores e uma diversidade cultural e biológica marcante. As feiras de feijão possuem relações próprias que passam pela reciprocidade, confiança, interconhecimento, mas também por um política de preços e um certo processo de concorrência que está fora do alcance de controle e regulação dos agricultores.

A grande biodiversidade de variedades de feijões existentes no território, observadas em parte no comércio das feiras, porém mais ainda nas propriedades dos agricultores, é algo que necessita de maior estudo e compreensão por terem sido conservadas até os dias atuais. Muitas dessas variedades atualmente são apenas encontradas nas propriedades dos agricultores familiares, não chegando aos consumidores dos centros urbanos e das grandes cidades. Através do manejo contínuo, que é realizado na condição *on farm* (na propriedade rural) e *in situ* (na comunidade local de ocorrência comum), muitas dessas variedades são melhoradas naturalmente ano após ano por meio de uma interação direta com o meio ambiente em que são cultivadas, vindo a adquirir melhor adaptação e determinado grau de resistência a pragas, doenças e mudanças climáticas. No entanto, o mercado do sistema agroalimentar mundial cada vez mais concentrado e atualmente oligopolizado por algumas poucas empresas, tem trazido como consequência a padronização dos alimentos e, conseqüentemente, a diminuição das variedades das culturas agrícolas (PLOEG, 2008; SANTILLI, 2009).

Nessa perspectiva, surgem perguntas importantes que nos ajudam a compreender melhor nosso problema de pesquisa. Em tempos de expansão do modelo agrícola das grandes cadeias produtivas e de circuitos longos de comercialização, como isso tem influenciado a produção de feijão da agricultura familiar do agreste meridional? Mesmo diante do notório processo de especialização produtiva que domina o campo brasileiro, por que os agricultore(a)s ainda continuam cultivando tantas variedades crioulas em suas propriedades? O que significam

essas variedades crioulas para estes agricultore(a)s? Todas essas variedades conseguem encontrar acesso nos mercados atualmente existentes na região? Como e onde está sendo comercializada essa produção? Esses espaços de comercialização são dentro do mercado convencional ou em espaços cooperativos e solidários e em que proporção? O que pensam os agricultore(a)s sobre o comércio de feijão da região? Esses se sentem satisfeitos ou não com a atual estrutura de comercialização vigente no território? Existem variedades que têm sido mais cultivadas para o consumo familiar e que não alcançam mercados? A população do Agreste Meridional tem se alimentado das variedades de feijão produzidas na região ou se alimentam de feijão proveniente de outras regiões que entram no território?

Enfim, essas e tantas outras perguntas que podem ser formuladas trazem inquietações e questionamentos acerca da dinâmica atual da chamada “cadeia produtiva do feijão do Agreste Meridional” com suas contradições e conflitos produtivos, econômicos, sociais e ambientais. Entende-se por cadeia produtiva do feijão como sendo o conjunto de etapas, elos e atores sociais que compõem a atividade de produção, comercialização, beneficiamento e consumo desse produto.

Nessa perspectiva, para fins desse estudo podemos definir como pergunta principal: os atuais mercados existentes para a comercialização de feijão têm contribuído para a manutenção e afirmação dos cultivos de variedades crioulas tradicionais como patrimônio e valor sociocultural da agricultura familiar e/ou camponesa? Portanto, para a resposta dessa pergunta definimos como objetivos desse trabalho de pesquisa:

Objetivo geral: Analisar os mercados para variedades de feijão da agricultura familiar e identificar se há diversificação ou especialização produtiva na perspectiva da conservação das variedades crioulas.

Objetivos específicos:

- Descrever os principais mercados e canais de comercialização para compra e venda de feijão dos agricultores familiares.
- Identificar o destino da produção de feijão comercializado pelos agricultores nas feiras dos municípios investigados.
- Identificar como as formas de organização social dos agricultores contribuem para o desenvolvimento local.
- Analisar entre os compradores que operam os canais de comercialização a preferência de compra por tipo de variedade;

- Verificar as influências dos mercados na produção e no consumo das variedades de feijão.

A pesquisa que deu origem à presente dissertação está relacionada com a linha de pesquisa *Extensão Rural para o Desenvolvimento Local* do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX/UFRPE e portanto, visa investigar em municípios componentes do “Território Produtivo do Feijão”, como acontece a comercialização da produção de feijão e como se configura esse mercado para todas as variedades conservadas tradicionalmente pelos agricultores.

A justificativa de realização desse estudo se firma na grande importância social, cultural e econômica que a cultura do feijão apresenta para muitas famílias de agricultores do Agreste Meridional de Pernambuco. Portanto, esse trabalho pretende colaborar com a análise dos processos de comercialização de feijão em função do desenvolvimento local das comunidades e municípios do território.

Para isso, são necessárias pesquisas para se compreender melhor os aspectos do funcionamento, dinâmicas e lógicas dos mercados para as variedades de feijão, com vistas a contribuir com o empoderamento de produtores locais, e com o surgimento de novos mercados que venham através da perspectiva do fortalecimento de uma organização social no âmbito territorial, que viabilize mercados mais favoráveis aos agricultores em termos de facilidade de acesso e remuneração, amparados por uma economia solidária, além da importância pela manutenção das tradições locais e da soberania e segurança alimentar e nutricional dessas populações.

Para a ciência, esse estudo pode se mostrar importante, no sentido de contribuir para compreender como o mercado regional de feijão se relaciona com o universo de variedades existentes no território, com a intenção da permanência e conservação dessas variedades nos agroecossistemas da região. A problemática posta é que muitos agricultores começam a restringir o uso das cultivares crioulas em detrimento daquelas de maior interesse comercial, promovendo um processo conhecido como erosão genética ou perda da biodiversidade agrícola, com o risco de desaparecimento de espécies e de suas variedades, fenômeno este desencadeado pela modernização da agricultura (SANTILLI, 2009).

Dessa forma, este estudo tem a intenção de contribuir com a conservação dos recursos genéticos locais, como patrimônio das comunidades, com sua importância ecológica e sociocultural. Ainda, para a ciência da agroecologia, é de muito interesse o estudo das formas tradicionais de manejo agrícola que usam sementes crioulas em agroecossistemas

diversificados, além da conservação dos conhecimentos e saberes tradicionais dos agricultores para as futuras gerações.

Enfim, são essas e outras análises necessárias, nas quais se justificam esse trabalho, que se colocam ainda para o subsídio e reorientação de programas e políticas públicas e uma melhor prestação dos serviços de pesquisa agropecuária e de assistência técnica e extensão rural na região do território do feijão.

METODOLOGIA

(i) A área de estudo

A pesquisa foi realizada na mesorregião do Agreste Meridional de Pernambuco, que se caracteriza economicamente pela produção de leite bovino, comércio, turismo, e atividades agrícolas. O maior destaque fica por conta da cultura do feijão, na qual o território é tido como o maior produtor do Estado (CONAB, 2018), com forte comercialização em feiras atacadistas de vários municípios na época da safra, que ocorre no 2º semestre de cada ano, principalmente com a comercialização de variedades de feijão carioca, preto e mulatinho. O Agreste Meridional é composto por 26 municípios (Figura 01) e tem uma população rural de 270.909 habitantes, sendo a maior parte formada por agricultores familiares (IBGE, 2010). No entanto, essa pesquisa realizou investigações em cinco municípios do território, destacados em vermelho: Canhotinho, Capoeiras, Garanhuns, Lajedo e São João (Figura 01).



Fonte: Elaborado pela Embrapa Semiárido a pedido do autor.

Figura 01. Mapa geográfico com limites dos municípios da mesorregião do Agreste Meridional de Pernambuco.

Esse trabalho teve exclusivamente como objeto de análise a conservação, produção, comércio e consumo de variedades de feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.), também conhecido como “feijão de arranca”, sendo essa espécie a mais produzida e a que dispõe do maior número de variedades cultivadas na área de estudo. O feijão comum difere de outra espécie de feijão também cultivado na região, porém em menor escala, conhecido pelos nomes de feijão de corda, macassar ou feijão-caupi (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.). No Agreste Meridional a safra do feijão de corda ocorre após a safra de feijão comum e as duas espécies apresentam diferenças na sua cultura, produção e comércio, não sendo, portanto, objetivo desse trabalho investigações em torno da espécie (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.)

(ii) Do tipo da pesquisa, dos instrumentos de coleta de dados e da formação da amostra

Essa é uma pesquisa exploratória e descritiva qualitativa com a obtenção de dados quantitativos para ilustração. Segundo Ochoa (2015), a pesquisa exploratória é muito utilizada para realizar um estudo no qual o objetivo principal é familiarizar-se com o fenômeno que está

sendo investigado, de modo que a pesquisa subsequente possa ser concebida com uma maior compreensão, entendimento e precisão.

A pesquisa descritiva qualitativa pode ser definida como um estudo para compreensão de objetos “em profundidade”, sendo-lhe atribuída a análise qualitativa das informações. O estudo qualitativo é realizado a partir de entrevistas individuais ou de discussões de grupos e sua análise é verticalizada em relação ao objeto de estudo. Dessa forma, nesse caso, entendemos que o objeto é mais importante do que a precisão estatística.

Foram instrumentos de coleta de dados, a observação direta dos processos, espaços e atores pesquisados, entrevistas com roteiro semi-estruturado e análise documental. A coleta de dados foi realizada, no período de abril a outubro de 2018, em torno dos seguintes campos investigativos: conservação das variedades de feijão, produção, comercialização, mercados, consumo e organização social dos agricultores.

Sobre os instrumentos de coleta de dados, o método da observação, segundo Stake (2011, p. 103-104), constitui-se em um dos métodos de pesquisa qualitativa mais comuns, por meio do qual se obtêm “informações que podem ser vistas, ouvidas ou sentidas pelo pesquisador [...]. A interpretação é parte da observação e continua a reformular o estudo durante sua realização.”

A finalidade na utilização de entrevistas serve para vários propósitos como: “obter informações singulares, ou interpretações sustentadas pela pessoa entrevistada; coletar uma soma numérica de informações de muitas pessoas; descobrir sobre ‘uma coisa’ que os pesquisadores não conseguiram observar por eles mesmos” (STAKE, 2011, p. 108). Nas entrevistas foram utilizadas questões fechadas e abertas. As questões abertas foram discursivas podendo haver ainda questões expositivas, definidas por Stake (2011) como uma pergunta que vem em si com uma afirmação, um dado, uma informação, uma história, na qual se leva o entrevistado a analisar, conseguir uma lembrança, uma interpretação ou emitir uma opinião.

Essa pesquisa foi direcionada para grupos específicos (compradores de feijão das feiras municipais, agricultores produtores de feijão que vendem nessas feiras, agricultores cooperados da Coopaf e etc.), de forma que para cada grupo de pesquisa foi elaborado um modelo de entrevista próprio com questões gerais, às vezes comuns para outros grupos, mas sempre também com questões específicas para cada grupo. Dados complementares foram obtidos por análise documental junto a materiais de apoio de instituições que prestam assistência aos agricultores do território, como IPA, PRORURAL e outros.

O tipo de amostragem desse trabalho é, segundo Ochoa (2015), uma “amostragem por conveniência”, técnica muito comum, que consiste em selecionar uma amostra da população

que seja acessível, ou seja, indivíduos empregados nessa pesquisa são selecionados porque eles estão prontamente disponíveis, não porque eles foram selecionados por meio de um critério estatístico. Esse tipo de amostragem é utilizada quando não temos acesso a lista completa dos indivíduos que formam a população (marco amostral), portanto, não sabemos a probabilidade de cada indivíduo ser selecionado para a amostra. A amostragem por conveniência é adequada e frequentemente utilizada para a geração de ideias em pesquisas exploratórias como uma base para a geração de hipóteses e insights e para estudos conclusivos, onde o autor aceita os riscos da imprecisão dos resultados do estudo.

Para a seleção dos participantes da pesquisa e composição da amostra, geralmente foi contactado previamente alguma “liderança” ou alguém “conhecido da comunidade” a ser pesquisada, de forma a abrir caminhos e gerar confiança e aproximação com os entrevistados. Assim, para os agricultores das feiras de feijão de Capoeiras, São João e Lajedo, para os agricultores cooperados da Coopaf e para os agricultores associados ao Banco Comunitário de Sementes do Sítio Jenipapo em Canhotinho, a obtenção das entrevistas foi intermediada por pessoas de conhecimento do público a ser investigado.

Na parte da pesquisa realizada junto aos agricultores do Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz em Garanhuns e junto à Diretoria da Coopaf, as entrevistas ocorreram sem intermediação de terceiros, pois se tratavam de grupos de conhecimento do autor. Para entrevistas das comissões gestoras dos bancos de sementes e da diretoria da Coopaf foram realizadas reuniões em grupo com entrevista coletiva única para cada grupo.

Para a realização das entrevistas com os atravessadores, foi efetuada uma adaptação do método de amostragem não-probabilística, conhecido como “bola de neve” ou “snow ball” (BAILEY, 1994 *apud* ALBUQUERQUE; LUCENA; LINS NETO, 2010). Esse método consiste em uma amostragem intencional ou por julgamento, ou seleção racional de informantes, para a qual se identificou um primeiro “especialista” daquele grupo específico (compradores de feijão) e esse indicou um segundo especialista e assim sucessivamente. As indicações sucessivas fizeram com que se chegasse ao número de informantes necessários para a composição da amostra, com relevância de informações e conhecimentos de causa, de forma a se compreender a dinâmica de trabalho e funcionamento do grupo dos atravessadores.

A adaptação do método “bola de neve” consistiu no fato em que não foram realizadas entrevistas até o início da repetição de respostas pelos entrevistados como recomenda o método, mas foram definidos um número de quinze entrevistas com atravessadores do território, o que nos pareceu representativo para o entendimento deste segmento componente da cadeia produtiva do feijão.

Os objetos de pesquisa: bancos comunitários de sementes, cooperativa e feiras de feijão, foram escolhidos por se tratarem de espaços que apresentam vínculos diretos com a cadeia produtiva do feijão, sendo, portanto, fundamentais de serem estudados e analisados sobre suas relações com a produção, organização dos agricultores, comercialização e consumo do feijão no Agreste Meridional de Pernambuco.

Dessa forma, foram entrevistados dez agricultores associados em Bancos Comunitários de Sementes, dez agricultores cooperados na Coopaf, doze agricultores que vendem feijão nas feiras, quinze atravessadores/compradores de feijão, além de três entrevistas em pequenos grupos (agricultores gestores dos bancos de sementes e diretoria da Cooperativa), completando assim o quantitativo de 50 entrevistas (tabela 01).

Os critérios de escolha dos indivíduos para composição da amostra foram a participação ativa nos espaços mencionados e o conhecimento e manejo com sementes crioulas e com a cultura do feijão, de forma que o tamanho da amostra composta por 50 entrevistas, pareceu representativa por contemplar os diversos grupos que compõem essa cadeia produtiva, uma vez que estamos tratando de um estudo muito mais qualitativo do que quantitativo. A seguir, na tabela 01, mostramos o quadro-resumo da amostra de indivíduos e dos grupos específicos de pesquisa.

Tabela 01. Quadro-resumo da amostra de entrevistas da pesquisa.

Grupos de pesquisa	Sub-grupos de pesquisa	Local da coleta de dados	Nº de entrevistas
Agricultore(a)s da Coopaf	Agricultore(a)s associados na Coopaf	Comunidades rurais do município de São João	10
Agricultore(a)s associados em Bancos Comunitários de Sementes	Agricultore(a)s da Casa de Sementes do Sítio Jenipapo	Sítio Jenipapo município de Canhotinho	5
	Agricultore(a)s do Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz	Sítio Cruz município de Garanhuns	5
Agricultore(a)s das feiras de feijão	Agricultore(a)s das Feiras de Feijão	Feiras de Capoeiras, Lajedo e São João	12
Atravessadores	Atravessadores compradores de feijão	Feiras de Capoeiras, Lajedo e São João	15
Agricultores Gestores da Cooperativa e dos Bancos Comunitários de Sementes	Diretores da Coopaf	Sede da Cooperativa no município de São João	1*
	Agricultores da Comissão Gestora da Casa de Sementes do Sítio Jenipapo em Canhotinho	Sítio Jenipapo município de Canhotinho	1**

	Agricultores da Comissão Gestora do Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz	Sítio Cruz município de Garanhuns	1***
Total da amostra			50 entrevistas realizadas

* entrevista coletiva com 7 diretores

** entrevista coletiva com 3 agricultores

*** entrevista coletiva com 4 agricultores

As entrevistas foram realizadas com auxílio de gravador e formulário impresso (Apêndices A, B, C, D, E e F), onde as informações, que por algum motivo não puderam ser anotadas na ocasião, ficaram disponíveis para audição posterior. O objetivo também da utilização de gravador foi registrar falas consideradas importantes para exemplificar e/ou elucidar questionamentos relacionados a pergunta e ao problema de pesquisa. Dessa forma, várias falas originais dos entrevistados foram utilizadas nesse trabalho como forma de contextualizar com os temas e questões que estamos tratando.

Para a descrição e análise dos mercados e canais de comercialização foram incluídas perguntas específicas nas entrevistas destinadas aos atravessadores e agricultores. Para o mapeamento do destino da produção de feijão vendida pelos agricultores nas feiras foram entrevistados os compradores dessas mercadorias de forma a se obter informações a respeito de quais regiões ou estados consomem o feijão produzido no Agreste Meridional ou para onde é entregue a produção adquirida pelo comprador. Esses mesmos compradores foram investigados quanto à quantidade comprada por variedade, com o auxílio de uma lista pré-elaborada com os nomes populares das variedades de feijão cultivadas no Agreste Meridional, conforme Balensifer, Silva e Souza (2018), e pelo estabelecimento de uma ordenação ou ranking (ALBUQUERQUE; LUCENA; ALENCAR, 2010) por quantidade comprada, a fim de se verificar a preferência de compra por tipo de variedade. Os atravessadores e agricultores foram também pesquisados para se identificar quais eram as influências dos mercados na produção e no consumo de feijão.

As formas de organização social consideradas na pesquisa, a Cooperativa e os Bancos Comunitários de Sementes, foram avaliadas quanto a sua contribuição para o desenvolvimento local, em trabalho com outros atores do território. Assim, os agricultores dessas organizações foram investigados com vistas a se obter informações de como esses estão se organizando para fazer a conservação das variedades, a produção e a venda do feijão, em quais tipos de mercados e canais de comercialização isso se realiza, além do levantamento do consumo de variedades de feijão por parte desses agricultores. Os outros agricultores entrevistados foram os participantes das feiras de feijão dos municípios, que não são associados à Coopaf e nem aos

Bancos de Sementes, e que também foram questionados quanto as suas formas de organização social e variedades usadas para o autoconsumo.

Os entrevistados foram codificados para preservação do sigilo da pesquisa de forma a não se saber quem foi o autor de determinada fala ou depoimento, conforme a Tabela 02, que apresenta os códigos dos entrevistados por grupos de pesquisa.

Tabela 02. Codificação dos entrevistados.

Denominação do entrevistado	Siglas
Agricultor(a) associado na COOPAF 1	ACOO1
Agricultor(a) associado na COOPAF 2	ACOO2
Agricultor(a) associado na COOPAF 3	ACOO3
Agricultor(a) associado no Banco Comunitário de Sementes 1	ABCS1
Agricultor(a) associado no Banco Comunitário de Sementes 2	ABCS2
Agricultor(a) associado no Banco Comunitário de Sementes 3	ABCS3
Agricultor(a) da Feira de Feijão 1	AFF1
Agricultor(a) da Feira de Feijão 2	AFF2
Agricultor(a) da Feira de Feijão 3	AFF3
Atravessador comprador de Feijão 1	ATV1
Atravessador comprador de Feijão 2	ATV2
Atravessador comprador de Feijão 3	ATV3
Diretor da COOPAF	DIRCOOP1
Diretor da COOPAF	DIRCOOP2
Diretor da COOPAF	DIRCOOP3
Agricultor(a) da Comissão Gestora do Banco Comunitário de Sementes	ACOMGEST1
Agricultor(a) da Comissão Gestora do Banco Comunitário de Sementes	ACOMGEST2
Agricultor(a) da Comissão Gestora do Banco Comunitário de Sementes	ACOMGEST3

(iii) A análise dos dados

No que se refere à análise e apresentação de dados, Pereira (2004) aponta que Miles e Huberman (1984) recomendam que dados qualitativos sejam apresentados na pesquisa por meio de representações visuais e não em modo narrativos e discursivos. As representações visuais buscam a redução de dimensionalidades, ou seja, o pesquisador procura obter uma medida geral da complexidade encontrada de forma a chegar em alguma conclusão para o determinado estudo.

Portanto, para a análise dos dados obtidos, buscamos a síntese das informações recolhidas na pesquisa, de forma que as respostas das entrevistas de cada grupo específico

foram tematizadas e categorizadas para serem representadas em frequências de respostas em representações visuais de gráficos e tabelas, como forma de auxiliar a interpretação dos dados (PEREIRA, 2004). Ainda utilizamos mapas, fotos e fluxogramas para ilustração e facilitação do entendimento dos resultados.

O referencial teórico da pesquisa está fundamentado por uma literatura, cujas referências vinham sendo estudadas nas disciplinas ofertadas pelo Programa e nos estudos individualizados realizados, com destaque para: agricultura familiar e agricultura camponesa (Nazareth Wanderley, Delma Neves, Van Der Ploeg); agrobiodiversidade e sementes crioulas (Altair Machado, Juliana Santilli, Mazoyer e Roudart e Vitor Toledo), mercados para agricultura familiar (Sergio Schneider, John Wilkinson e Paulo Niederle) e desenvolvimento local (Paulo de Jesus e Vanuza Ribeiro de Lima), entre outras contribuições de autores que compõem os capítulos a seguir.

Esse trabalho está estruturado em introdução e metodologia, seguido de quatro capítulos intitulados: *Capítulo I* - Agricultura familiar, agricultura camponesa, agrobiodiversidade e sementes crioulas; *Capítulo II* – Desenvolvimento local e organização social dos agricultores familiares: bancos comunitários de sementes, cooperativismo, redes solidárias e extensão rural; *Capítulo III* – Mercados para a agricultura familiar; *Capítulo IV* – Caracterização e análise dos mercados e canais de comercialização para o feijão no Agreste Meridional. Todos os capítulos foram escritos por meio de revisões de literatura e aportes teóricos com inserção de resultados da pesquisa para ilustração. No entanto, o capítulo IV concentra uma maior exposição de resultados com suas devidas análises. Após os capítulos, apresentamos a conclusão do estudo e as referências utilizadas no trabalho, seguidos dos apêndices.

1. CAPÍTULO I - AGRICULTURA FAMILIAR, AGRICULTURA CAMPONESA, AGROBIODIVERSIDADE E SEMENTES CRIOULAS

Nesse capítulo, para início da construção da linha de entendimento desse trabalho, vamos apresentar alguns temas teóricos nos quais a cadeia produtiva do feijão do Agreste Meridional está diretamente relacionada. Dessa maneira, faz-se necessária a compreensão de algumas questões para a ampliação do diálogo e de conceitos acerca da agricultura familiar, agricultura camponesa, agrobiodiversidade, sementes crioulas, domesticação das espécies vegetais e legislação brasileira aplicada às sementes crioulas. No final do capítulo apresentaremos alguns resultados da pesquisa que mostram relação com os temas aqui propostos. Iniciaremos com uma breve discussão sobre agricultura familiar e agricultura camponesa.

1.1 Agricultura familiar e agricultura camponesa: conceitos e reflexões

Dentro do debate acadêmico existem diferenças de concepção de diversos autores sobre “agricultores familiares” e “camponeses” e “agricultura familiar” e “agricultura camponesa.” Abaixo apresentaremos em síntese e de forma introdutória esse debate.

Iniciaremos com os aportes de Carvalho e Costa (2013), que explicam que são aspectos principais da agricultura camponesa a não busca de lucro, mas a reprodução social dos próprios membros da família, acessando de forma livre e autônoma os recursos da terra, da floresta e das águas. Desse modo, guarda forte relação com a vida comunitária, mediante interações com parentes, vizinhos e compadres, intercambiando informações sobre a agricultura, o que contribuem com as decisões familiares sobre o que fazer.

Na agricultura camponesa, o uso da terra ocorre de maneira direta pela família, em parceria com outras famílias vizinhas ou parentes ou arrendamento de lotes a terceiros. No uso da terra, os saberes e as experiências de produção são referências para os próximos ciclos produtivos, onde predomina a diversificação de cultivos e criações, gerando produtos para consumo direto da família ou para abastecimento alimentar da sociedade, com combinações entre produção, coleta e extrativismo (CARVALHO; COSTA, 2013).

Ainda, esses autores destacam que na agricultura camponesa, as práticas de produção e de vida, por vezes são impregnadas pela solidariedade comunitária, pelas crenças e por elementos da cultura patriarcal e valores religiosos, conjuntamente com a presença de relações afetivas e simbólicas com as plantas, os animais, as águas, os sítios da infância, com a paisagem

e com os tempos. A autonomia relativa perante o capital e o desenvolvimento de formas de resistência social e existência de um modo de vida próprio com identidade e cultura, da mesma forma, são aspectos importantes desse estilo de agricultura (CARVALHO; COSTA, 2013).

Nesse mesmo sentido, trazemos as contribuições de Toledo (1991), que compreende a agricultura camponesa com as seguintes características: (i) dotada de um alto grau de autossuficiência produtiva; (ii) a força de trabalho é familiar com um número mínimo de entradas externas; (iii) as principais fontes de energia na propriedade são humana e animal; (iv) não tem como objetivo o lucro, mas a reprodução da unidade doméstica; (v) utiliza pequenas propriedades de terra, relacionando-se diretamente com a natureza.

Analisando a agricultura camponesa em dias atuais num contexto de liberalismo econômico internacional, trazemos as contribuições de Ploeg (2009) que sinaliza sobre a importância desse tipo de agricultura dentro da agricultura mundial, reafirmando não só a sua continuidade, ao contrário da tese de que o campesinato iria desaparecer com a modernização do campo e com o avanço da agricultura industrial. Sobre a agricultura camponesa na contemporaneidade ele diz: “é enorme e indispensável sua contribuição para a produção de alimentos, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade e o desenvolvimento de modo geral” (PLOEG, 2009, p.17).

Segundo esse autor, são características da agricultura camponesa: (i) a luta atual por autonomia, interagindo com o mercado com uma produção onde apenas uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa; (ii) a produção camponesa é baseada numa relação de troca não-mercantilizada com a natureza; (iii) a agricultura camponesa é menos dependente dos mercados para o acesso a insumos e outros meios de produção sendo estes parte integrante do estoque disponível de capital ecológico, não sendo adquiridos nos mercados como acontece na agricultura empresarial e nestes aspectos a agricultura camponesa é autoabastecida (PLOEG, 2009).

Sobre a concepção do autor sobre o sujeito “camponês” este é entendido como sendo todos aqueles agricultores de base familiar que hoje lutam por autonomia e progresso num contexto de exploração, marginalização e dependência múltipla, perante o que ele chama de impérios alimentares (PLOEG, 2008).

Corroborando com a tese de Ploeg, Esteve (2017) reforça a continuidade do campesinato nos dias atuais, trazendo como exemplo o surgimento da Via Campesina em 2003, como um movimento global camponês, composto por 150 grupos ou movimentos sociais de 56 países do mundo. A Via Campesina funda um novo “internacionalismo camponês” contra a globalização neoliberal no campo, conforme explica a autora: “a liberalização da agricultura não é senão

uma guerra contra o campesinato, formada por políticas que, amparadas por instituições e tratados internacionais, acabam com os pequenos e médios agricultores e com as comunidades rurais” (ESTEVE, 2017, p. 71).

Ainda, para Amorim (2016), a agricultura camponesa é responsável em conservar até os dias atuais a agrobiodiversidade das regiões, explicitando aí as variedades animais e de culturas agrícolas adaptadas aos variados agroecossistemas e manejados tradicionalmente por várias gerações.

Sobre a compreensão dos conceitos de agricultor familiar e camponês, Wanderley (2009a) traz que a concepção dos setores dominantes presentes nos aparelhos de estado, nas esferas econômicas e na academia, reafirmava o não reconhecimento da unidade familiar camponesa como uma forma social de produção capaz de merecer um voto de confiança da sociedade, revelando a incompreensão acerca da lógica específica de funcionamento da produção camponesa, que se distingue da lógica empresarial capitalista. A autora também explica que agricultores familiares e camponeses são categorias equivalentes e facilmente intercambiáveis e que o adjetivo “familiar” visa reforçar as particularidades do funcionamento e da reprodução cuja centralidade está na família e na construção do seu patrimônio.

Entretanto, Neves (2013) afirma que agricultura familiar é uma categoria de designação politicamente diferenciadora, tanto da agricultura patronal, como da agricultura camponesa. A autora define agricultura familiar como o “modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado” (NEVES, 2013, p.37). Ressalta ainda que a agricultura familiar é uma categoria socioeconômica e profissional dotada de direitos sociais e previdenciários e com um projeto societário concorrente.

Carvalho e Costa (2013) apontam diferenças da agricultura camponesa para agricultura familiar. Sobre a expressão “agricultura familiar”, os autores entendem que esse foi um termo consolidado e utilizado a partir dos anos 1990 em programas e políticas públicas governamentais, que traz a ideia de que a possibilidade de crescimento da renda familiar camponesa só poderá ocorrer se houver a integração direta ou indireta da agricultura familiar com as empresas capitalistas (setor agroindustrial). Esses autores reforçam a concepção de que a agricultura familiar é uma agricultura em situação de subordinação perante as empresas capitalistas e reprodutora da matriz produtiva e tecnológica dominante.

Como exemplo dos apontamentos trazidos por Carvalho e Costa (2013), podemos citar que parte da agricultura familiar do Brasil apresenta de fato vínculos com o sistema agroindustrial capitalista, seja na aquisição de insumos externos como adubos químicos,

agrotóxicos e implementos agrícolas, utilizados em muitas propriedades familiares, seja nos sistemas de produção integrados, como na produção de aves, leite, suínos, peixes e etc., cujas agroindústrias obtêm matéria prima para processamento junto a um número significativo de propriedades da agricultura familiar do Brasil.

Do ponto de vista jurídico, o agricultor familiar é reconhecido como sujeito de direitos pela Lei Nº 11.326/2006, que define o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural atendendo os seguintes requisitos: (i) não detenha área maior do que 4 módulos fiscais (limite de área de terra); (ii) utilize predominantemente mão-de-obra familiar no seu estabelecimento; (iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento; (iv) dirija o seu estabelecimento com a sua família. A Lei da agricultura familiar considera como agricultores familiares um público diverso apresentado como: silvicultores, aquícultores, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos, e demais povos e comunidades tradicionais, que realizem suas atividades produtivas e econômicas em regime de economia familiar, e que atendam aos requisitos da Lei.

Mesmo com toda essa diversidade de público e variedade de autoneações (extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas, assentados e etc) reconhecidos pela Lei como agricultores familiares, esse mesmo público é reconhecido por alguns autores como a composição e diversificação do campesinato brasileiro (CARVALHO e COSTA, 2013).

De outro modo, para além dos conceitos, a agricultura familiar pode ser entendida como algo de maior abrangência e importância para a sociedade, conforme apresentado por Cazella, Bonnal e Maluf (2009), mostrando a importância da multifuncionalidade da agricultura familiar em pelo menos quatro aspectos: (i) reprodução socioeconômica das famílias rurais; (ii) promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; (iii) manutenção do tecido social e cultural; (iv) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Enfim, esse é um pouco do debate que, principalmente no meio da academia, se desenvolve com diversas concepções e entendimentos sobre campesinato e agricultura familiar. Para nós, é evidente que o agricultor de hoje não é mais o mesmo depois do processo de modernização da agricultura brasileira, de forma que hoje chamamos de agricultores familiares os agricultores cujos antepassados foram camponeses ou fizeram e praticaram a agricultura camponesa.

Desse modo, para efeitos desse trabalho os trataremos como agricultores familiares que desenvolvem, praticam e fazem parte de uma agricultura familiar. Portanto, para isso, vamos nos amparar na concepção que nos parece mais adequada para esse tipo de agricultor que

estamos pesquisando, que trata-se da abordagem da Professora Nazareth Wanderley (2009b), que afirma que o agricultor familiar de hoje é um sujeito de rupturas e continuidades, nele mora um camponês adormecido, mas são inegáveis as transformações ocorridas que impactaram em mudanças nos aspectos desse estilo de agricultura e nesse tipo de agricultor.

A autora se ampara em outros autores que defendem essa mesma concepção como Henri Mendras, Hugues Lamarche e Marcel Jollivet para dizer que:

Todas estas transformações são incontestáveis, mas para muitos agricultores familiares, a força do passado não se enfraqueceu e permanece como uma referência que determina as práticas e as representações das famílias. [...] os agricultores familiares no Brasil, em sua grande maioria, tem uma história camponesa. [...] Porém, estes mesmos agricultores devem adaptar-se às condições modernas da produção agrícola e da vida social; sua lógica tradicional – que, precisamente, permite defini-los como camponeses – é profundamente afetada por este processo de integração econômico-social (WANDERLEY, 2009b, pp. 193;196).

Dessa maneira, entendemos estes agricultores como sujeitos híbridos com a permanência de tradições e experiências de seus antepassados, mas ao mesmo tempo com novos costumes e hábitos, frutos da influência do mundo moderno e da agricultura de modelo industrial. Ainda, compreendemos que o agricultor familiar hoje é o sujeito do meio rural objeto de políticas públicas de inclusão social, econômica, ambiental, através de programas de assistência técnica e extensão rural, modalidades de crédito e seguro agrícola, programas de comercialização da produção familiar e ainda alvo de ações e políticas de assistência social.

Assim, podemos compreender um pouco mais dos nossos sujeitos de pesquisa e da atividade da agricultura familiar que pauta a produção de feijão no território. Abaixo veremos um pouco sobre um grande legado da agricultura camponesa, herdado pela agricultura familiar, que é a agrobiodiversidade das comunidades rurais, com sua grande diversidade de sementes, que se apresentam como um precioso patrimônio genético a ser conservado. Em cima disso discutiremos também a problemática da erosão genética das variedades agrícolas, proporcionada principalmente pelo atual modelo de agricultura industrial.

1.2. Sementes crioulas da agrobiodiversidade, domesticação do feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.) e a erosão genética das variedades agrícolas.

Há aproximadamente 10.000 ou 12.000 anos a. C. o *Homo sapiens* inicia o encerramento de sua fase nômade no período conhecido como paleolítico superior (pedra antiga) (40.000 a 12.000 anos a.C.) e passa à vida sedentária e à formação das primeiras aldeias e comunidades. O período compreendido entre 12.000 mil anos até os 6.000 anos é conhecido como Mesolítico (pedra média) e se caracteriza fundamentalmente pelo início da domesticação das espécies animais e vegetais que geraram a partir de 6.000 anos a.C., a chamada revolução agrícola do

neolítico (pedra nova) e, finalmente, o surgimento da agricultura e da pecuária no mundo (OHLWEILER, 1987).

A agricultura surgiu, quase que concomitantemente, em seis principais centros de origem e áreas secundárias de domesticação distribuídas ao longo do planeta, cada uma geralmente com culturas pecuárias e agrícolas específicas. Segundo Mazoyer e Roudart (2010), os principais centros de origem e culturas domesticadas são: (i) centro do *oriente-próximo* (região atual da Síria e Palestina) com a domesticação do trigo, ervilha, lentilha, grão-de-bico, porco, cabra, ovelha, boi e o burro; (ii) centro *centro-americano* (sul do México) com milho, feijão, abóbora, abobrinha, pimenta, algodão e peru; (iii) centro *chinês* com a soja, arroz, banana, cana-de-acúcar, galinha, porco e boi. (iv) centro *neo-guineense* (atual papua nova guiné, próximo a Austrália) com o taro (tipo de inhame) e o porco; (v) centro *norte-americano* (atual Estados Unidos) com o girassol, abóbora e quinoa; (vi) centro *sul-americano* (norte dos andes e região amazônica) com batata, fava, mandioca, porco-da-índia e lhama.

As experiências de muitos povos e comunidades em diversas partes do mundo deram origem a algo em torno de 1.200 a 1.400 espécies de animais e vegetais domesticados com outros tantos milhares de variedades de cada uma dessas espécies, como se estima que já existiram no planeta algo em torno de 10.000 mil variedades de arroz e 12.000 variedades de batata (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Entende-se por domesticação de espécies o resultado do manejo contínuo de seres vivos resultando no domínio de sua reprodução de forma controlada fora do ambiente selvagem. A partir daí os animais que aceitaram a presença humana passaram a se reproduzir em cativeiro nas proximidades das moradias dos homens e mulheres e as plantas começaram a ser cultivadas sucessivamente pelo plantio, colheita, seleção e guarda de sementes.

Uma das espécies mais conhecidas no mundo, que foi domesticada de 5.000 (MAZOYER; ROUDART, 2010) a 10.000 anos (GEPTS; DEBOUCK, 1991) atrás, é o feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.), cultura agrícola tema desse trabalho. O feijão comum é um dos alimentos mais consumidos no Brasil, tendo sido domesticado no próprio continente americano. Freitas (2006) coloca que com auxílio da arqueologia e da biologia molecular até hoje cientistas buscam provar em quais regiões específicas das américas o feijão foi domesticado e quais foram as suas rotas de dispersão realizadas por agrupamentos humanos, migrações, e etc. Na atualidade, o feijão é amplamente cultivado em muitos países do continente americano e até mesmo fora das américas como na Índia, Myanmar e China, que estão entre os maiores produtores mundiais de feijão-comum ao lado do Brasil, EUA e México (CONAB, 2018).

Mesmo sendo ainda controversa a questão das localizações específicas dos centros de origem do feijão nas américas, cientistas apontam para uma possível existência de três centros: um na América Central, chamado de centro meso-americano (México, Guatemala, Nicarágua, El Salvador, Honduras e Costa Rica), um segundo chamado centro norte andino (Colômbia e Venezuela), e o terceiro conhecido como centro sul andino (sul do Peru, Bolívia e norte da Argentina) (GEPTS; DEBOUCK, 1991).

A dispersão do feijão no território brasileiro ocorreu possivelmente por três rotas: uma rota que veio do centro meso-americano, passando pela Colômbia e Venezuela e adentrando ao Brasil. Atribui-se a este centro a origem dos feijões pequenos, marrons, pretos e mulatinhos, muito cultivados no Brasil. Uma segunda rota de feijões seria oriunda do centro sul andino, e composta por feijões grandes tipo jaulo (compridos), pintados e outros. Ainda uma terceira rota de dispersão é atribuída aos imigrantes alemães e italianos que possivelmente introduziram variedades de feijão nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (GEPTS; DEBOUCK, 1991; CONAB, 2018).

De outro modo, Freitas (2006) realizou estudos em achados arqueológicos de feijão da região de Januária, norte de Minas Gerais, analisando geneticamente sequências da proteína faseolina no feijão e concluiu que o tipo encontrado se assemelha com a faseolina “S”, tipo este presente em 92% das variedades cuja origem está no centro meso-americano (América Central), atribuindo assim, ligações nas rotas de dispersão deste centro de origem até o norte de Minas Gerais. Para este autor, a domesticação do feijão foi realizada em um único evento que compreendeu uma área geográfica maior começando do México até o norte da América do Sul, mas com o desenvolvimento de alguns outros centros de diversidade (FREITAS, 2006; CONAB, 2018).

O início do desenvolvimento da cultura do feijão no interior do Nordeste, provavelmente ocorreu durante os processos de povoamento e ocupação do interior do Brasil, quando se interiorizou as atividades de pecuária e agricultura de subsistência. Andrade (2003) explica que no século XVIII (1701-1800) no período do Brasil Colônia, os responsáveis pelos processos de povoamento do sertão nordestino foram os portugueses e/ou pessoas de grande influência junto à Coroa, que, sediados em Salvador e Olinda, partiram para expandir a pecuária, com animais provenientes da Europa introduzidos no Brasil, sendo bovinos, suínos, ovinos e caprinos. O objetivo da expansão destas criações, além de domínio de território, era a produção de carne para sustentar a atividade de produção açucareira nordestina.

O autor relata ainda que em meados de 1750, além da produção de gado, consolidam-se também as lavouras de algodão, por influência da Revolução Industrial na Inglaterra que ora se

iniciava, formando assim um complexo produtivo “algodão-gado-lavouras de subsistência”. Portanto, para a realização das produções pecuárias e das lavouras de algodão, eram necessários aos trabalhadores, escravos ou homens livres, a subsistência alimentar que foi baseada em culturas como mandioca, milho, feijão e fava (ANDRADE, 2003).

Prado Júnior (1997) afirma que as principais culturas de subsistência, em época de Brasil Colônia, eram a mandioca, o milho, o feijão, o arroz, e um pouco de trigo ao sul do Brasil. O autor ressalta que o feijão era cultivado “sem discriminação por todo o país, embora pareça ser mais frequente no centro-sul: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo” (PRADO JÚNIOR, 1997, p. 168). Mas no Nordeste, o autor coloca que o feijão, juntamente com o milho, eram os principais alimentos dos escravos nos alagoais de Pernambuco e Maranhão. Portanto, já em meados de 1750, historiadores citam o cultivo de lavouras de feijão no interior do Nordeste e do Brasil.

Desta forma, assim foram as muitas experiências do homem com os ecossistemas selvagens, e a domesticação de todas essas espécies e variedades, as diferentes formas de manejo e sistemas de produção que foram desenvolvidos, resultaram no que se conhece como agrobiodiversidade ou biodiversidade agrícola. A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), realizada no ano 1992, no Rio de Janeiro, durante a ECO-92, com a representação de quase 200 países, definiu o termo “agrobiodiversidade” como:

[...] um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, e todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e microorganismos, nos níveis genético, de espécies e ecossistemas, os quais são necessários para sustentar funções-chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e processos (BRASIL, 2006, p. 44).

A agrobiodiversidade pode também ser definida como o conjunto e a diversidade de agroecossistemas com seus microrganismos, espécies e variedades de plantas cultivadas e animais domesticados, semidomesticados ou silvestres que são utilizados de forma direta ou indireta na agricultura e alimentação, ou seja, a parte da biodiversidade do planeta que tem relação mais próxima com o ser humano (BARBIERI, BUSTAMANTE e SANTILLI, 2015).

A questão da agrobiodiversidade está associada ao que Toledo e Barrera-Bassols (2015) chamam de memória biocultural. Estes autores argumentam que ao longo do desenvolvimento da humanidade, o homem evoluiu utilizando as experiências adquiridas em tempos anteriores e acumulando processos de diversificação em seis principais formas de diversidade: biológica, genética, linguística, cognitiva, agrícola e paisagística. Todas juntas formam o “complexo biológico-cultural produto de milhares de anos de interação entre as culturas e os ambientes

naturais” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 39). Estes mesmos autores acrescentam que a espécie humana para sobreviver no planeta necessita da manutenção da sua memória individual e coletiva elaborada e acumulada nos últimos 200 mil anos e estendida pelas diferentes configurações societárias que formaram a espécie humana. Entretanto, essa memória:

evolutivamente vantajosa da espécie humana, tem sido limitada, ignorada, esquecida ou tacitamente negada com o advento da modernidade, que constituiu uma era cada vez mais orientada pela vida instantânea e pela perda da capacidade de recordar [...] alimentada por uma ideologia de progresso, desenvolvimento e modernização que não tolera nenhuma forma pré-moderna (pré-industrial), que é automaticamente qualificada como arcaica, obsoleta, primitiva e inútil (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 28).

Estes autores ressaltam portanto, a perda da memória biocultural da humanidade, a partir da era moderna, e dos diversos conhecimentos construídos ao longo de milênios por diferentes povos e sociedades e especialmente a sua lida com a agricultura, ecossistemas e paisagens naturais.

Inseridas na memória biocultural dos povos e na agrobiodiversidade das regiões encontram-se as sementes crioulas e que por isso diferem das chamadas sementes comerciais, essas últimas, invenções da ciência contemporânea. Para efeito deste trabalho, apresentaremos a nossa compreensão sobre os diversos tipos de sementes, com base nos conceitos de Machado e Machado (2009):

- (a) *Sementes/variedades crioulas*: são as sementes locais que fazem parte naturalmente da agrobiodiversidade das diversas regiões do mundo e foram adaptadas pelos agricultores aos ambientes e sistemas onde são cultivadas por meio de seleção natural e humana, incorporando valores sociais e culturais a partir das percepções destes agricultores. A principal característica das sementes crioulas é que nunca foram submetidas à processos de melhoramento genético convencional em centros de pesquisa, sendo melhoradas apenas pelas seleções dos próprios agricultores.
- (b) *Sementes/variedades locais*: são sementes crioulas cultivadas há pelos menos cinco ciclos produtivos no mesmo agroecossistema ou local, propriedade do agricultor ou comunidade rural;
- (c) *Sementes/variedades tradicionais*: são sementes crioulas cultivadas há pelo menos três gerações familiares (avô, pai e filho) no mesmo agroecossistema ou local, propriedade do agricultor, comunidade rural ou território;

(d) *Sementes/variedades comerciais melhoradas ou modernas*: são sementes que, obtidas no princípio a partir de genótipos crioulos, têm sido melhoradas, selecionadas ou modificadas por meio de métodos científicos para expressarem novas características como alta produção, menor estatura, resposta a fertilizantes, resistência a doenças, entre outras, sendo introduzidas nas regiões geralmente por meio de programas de melhoramento genético de empresas públicas de pesquisa agropecuária ou pela venda em lojas agropecuárias. Nesta categoria de sementes comerciais se encontram as sementes melhoradas, híbridas e transgênicas.

Acrescentamos, ainda, ao conceito de semente crioula a concepção de Nodari *et. al.* (2015, p. 87) que diz que a variedade crioula é um tipo de variedade

local ou regional, de domínio de povos indígenas, comunidades locais, quilombolas ou pequenos agricultores, composto de genótipos com ampla diversidade genética adaptados a habitats específicos, como resultado de seleção natural combinada com a seleção feita no ambiente local.

No entanto, apesar da sua grande importância para a diversificação da alimentação da humanidade, conservação das culturas, memórias coletivas e tradições dos agricultores e comunidades, tem sido desigual a luta pela continuidade da existência das sementes crioulas e suas formas de manejo provenientes da agricultura tradicional familiar e/ou camponesa, em relação à agricultura moderna. Andrioli e Fuchs (2012) explicam que a modernização capitalista da agricultura a partir da década de 1950, processo conhecido como Revolução Verde, criou a base para a crescente dependência dos agricultores, pelo uso de adubos químicos e agrotóxicos e do melhoramento genético de sementes, visando à obtenção de variedades mais produtivas e resistentes a pragas e doenças.

Por sua vez, Reis (2012) aponta que a globalização neoliberal trouxe muitas transformações sociais e políticas, entre elas, o controle dos rumos do desenvolvimento tecnológico da agricultura por parte de um pequeno número de corporações transnacionais, algo nunca antes visto na história, gerando um oligopólio neste setor da economia em nível mundial.

Com esse modelo agrícola que se faz hegemônico, as variedades comerciais têm sido cada vez mais adotadas pelos agricultores de todo o mundo, provocando a perda da diversidade agrícola tradicional e da soberania alimentar que durante milênios esteve sob o domínio da agricultura familiar e da agricultura camponesa que sempre tiveram a função de produzir uma grande diversificação de alimentos para as sociedades nas quais estiveram inseridas. Neste

sentido, Cunha (2013) sintetiza muito bem o problema da alimentação humana na atualidade, fruto da perda da diversidade de alimentos:

A erosão contínua dos recursos genéticos de plantas diminuiu a diversidade genética intraespecífica de muitos cultivos. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) ao longo do século XX, cerca de três quartos da diversidade genética dos cultivos agrícolas mundiais foram perdidas. Hoje somente quatro espécies cultivadas são responsáveis pela metade das calorias de origem vegetal presentes na alimentação humana (FAO, 2004 *apud* Cunha, 2013 p. 25).

Da mesma forma, Santilli (2009) trata da questão da crescente perda das variedades de sementes crioulas nas diversas comunidades rurais do mundo, processo conhecido como “erosão genética” das culturas e variedades agrícolas. A autora mostra que o Relatório sobre o Estado dos Recursos Genéticos de Plantas do Mundo, apresentado na 4ª Conferência Técnica Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos realizada na Alemanha no ano de 1996, aponta que a principal causa de erosão genética das culturas agrícolas se deve à substituição das variedades locais e tradicionais por variedades “modernas” de alto rendimento (sementes comerciais). Segundo este relatório, nos últimos cem anos os agricultores perderam entre 90 e 95% de suas variedades agrícolas, “desapareceram tanto espécies como as variedades cultivadas dessas espécies, e não só as espécies domesticadas pelo homem como também os seus parentes silvestres continuam a desaparecer, em virtude da rápida devastação dos ecossistemas naturais” (SANTILLI, 2009, p. 97).

Portanto, só é possível frear este quadro de degradação atual se a agrobiodiversidade, as sementes crioulas e a memória biocultural forem resgatadas como algo importante para a sobrevivência do ser humano enquanto espécie. Associado a isso, recolocar a agricultura familiar e a agricultura camponesa nos seus merecidos espaços dentro das sociedades, pois tomando estas como “tipos de agricultura”, percebe-se nelas uma maior tendência de sustentabilidade, por prestarem à sociedade um serviço de manutenção e conservação destas questões ao longo de toda a história.

Abaixo, continuaremos com mais algumas problematizações sobre o tema que estamos discutindo, trazendo questões de ordem jurídica que estão relacionadas com as sementes crioulas no Brasil.

1.3. Sementes crioulas e a legislação no Brasil

O Brasil até hoje teve três leis nacionais de sementes sancionadas. A primeira lei de sementes brasileira foi a Lei N° 4.727 de 13 de julho de 1965, e estabelece a obrigatoriedade de fiscalização do comércio de sementes e mudas em todo o território nacional junto a “todos os estabelecimentos que negociem com sementes e mudas, entre elas cooperativas, associações de classe e entidades congêneres”. A Lei de sementes de 1965 foi substituída 12 anos depois pela Lei N° 6.507 de 19 de dezembro de 1977 que, sem alterar a lógica inicial, dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas, acrescentando a obrigatoriedade de inspeção, registro e fiscalização de pessoas físicas, que produzam, manipulem, preparem, acondicionem, armazenem, transportem ou comerciem sementes e mudas.

Sobre a criação de leis de sementes em diversos países subdesenvolvidos, Londres (2006) explica que entre as décadas de 1960 e 1980 houve grande pressão de organismos internacionais sobre os governos destes países para que se criassem uma legislação nacional de apoio ao acesso, por parte dos agricultores, a sementes e mudas de “boa qualidade” ou fiscalizadas e certificadas de acordo com os “padrões oficiais”. O argumento é que estas seriam variedades de sementes e mudas mais produtivas, o que contribuiriam com uma maior oferta de alimentos para o combate à fome no mundo. Porém, a mesma autora afirma que esse movimento internacional de pressão para criação de leis de sementes em diversos países, tinha por trás fortes interesses comerciais de grandes empresas sementeiras norte-americanas e europeias, que se beneficiaram enormemente com este novo arcabouço jurídico. A autora traz ainda mais um aspecto importante:

De acordo com as leis criadas na maior parte dos países, o conceito de “sementes” ficou restrito apenas aos materiais desenvolvidos por especialistas de centros de pesquisa (públicos e privados) e empresas, ao passo que as sementes tradicionalmente melhoradas e conservadas por agricultores foram excluídas do mundo formal, sendo classificadas apenas como “grãos” (LONDRES, 2006, p. 6).

Isto explica o porquê durante 38 anos, período em que esteve em vigor as duas primeiras leis de sementes do Brasil, não se faz menção alguma às sementes tradicionais dos agricultores e as especificidades culturais e sociais destas comunidades, que detêm suas sementes há diversas gerações familiares. Estas leis adotaram um conceito de sementes nivelado por cima, fruto da pesquisa agropecuária científica, o que não traz nenhuma aplicabilidade às sementes crioulas tradicionais e às populações que manejam esses materiais e que teriam que, da mesma forma, ser submetidas ao registro e fiscalização de suas sementes. Durante todo esse período as

sementes crioulas foram invisibilizadas, como algo que não existisse ou ultrapassado, classificadas nos meios acadêmicos e científicos apenas como grãos e não como sementes.

A lei atual em vigor, conhecida como Lei de Sementes e Mudas N° 10.711, 05 de agosto de 2003, foi a terceira lei de sementes brasileira, e pela primeira vez houve o reconhecimento oficial e legal das variedades crioulas e tradicionais como sementes, passíveis de serem produzidas, distribuídas, trocadas e comercializadas, porém ainda de forma restrita: apenas entre agricultores familiares. Por isso, não se observa a comercialização de sementes crioulas em lojas agropecuárias, onde podem ser apenas vendidas sementes comerciais certificadas (melhoradas, híbridas e transgênicas). Esta lei dispensa os agricultores de registro no RENASEM, Registro Nacional de Sementes e Mudas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, serviço de registro de pessoas físicas e jurídicas que operam no Sistema Nacional de Sementes e Mudas. A lei torna não obrigatória o registro de cultivar crioula no Registro Nacional de Cultivares (RNC), sistema esse destinado de fato a registrar novas cultivares de plantas desenvolvidas pela pesquisa agropecuária, para produção, beneficiamento e comercialização de forma legal no país.

Portanto, conforme consta na Lei de Sementes:

Art. 8º § 3º - Ficam isentos da inscrição no Renasem os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e os indígenas que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si. [...] Art. 11 § 6º - Não é obrigatória a inscrição no RNC de cultivar local, tradicional ou crioula, utilizada por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas. (BRASIL, 2003).

A lei de sementes de 2003 proíbe “o estabelecimento de restrições à inclusão de sementes e mudas de cultivar crioula em programas de financiamento ou em programas públicos de distribuição ou troca de sementes” (BRASIL, 2003). Estas novidades foram vistas como avanços pelo movimento agroecológico brasileiro e pelas organizações e comunidades que trabalham com conservação de sementes crioulas nas comunidades rurais do país.

O aval das sementes crioulas como sementes e não mais como grãos pela lei foi reforçado pelo reconhecimento por parte do Congresso Nacional e do Governo Brasileiro, com relação ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma em 2001, e ratificado pelo congresso nacional através do Decreto legislativo N° 70/2006, e promulgado pelo Decreto presidencial N° 6.476/2008. Este decreto reconhece os direitos dos agricultores na conservação da agrobiodiversidade, podendo estes conservarem, usarem, trocarem e venderem sementes entre si, e estabelecendo compromissos para que o Brasil adote ações, políticas e programas de apoio à conservação “in situ” dos recursos fitogenéticos.

Ainda, a questão da conservação da biodiversidade agrícola vem aparecer na Lei da Biodiversidade Nº 13.123/2015, que trata sobre o acesso ao patrimônio genético e proteção ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto Nº 8.772/2016 que reconhece as sementes crioulas, mesmo de espécies vegetais exóticas introduzidas no Brasil, como é o caso do feijão-comum, como patrimônio genético nacional conforme citado abaixo:

Art. 1º § 4º - Considera-se também patrimônio genético encontrado em condições **in situ** a variedade proveniente de espécie introduzida no território nacional com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por populações indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais, incluindo seleção natural combinada com seleção humana no ambiente local, que não seja substancialmente semelhante a cultivares comerciais. (BRASIL, 2016)

No entanto, essas iniciativas na legislação têm demonstrado resultados ainda bastante insuficientes do ponto de vista de experiências concretas, uma vez que falta aos governos a criação e execução de programas, políticas públicas, pesquisas que venham a valorizar e fortalecer os processos de conservação da agrobiodiversidade nacional.

Deste modo, por exemplo, sobre as leis brasileiras de sementes, Santilli (2009) explica que essas são essencialmente destinadas a regular o sistema “formal” de sementes do país, com o argumento de garantir a identidade e a boa qualidade das sementes. Assim, se estabeleceu um único modelo agrícola, industrial e produtivista, no momento em que nenhuma destas leis favoreceu os sistemas locais e tradicionais de produção de sementes das comunidades rurais em suas regiões. A autora cita ainda que estas leis não reconhecem o papel dos agricultores como selecionadores, inovadores e mantenedores de variedades agrícolas, apenas reforçam a setorização industrial e a padronização da agricultura por meio de um sistema formal de sementes comerciais.

As sementes comerciais (melhoradas, híbridas e transgênicas) são cultivares desenvolvidas para serem legalmente comercializadas no Brasil, uma vez que as sementes crioulas sofrem restrições na legislação quanto ao seu comércio, por serem produzidas fora dos padrões de controle de um sistema formal e de parâmetros considerados ótimos como germinação, vigor, pureza, sanidade e estabilidade genética, etc. Por sua vez, como já explicamos, as sementes comerciais para serem comercializadas precisam ser registradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC) e a empresa produtora daquela cultivar deve estar inscrita no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RENASSEM), adequando-se a todas as exigências previstas em lei para a produção de sementes num sistema formal.

A questão da restrição imposta às sementes crioulas aparece no Decreto Nº 5.153, de 23 de julho de 2004, que regulamentou a Lei de Sementes Nº 10.711/2003. Por este Decreto, as organizações da agricultura familiar, como associações e cooperativas, não podem comercializar sementes crioulas no país, mas apenas produzi-las para distribuição, troca e multiplicação entre seus associados. O comércio só é permitido diretamente entre agricultores, mas não enquanto entidade de pessoa jurídica constituída. Entretanto, posteriormente sancionado, o Decreto Nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), alterou em seu artigo 12 a redação do Art. 4º da Lei de Sementes, passando a prever que as associações e cooperativas da agricultura familiar que realizem distribuição, troca, comercialização ou multiplicação de sementes crioulas, são da mesma forma que os agricultores familiares, isentas de inscrição no Renasem.

Conforme comenta Londres (2014), o Decreto da PNAPO garantiu a segurança jurídica para as cooperativas e associações comercializarem sementes crioulas junto a programas públicos estaduais de distribuição de sementes, bem como para o Programa PAA/Sementes da Conab. Entretanto, essa legislação manteve a restrição na questão que essas entidades não podem comercializar sementes para o público em geral, estando restrita apenas a comercialização aos seus cooperados e associados e junto a entidades governamentais.

Este fato da restrição é o grande dificultador para a produção comercial de sementes crioulas no Brasil, uma vez que os agricultores familiares e camponeses não dispõem de condições financeiras, estruturais, de assistência técnica, entre outras, para se adequarem às exigências do sistema formal de sementes.

Portanto, este tema merecia um tratamento diferenciado de forma a se garantir uma legislação específica para as sementes da agricultura familiar, com vistas a se consolidar uma alternativa viável de conservação dos recursos genéticos locais enquanto patrimônio cultural, alimentar e biológico para as futuras gerações. Uma legislação que permitisse a produção e o comércio legal de sementes crioulas no Brasil contribuiria muito com essa questão da conservação e manutenção destas culturas.

Além das leis de sementes, neste mesmo sentido, temos ainda na legislação nacional, pelo menos mais duas leis que contribuíram significativamente para a regulamentação e expansão do mercado de sementes comerciais no Brasil: a Lei de Proteção de Cultivares Nº 9.456/1997 e a Lei de Biossegurança Nº 11.105/2005.

A primeira tem como objetivo garantir o registro e proteção de direito de propriedade intelectual aos obtentores (pesquisadores e melhoristas) que desenvolverem uma nova cultivar agrícola, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, dando a estes o direito exclusivo de

comercialização da cultivar registrada ou em caso de terceiros com autorização formal do obtentor. De acordo com a Lei, o direito de propriedade tem vigência por um período de 15 a 18 anos, variando de acordo com a espécie ou cultura, caindo em domínio público após esse período. A segunda Lei trata-se da regulamentação da pesquisa, produção, comercialização e consumo de organismos geneticamente modificados (OGM's) ou transgênicos no território nacional, tornando legal o uso desta biotecnologia no Brasil.

Ambas as leis deram legitimidade e amparo jurídico e prático ao conceito de mercantilização das sementes e direitos de propriedades intelectual e patentes sobre organismos vivos, algo fortemente questionado por movimentos ambientalistas, camponeses, e de defesa de povos tradicionais e de consumidores em todo o mundo (SHIVA, 2004).

Desse modo, pudemos ver um pouco dos avanços e entraves para a expansão do uso de sementes crioulas no Brasil. Abaixo, trataremos da discussão feita até aqui sobre agricultura familiar, sementes crioulas e sementes comerciais, aplicando-a ao contexto de experiências e constatações obtidas no território do Agreste Meridional de Pernambuco.

1.4. Agricultores familiares e aspectos da cultura do feijão comum: diversificação de cultivos e variedades de feijão no Agreste Meridional de Pernambuco

A área de estudo compreendida pelos municípios de Canhotinho, Capoeiras, Garanhuns, Lajedo e São João, localizados na mesorregião do Agreste Meridional de Pernambuco, é caracterizada pela grande presença de minifúndios, e por uma agricultura familiar bastante expressiva.

Nesta pesquisa, foram escolhidos três segmentos diferentes de agricultores para participação, de forma a obter uma riqueza maior de informações do que comumente se costuma chamar apenas de “produtor de feijão”. Desta forma, foram pesquisados agricultore(a)s associados na Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – Coopaf, agricultore(a)s associados em Casas ou Bancos Comunitários de Sementes e agricultore(a)s presentes na feiras de feijão que estavam comercializando sua produção junto aos atravessadores, totalizando uma amostra de 32 agricultores entrevistados.

Esta agricultura familiar é desenvolvida em um território que faz parte do chamado semiárido brasileiro, onde os cultivos são praticamente apenas realizados nas épocas de chuvas, ou seja, em sua grande maioria, são cultivos anuais de sequeiro, quando são plantadas além de feijão comum, culturas como milho, mandioca, fava entre outras, conforme mostra a figura 02.

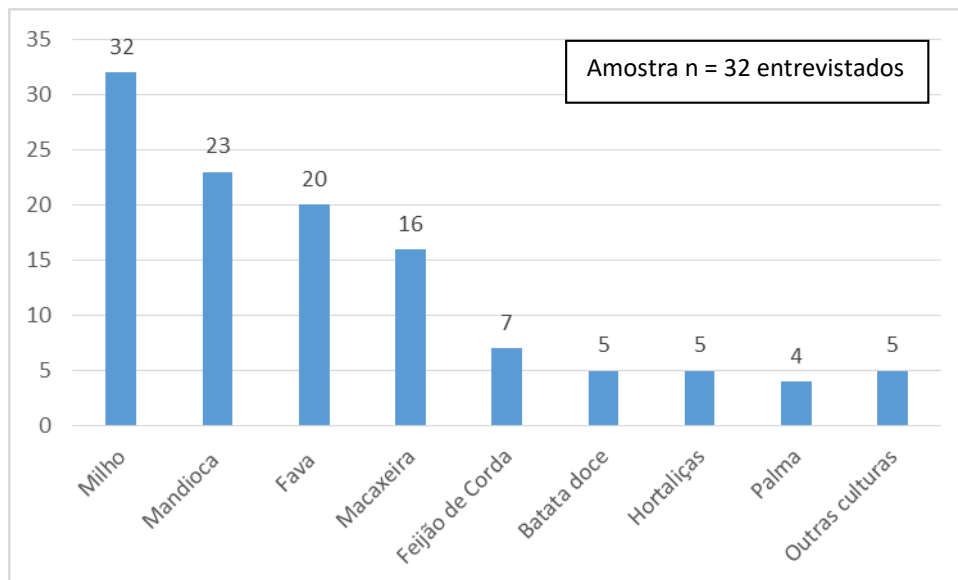


Figura 02. Frequência de citação dos principais cultivos dos agricultores familiares participantes da pesquisa, além do feijão comum.

O público objeto desta pesquisa é composto por agricultores familiares e atravessadores compradores de feijão. Abaixo, na tabela 03 podemos observar aspectos e informações referentes aos 32 agricultores entrevistados e de suas atividades de produção de feijão:

Tabela 03. Perfil social e produtivo dos agricultores participantes da pesquisa.

Variável	Quantidade de agricultores
Idade dos entrevistados	20 a 30 anos - 2 31 a 40 anos - 5 41 a 50 anos - 13 51 a 60 anos - 6 Acima de 61 anos - 6
Escolaridade	Não alfabetizados - 1 Alfabetizados - 8 Ensino fundamental incompleto - 19 Ensino fundamental completo - 1 Ensino médio completo - 3
Sexo	22 homens e 10 mulheres
Nº de filhos	1 a 2 filhos - 11 3 a 4 filhos - 15 5 a 6 filhos - 3 Acima de 6 filhos - 3
Tempo em que moram na comunidade	Abaixo de 10 anos - 1 De 10 a 20 anos - 3 De 21 a 30 anos - 7 De 31 a 40 anos - 5 De 41 a 50 anos - 8 Acima de 51 anos - 6 Sem informação - 2

Tempo que plantam feijão	menos de 10 anos – 1 de 10 a 20 anos - 10 de 21 a 30 anos - 9 de 31 a 40 anos - 7 de 41 a 50 anos - 3 acima de 50 anos - 2
Média de quantidade de feijão comercializada por safra (sacos de 60 kg)	menos de 10 sacos – 12 de 10 a 30 sacos - 11 de 31 a 50 sacos - 4 de 51 a 100 sacos - 2 acima de 100 sacos - 2 Sem informação – 1

Conforme visto na tabela 03 a maior parte dos agricultores e agricultoras entrevistados possuem entre 41 e 50 anos, cursaram o ensino fundamental incompleto e em sua maioria são homens componentes de famílias que tiveram de 3 a 4 filhos. Grande parte desses agricultores residem numa mesma comunidade rural há mais de 40 anos, plantam feijão de 10 a 30 anos e comercializam menos de 30 sacos por ano/safra.

Esses dados mostram que os agricultores que plantam feijão e que compuseram a amostra da pesquisa são agricultores que apresentam longos vínculos de tempo de residência em seus locais de moradia e produção e que apresentam boa experiência de anos dedicados a produção desta cultura, no entanto, comercializando uma quantidade relativamente pouco expressiva de feijão. Essa última afirmação pode ser explicada por motivos de o território do feijão ser composto por municípios com forte presença de minifúndios e pelas características do manejo empregado com pouca tecnificação, além dos fatores climáticos da região de estudo que interferem nas produtividades, historicamente com significativas oscilações nas precipitações pluviométricas.

Outra informação relevante é que de acordo com os agricultores entrevistados, as principais formas de aquisição de sementes são pelo armazenamento próprio da última safra para plantio na safra seguinte, aquisição pelo programa de distribuição de sementes do IPA, compra de sementes junto a atravessadores, outros produtores e feiras da região ou compra pela internet de variedades melhoradas produzidas por empresas de outros estados do Brasil. Quando as sementes são guardadas para plantio no ano seguinte, portanto variedades locais e crioulas adaptadas, as principais formas de armazenamento são: garrafa PET, tambor plástico, tambor metálico e saco de nylon.

Visto e comentado o perfil dos agricultores, por sua vez, na tabela 04 mostramos alguns aspectos dos atravessadores entrevistados e da atividade comercial de compra e venda de feijão praticada por eles:

Tabela 04. Perfil social dos atravessadores entrevistados e aspectos de sua atividade comercial.

Variável	Quantidade de atravessadores
Idade dos entrevistados	De 20 a 30 anos – 1 De 31 a 40 anos - 1 De 41 a 50 anos - 3 De 51 a 60 anos - 5 Acima de 60 anos - 4 Sem informação - 1
Escolaridade	Não alfabetizados - 0 Alfabetizados - 1 Ensino fundamental incompleto - 7 Ensino fundamental completo - 1 Ensino médio completo - 2 Nível superior completo - 1 Sem informação - 3
Tempo que trabalha comprando feijão	De 10 a 29 anos – 5 De 30 a 39 anos - 4 Acima de 40 anos - 5 Sem informação - 1
Quantidade média de feijão comprada por safra (sacos de 60 kg)	Até 1.000 sacos – 2 De 1.001 a 5.000 sacos - 6 De 5.001 a 10.000 sacos - 2 Acima de 10.000 sacos - 1 Sem informação - 4

Foi verificado que entre os atravessadores entrevistados todos eram do sexo masculino, mostrando que esta é uma função desempenhada com forte presença de homens. Estes tiveram como origem os municípios de Bom Conselho, Capoeiras, Garanhuns, Lajedo, Paratama e São João e realizam compras de feijão dos agricultores nas feiras de feijão, nas propriedades dos agricultores e nos mercados públicos (Ceasas municipais).

A tabela 04 mostra ainda que os atravessadores tem em sua maioria idade superior a 50 anos, com o ensino fundamental incompleto e apresentam ampla experiência de compra de feijão no território com tempo superior a 30 anos no exercício desta atividade, comprando de 1.000 a 10.000 sacos de feijão por ano/safra.

A seguir podemos ver como agricultores e atravessadores percebem os motivos pelas quais determinadas variedades são mais plantadas, comercializadas ou produzidas para autoconsumo do que outras (Tabela 05).

Tabela 05. Respostas dos agricultores e atravessadores sobre as motivações de uso de determinadas variedades para autoconsumo e/ou comercialização.

AGRICULTORES		ATRAVESSADORES	
Motivos pelo qual plantam determinadas variedades para o autoconsumo	Motivos pelo qual vendem apenas determinadas variedades	Motivos pelos quais algumas variedades são mais compradas do que outras	Motivos pelos quais algumas variedades são pouco compradas
1. Apresentam bom sabor e textura; 2. Facilidade de conseguir a semente na região; 3. Tempo de cozimento mais rápido; 4. Costume, tradição e herança familiar da variedade; 5. Adaptação da variedade ao local de cultivo ou comunidade; 6. Consome do que é plantado para vender	1. Tem preço melhor e mais estável no comércio para determinadas variedades ao longo dos anos; 2. Maior procura pelos atravessadores; são variedades mais consumidas; 3. Adaptação ao clima da região de cultivo; costume e tradição de vender aquela variedade; 4. Variedade que não muda de cor após a colheita; 5. Maior produtividade;	1. São as variedades mais plantadas e consumidas; 2. São variedades que têm mais mercado; 3. A procura dos atravessadores em geral é maior para algumas delas.	1. Pouca oferta dessas variedades nas feiras; 2. Baixo consumo destas variedades; 3. Falta de mercado para essas variedades.

Destacamos na tabela 05, que para os agricultores, os motivos que algumas variedades são mais plantadas para autoconsumo familiar do que outras se referem a preferência pelo sabor, tempo de cozimento, tradição e adaptação da variedade nos seus locais de cultivo. As variedades que são mais cultivadas para comercialização, apresentam aspectos importantes como preço mais atrativo, maior procura dos compradores e maiores produtividades. A mudança de cor ou escurecimento do grão após a colheita, citada na tabela 05, diz respeito as variedades de feijão tipo carioca e mulatinho que podem em pouco tempo apresentar escurecimento da sua coloração original, desvalorizando aquele lote de produção perante atravessadores e consumidores, uma vez que, quando isso ocorre, o feijão adquire um aspecto de “feijão velho”, mesmo podendo ser oriundo de colheita recente. Esse fato não ocorre com as variedades de feijão preto, que encontram nesse motivo, uma das causas para o aumento das áreas plantadas para esse tipo de feijão.

Ainda, de acordo com a tabela 05, os atravessadores confirmam que não existe igualdade de mercado para todas as variedades de feijão e que de fato algumas variedades são bem mais procuradas em detrimento de outras.

O cultivo de feijão no Agreste Meridional é caracterizado pelo uso de uma grande amplitude de variedades locais e crioulas e também pelo uso de variedades melhoradas, em especial de feijão carioca. Sobre as variedades crioulas, levantamentos realizados apontaram para a existência de 35 cultivares crioulas de feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.) conforme Balensifer, Silva e Souza (2018), sistematizados na tabela 06. Destas variedades, a maioria é encontrada em menores ou até pequenas quantidades nas comunidades pesquisadas, enquanto que uma minoria das variedades são, mais amplamente cultivadas e encontradas com uma distribuição mais uniforme nos municípios do território.

Tabela 06. Nomes populares de variedades de feijão comum encontradas no Agreste Meridional de Pernambuco.

Feijão-comum <i>Phaseolus vulgaris</i> L.					
Mulatinhos	Pretos	Compridos	Redondos	Rosinhas	Outros
Bage rosa/Bico de Ouro	Preto Costa Rica	Canarinho	Bala Branco	Caianinha	Café
Bage Roxa	Preto Quixabinha	Chitadinho	Enxofre	Rosinha Legítimo	Carrapatinho
Boi Deitado	Preto Mulatino	Crista de Galo/Agulha	Favita	Rosinha Claro	Crainha
Manteiga		Lagartixa	Fogo na Serra (vermelho)		Lavandeira
Mão Curta		Mulatão	Gordo		Olho de Cabra
Mulatino Legítimo		Pau	Leite		Vermelhinho
Palhinha		Pau Branco	Preto Bala		Fogo na Serra (roxo)
Rim de Porco					
Total n= 35 variedades					

Fonte: Adaptado de Balensifer, Silva e Souza (2018)

Além das variedades acima mencionadas, durante essa pesquisa foram registradas a ocorrência de seis novas variedades de feijão (Tabela 07), que foram encontradas nas atividades de campo, visitas das feiras de feijão e nas comunidades onde foram realizadas as entrevistas (Figura 03).

Tabela 07. Levantamento de novas variedades crioulas de feijão encontradas no Agreste Meridional.

Nome da variedade	Local de descoberta	Município de cultivo
Azeitinho	Sítio Jenipapo	Canhotinho
Cavalo Claro	Feira de Lajedo	Calçado
Jatobá	STR-Jucati e Sítio Cruz	Jucati e Garanhuns
Violeta	Sítio Cruz e Sítio Azevém	Garanhuns e São João
Sempre assim	Sítio Cachoeirinha dos Carvalhos	São João
Carioca Miúdo Antigo (Carioquinha)	Feira de São João	São João



Figura 03. Novas variedades de feijões catalogadas durante a pesquisa: a) feijão Jatobá; b) feijão Azeitinho; c) feijão Violeta.

O registro de ocorrência destas novas variedades, juntamente com os levantamentos já realizados, evidenciam que a área de estudo se mostra com uma ampla diversidade de feijões cultivados pelos agricultores, sendo muitos deles desconhecidos dos mercados consumidores. Desta forma, muitas dessas variedades, como os feijões da figura 03, podem apresentar potencial para a comercialização em mercados alternativos em virtude de sua diferenciação de cores e formatos, que podem despertar a curiosidade de consumidores que buscam experimentar novos tipos de alimentos e variedades.

Sobre os nomes dos feijões, é comum para os agricultores darem nomes próprios às variedades crioulas, passando esses nomes populares, muitas vezes, a ser conhecidos em muitas comunidades e por todo um território. Ocorre, também, de uma mesma variedade receber mais de um nome de acordo com o município ou região, ou ainda, variedades diferentes serem conhecidas por um mesmo nome.

Os nomes populares como são atribuídos, dizem respeito aos vínculos e cuidados que se criam ao longo do tempo para com essas variedades, remetendo a questões culturais, afetivas e de tradições camponesas, esta última, que tem como forte característica a relação com a natureza do seu entorno.

Os nomes populares das variedades, em muitas vezes, são provenientes de experiências, observações e vivências dos agricultores no cotidiano da vida rural. Desta forma, quando um feijão é chamado de “feijão leite” é porque ele é de cor tão branca igual a cor do leite. Quando um outro é denominado de “feijão carrapatinho”, é porque o seu tamanho, coloração e pintura natural se assemelham a um carrapato, acinzentado e escuro, parasita que ataca as criações animais. Ou ainda, um “feijão fogo na serra” de coloração avermelhada, grande, redondo e pintado de traços mais escuros é associado a um cenário como se uma serra estivesse em chamas ou “pegando fogo” daí o nome “fogo na serra.” e assim por diante.

Essa discussão é campo de estudo da etnobiologia, e mais especificamente da etnobotânica (parte vegetal), que busca compreender os processos das relações dos grupos humanos com o meio ambiente e a natureza ao seu redor e como esses grupos usam e convivem com esses recursos naturais e as plantas (ALBUQUERQUE, *et. al.*, 2010).

Apesar da grande ocorrência de utilização de variedades crioulas e locais por parte dos agricultores, em termos de volume e quantidade plantada, o plantio de cultivares obtidas a partir de sementes melhoradas supera os plantios com variedades crioulas nos municípios pesquisados. Isso ocorre por meio dos cultivos de feijão carioca onde todas as cultivares são obtidas a partir de sementes melhoradas, com exceção do carioca miúdo antigo (carioquinha) que é classificado como variedade local, sendo cultivado há mais de 30 anos ininterruptos por agricultores da área de estudo. Além do feijão carioca, temos os cultivos de variedades melhoradas de feijão preto, como o IPA-10, BRS-Valente e outros, que se confundem com algumas variedades crioulas de feijão preto, no momento em que muitos agricultores acabam por não diferenciar muito bem essas variedades. O que ocorre é que quando se chega no comércio para venda aos atravessadores, essa questão se torna irrelevante, pois para os compradores tudo é adquirido apenas como “feijão preto”, não importando o tipo de variedade e se a mesma é melhorada ou crioula, nesse caso, ambas obtém o mesmo preço.

Dessa forma, a pesquisa identificou que dois tipos de feijão provenientes de variedades melhoradas, preto e carioca, compõe 51,97 % da quantidade plantada de feijão dos entrevistados, conforme mostra a figura 04. Essa variedades são as mais plantadas porquê de acordo com agricultores e atravessadores, essas são as variedades que “têm maior mercado” e são as variedades “mais consumidas” e por isso são as mais procuradas pelos compradores na época da safra e, em consequência disso, são as mais plantadas, mostrando como o mercado influencia na produção dos agricultores. Da mesma forma, são as variedades mais empacotadas nas unidades de beneficiamento do território, seguindo para diversos mercados e destinos, conforme mostraremos no capítulo 4.

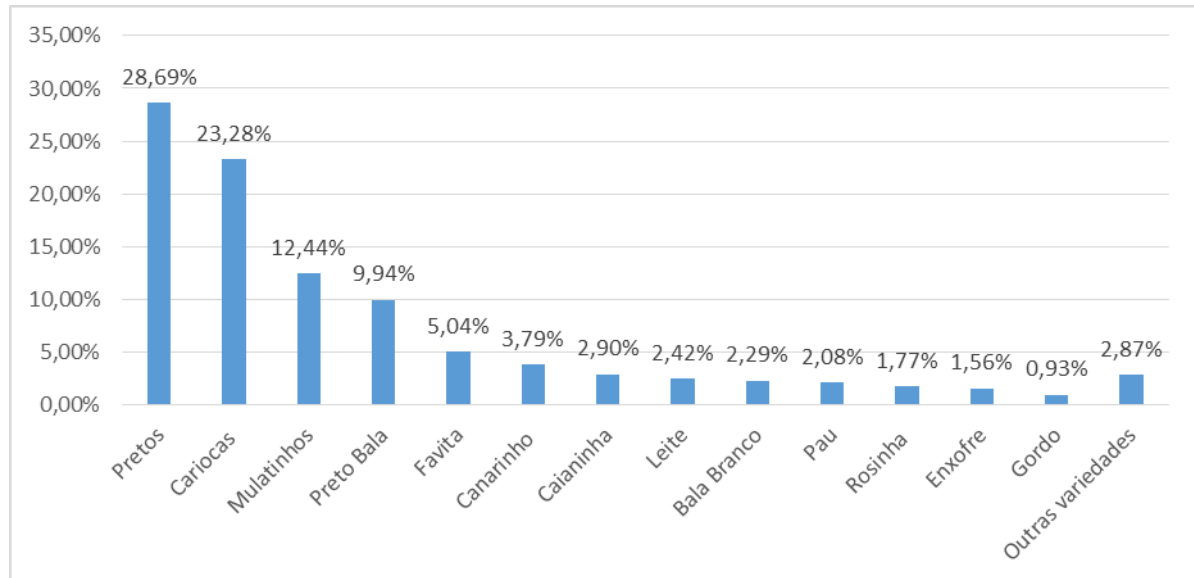


Figura 04. Variedades de feijão mais plantadas pelos agricultores entrevistados.

Conforme apresentado na figura 04, podemos observar que 28,69% do feijão plantado pelos agricultores entrevistados são de variedades de feijão preto e 23,28% por variedades de feijão carioca. Com uma considerável distância, mais abaixo, aparecem as variedades de feijão mulatinho com 12,44%, seguidos de outras variedades, em sua maioria feijões “redondos” e “graúdos”, variedades coloridas, pintadas e de grãos compridos, todas essas a partir da 3ª colocação sendo classificadas como crioulas. Ainda, a figura 04 mostra que as variedades melhoradas estão (dentro dos tipos pretos e cariocas), portanto, entre as mais plantadas em quantidade, enquanto que as variedades crioulas se expressam ocupando porcentagens menores.

Outro dado relevante obtido nessa análise é que as variedades dos tipos pretos, cariocas e mulatinhos perfizeram 64,41% dos cultivos, enquanto que todas as demais variedades somadas se mostram ocupando apenas 35,59% de ocorrência nas lavouras, fato esse que indica forte concentração dos cultivos em poucas variedades e tipos de feijão.

A seguir, na Figura 05, mostramos as imagens das principais variedades de feijão plantadas pelos agricultores do território.



Figura 05. Variedades de feijão mais plantadas pelos agricultores pesquisados: a) feijão preto; b) feijão carioca; c) feijão mulatinho bagerosa/bico de ouro; d) feijão preto bala; e) feijão favita/safra nova; f) feijão canarinho; g) feijão caianinha; h) feijão leite; i) feijão bala branco; j) feijão pau; k) feijão rosinha claro; l) feijão enxofre; m) feijão gordo.

Por fim, é desta forma que podemos entender melhor as dinâmicas da agricultura familiar, com seus cultivos e variedades de sementes. Como vimos neste capítulo os agricultores familiares são importantes guardiões das sementes crioulas e da agrobiodiversidade, resistindo na diversificação produtiva em tempos de uma agricultura moderna industrial. A legislação nacional, apesar de alguns avanços nos últimos anos ainda é restritiva para a ampla comercialização de sementes crioulas e são poucos os programas públicos de conservação de recursos genéticos locais no Brasil.

O registro neste trabalho da grande biodiversidade agrícola de variedades de feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), que existe no Agreste Meridional, mostra-nos a necessidade de conservação do patrimônio genético local e de ações para o fortalecimento de uma agricultura familiar que traz tradições, costumes, valores sociais e culturais importantes de serem preservados. Esta agricultura também se caracteriza pela diversidade, algo bastante relevante para a segurança alimentar e nutricional das populações, a partir da produção de alimentos locais.

No capítulo a seguir, veremos como as organizações sociais dos agricultores têm contribuído para ações de desenvolvimento local nas comunidades e municípios, a partir da atividade de cultivo do feijão-comum, juntamente com diversas outras entidades, organizações, instituições e pessoas do território do Agreste Meridional.

2. CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO LOCAL E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES: BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES, COOPERATIVISMO, REDES SOLIDÁRIAS E EXTENSÃO RURAL

A organização dos agricultores em associações, cooperativas e bancos comunitários de sementes, é importante para potencializar processos de desenvolvimento local, reunindo agricultores e estabelecendo parcerias e articulações com outras instituições de atuação no território.

Pensando a concepção do desenvolvimento local para o contexto de estudo desse trabalho, pressupomos que a articulação e a comunicação entre os diversos atores que compõem o território, possam levar a um maior envolvimento e participação dos agricultores e de suas organizações. Essa participação deve empoderar os agricultores para a transformação de suas realidades, com o apoio de uma grande rede de caráter permanente, horizontal (não vertical), composta por diversas organizações e instituições, que formam a base para o desenvolvimento local, na qual participam de forma igual também os agricultores.

Atualmente, a dinâmica da cadeia produtiva do feijão do Agreste Meridional está baseada numa lógica externa, altamente influenciada pelo mercado de feijão brasileiro, em preços, demandas e sistemas de distribuição. Isso faz com que os atores locais que integram essa cadeia (agricultores, atravessadores, empresários) tenham muito pouco controle e influência sobre a dinâmica de funcionamento da mesma, ficando sempre a reboque das dinâmicas e lógicas de ação do “mercado nacional de feijão”. Pensar e direcionar a cadeia produtiva do feijão, ou ao menos parte dela, sob a ótica do desenvolvimento local e territorial, poderia acarretar em transformações importantes como a criação de novos fluxos de comercialização, novos produtos e a provocação de novas demandas de consumidores, levando a uma maior rentabilidade econômica da atividade para os agricultores produtores de feijão, com o fortalecimento e protagonismo das instituições e organizações locais.

Neste capítulo, trazemos reflexões e apontamentos, ainda que pontuais, de iniciativas e experiências do “Território Produtivo do Feijão” fruto de resultados desse estudo, que mostram como as formas de organização social dos agricultores familiares têm contribuído para o desenvolvimento local, juntamente com outros atores do território do Agreste Meridional de Pernambuco, a partir dos trabalhos associativos e cooperativos de produção, uso, conservação e comercialização de variedades de feijão comum.

2.1. Território, Desenvolvimento Territorial e Desenvolvimento Local

Antes de adentrarmos na descrição e análise das experiências das organizações sociais dos agricultores relacionadas à cadeia produtiva do feijão do Agreste Meridional, achamos por importante trazer alguns conceitos que norteiam o que será abordado neste capítulo. Portanto, vamos discorrer sobre território, desenvolvimento territorial e desenvolvimento local, temas que se relacionam com o que temos buscado compreender nesta parte da pesquisa.

A palavra território, inicialmente, evoca a ideia de “território nacional”, o que nos vincula a ideia de Estado. “O território pode ser entendido também à escala nacional e em associação ao Estado como grande gestor [...] no entanto, ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala.” (SOUZA, 2000, p. 81). O Autor explica que território “é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder: [...] quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como” (SOUZA, 2000, p. 78-79).

Essa concepção é, da mesma forma, trazida por Raffestin (1993), em seu clássico “Por uma Geografia do Poder”, quando diz que o território é uma fração do espaço produzido através do trabalho e marcado por relações de poder. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (pela representação) o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993; SOUSA, 2014).

Buarque (2012) acrescenta mais alguns elementos na compreensão de território. Para ele território é:

[...] um espaço geográfico que se diferencia pelas características socioeconômicas e culturais próprias formando um conjunto contíguo e contínuo, sendo reconhecido pela sociedade por meio da representação simbólica, de modo a expressar um sentimento de pertencimento àquele local. Com maior ou menor diferenciação e reconhecimento social, o espaço geográfico de um país pode compor múltiplos territórios que convivem e interagem em um processo dinâmico e de permanente mudança (BUARQUE, 2012, p. 140).

Sousa (2014) aponta que o conceito de território para o Estado é mais normativo, técnico e instrumental, o que difere em parte do conceito partilhado pelos autores da Geografia. A autora traz como exemplo o conceito de território do Programa “Territórios Rurais” e “Territórios da Cidadania” executado pela antiga Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal. Para a SDT/MDA o território é:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente

distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2005d *apud* SOUSA, 2014).

A partir da concepção de território, vamos agora associar este conceito à ideia de desenvolvimento, ou seja, o “desenvolvimento territorial” como um tipo de desenvolvimento pensado com foco em um território. Mesmo com a atuação de agentes externos, por exemplo governamentais, para o fomento do desenvolvimento territorial, o que não deixa de ser importante, mas “o desenvolvimento territorial tem de ser pensado levando necessariamente em conta as dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais endógenas ao território” (DELGADO, BONNAL E LEITE, 2007, p. 23).

Estes autores falam de “territorialização do desenvolvimento” com a valorização de questões como a governança descentralizada, o controle social descentralizado de políticas públicas específicas e o desenvolvimento sustentável. Portanto, para Delgado, Bonnal e Leite (2007), a territorialização do desenvolvimento em nível local passa pelo entendimento de que:

[...] o território é a unidade espacial de intervenção governamental na qual se pretende construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública capaz de criar ou de estimular oportunidades para o deslanche de processos econômicos, sociais e políticos julgados coletivamente como adequados ao desenvolvimento sustentável do território (DELGADO, BONNAL E LEITE, 2007, p. 22).

Para Buarque (2012), para que aconteça o desenvolvimento territorial, este entrará de certa maneira em conflito com as estruturas de poder locais já estabelecidas e comenta:

[...] em cada território existe uma determinada estrutura de poder que é resultado da sua história social e política; esta não pode ser ignorada na formulação e implementação de projetos, mas o jogo de poder local é um processo dinâmico e em permanente ebulição política. O projeto político do território, formulado de forma participativa, termina por refletir, de alguma forma, na estrutura de poder prevaiente, ao mesmo tempo em que estimula certa reorganização política no território, seja pelo envolvimento de amplos e diversificados atores sociais, seja pelo processo de negociação de interesses entre eles (BUARQUE, 2012, p.150).

No caso de um território onde há o predomínio de agricultores familiares, como o caso do Agreste Meridional de Pernambuco, é importante que o diálogo para as ações do desenvolvimento territorial não fique restrito apenas ao segmento da agricultura familiar, mas seja amplificado para fora dele, conforme ressalta Buarque (2012):

[...] mesmo quando o território é definido pela presença dominante de um determinado grupo social – agricultores familiares, por exemplo – se o projeto é de desenvolvimento do território, e não apenas da agricultura familiar, a participação deve ser ampliada para todos os segmentos e interesses sociais

presentes no território. A predominância na economia e sociedade do território confere peso aos agricultores familiares na definição das prioridades de desenvolvimento local (BUARQUE, 2012, p. 151).

Diante do exposto sobre território e desenvolvimento, acrescentamos um terceiro e último conceito de desenvolvimento, o qual chamamos de desenvolvimento local. Nesse sentido, a cadeia produtiva do território do feijão pode ser pensada a partir da ótica do desenvolvimento territorial e do desenvolvimento local, como tipos de desenvolvimento que tem foco nos recursos internos, fazendo com que os atores locais dialoguem entre si e construam juntos um trabalho integrado que leve a ações de transformação de suas realidades. Nessa perspectiva, o desenvolvimento local pode ser entendido como:

[...] aquele que se articula por meio dos recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais de localidades e territórios delimitados, com economias de escala e potencialidades ainda por explorar, além de uma forte identidade compartilhada. [...] Nessa perspectiva, quando se fala em desenvolvimento local, não se leva em conta somente o aspecto econômico, mas também se considera o desenvolvimento social, ambiental, cultural e político, ou seja, o desenvolvimento em escala humana (LIMA, MARINHO E BRAND, 2007, p. 3).

O desenvolvimento local é conceituado por De Jesus (2006), que reforça a sua importância para melhoria das condições de vida de populações locais, entendendo como:

Um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e das sociedades locais, criando oportunidades de trabalho e renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim trata-se de um esforço localizado e concertado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (DE JESUS, 2006, p. 25-26).

O desenvolvimento local apresenta um aspecto importante de cooperação para a melhoria das condições econômicas e sociais locais. Coelho (2001, *apud* MACIEL, 2012) compreende o desenvolvimento local como:

[...] a constituição de uma ambiência produtiva inovadora, na qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração de cadeias produtivas e rede econômicas e sociais, de tal modo que ele amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável (COELHO, 2001 *apud* MACIEL, 2012, p. 57).

Fazendo menção à ideia convencional de desenvolvimento enquanto crescimento econômico, Milani (2003) diz que esta é uma variável importante, e que se deve pensar em formas de integração com o mercado, mas que isso por si só não é capaz de promover o desenvolvimento local, devendo o aspecto econômico estar associado a fatores sociais, culturais e políticos para se alcançar o desenvolvimento local. O autor chama a atenção de que não se pode conceber o desenvolvimento local reduzindo-o exclusivamente ao “local” e ao seu espaço geográfico mais próximo. Deste modo, deve-se estabelecer conexões com outras estruturas de poder e com outras dimensões como a nacional e a global, uma vez que as transformações do macro influenciam de forma significativa o local.

Enfim, o entendimento dos conceitos aqui apresentados podem contribuir para uma maior reflexão de possíveis novas iniciativas de trabalho em torno da cadeia produtiva do feijão no Agreste Meridional, visando o seu desenvolvimento com a resolução de gargalos e diminuição de desigualdades internas.

2.2. Associativismo e os Bancos Comunitários de Sementes (BCS)

No contexto deste trabalho, reforçamos como importantes experiências associativas e de organização social dos agricultores, as Casas e Bancos Comunitários de Sementes, criados na maioria das vezes com o apoio da associação comunitária dos moradores de alguma comunidade rural, por meio de ações de assistência técnica e extensão rural de organizações governamentais e não governamentais.

Os Bancos Comunitários de Sementes são experiências historicamente relacionadas ao movimento da Igreja Católica, conhecido como “Comunidades Eclesiais de Base - CEB’s”, que foram marcantes no Nordeste do Brasil a partir da década de 1970. Nessa época, a Igreja estimulava os agricultores a guardar suas próprias sementes coletivamente e com um tipo de gestão associativa, como forma de autonomia perante os poderes políticos e do latifúndio das regiões do interior do Nordeste, que por muitas vezes usavam do controle e domínio sobre as sementes, como moeda de troca ou impondo uma subordinação aos agricultores (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002; COPPABACS, s/d).

O associativismo é definido por Albuquerque (2003) como um processo de um grupo de pessoas que decide reunir-se de forma regular para superar dificuldades e dar conta de demandas comuns, baseando as suas práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo. O associativismo é uma perspectiva democrática de exercício

da cidadania, que afirma um modo de agir coletivo de pessoas mobilizadas em busca de superar dificuldades e na maior parte das vezes sem fins lucrativos.

A formação e manutenção de bancos ou casas de sementes têm sido estratégias muito eficazes de conservação local das variedades agrícolas. Os Bancos de Sementes se mostram como relevantes experiências familiares ou coletivas de organização de estoques de grande diversidade de sementes, de importância alimentícia ou ecológica para as comunidades, com o objetivo de garantir a manutenção das variedades de culturas agrícolas com adaptação local (milho, feijão, fava, jerimum, hortaliças e etc.) e em tempo adequado para o plantio. Proporcionam também maior independência frente às sementes comerciais, que precisam sempre ser compradas a cada novo plantio (BALENSIFER; SILVA, 2016).

O padrão básico de funcionamento dos bancos e casas de sementes consiste na realização de empréstimos anuais de sementes aos agricultores associados, com posterior devolução ao término da safra da mesma quantidade retirada ou com algum acréscimo, buscando sempre o aumento quantitativo dos estoques do banco. Os estoques são formados quase sempre por culturas agrícolas alimentares, como feijão, milho e fava, mas podem ter também outros tipos de sementes, como espécies florestais, adubadoras, entre outras.

Os bancos comunitários de sementes geralmente se fortalecem em movimentos de caráter regional, com forte trabalho coletivo, muitas vezes formando redes e realizando intercâmbios entre si e passando a atuar com características importantes de movimentos sociais camponeses, criando processos de protagonismos para os agricultores nas diversas regiões.

Os movimentos estaduais de bancos comunitários de sementes, no Brasil e especialmente no Nordeste, geralmente “batizam” as sementes crioulas dando a elas um nome próprio, com uma ideia de identidade e/ou de luta. Assim, as sementes são conhecidas nos Estados como sementes “da paixão” (Paraíba), sementes “da resistência” (Alagoas), sementes “da liberdade” (Sergipe), sementes “da vida” (Ceará), sementes “da fartura” (Piauí), entre outros nomes.

Os bancos ou casas comunitárias de sementes são formas de organização social dos agricultores, que foram reconhecidas e têm sido potencializadas como estratégia de convivência com a região semiárida. Desta forma, a partir do ano de 2016 um grande programa de formação de casas e bancos de sementes foi desenvolvido em diversos Estados do semiárido brasileiro, como forma de incentivar as famílias ao associativismo e à formação de estoques de sementes locais adaptadas. Este programa, coordenado pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), com patrocínio do Governo Federal, implantou mais de 600 unidades de casas e bancos comunitários de sementes em nove estados brasileiros: Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas,

Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí e é conhecido como “Programa Sementes do Semiárido” (ASA BRASIL, 2017; MDA, 2015; SEAD, 2016).

No Agreste Meridional de Pernambuco, território formado por 26 municípios, este programa implantou 14 BCS no ano de 2016, que somados a outros dois bancos formados com apoio do IPA (GEMA – Grupo de Agroecologia do IPA) e da Rede Semeam, compõem o conjunto de 16 BCS existentes (Tabela 08), distribuídos em 7 municípios, já que antes destes programas não existiam BCS no território.

Tabela 08. Casas e Bancos Comunitários de Sementes do Agreste Meridional de Pernambuco.

Instituição responsável pela formação do Banco	Casas e Bancos Comunitários de Sementes do Agreste Meridional de Pernambuco	Município
ASA* (Programa Sementes do Semiárido)	Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cerquinha	Angelim
	Banco Comunitário “Sementes Crioulas do Coração” do Sítio Várzea D’antas	
	Banco Comunitário de Sementes São João do Sítio Marrecas	Calçado
	Banco Comunitário de Sementes “Severina do Nascimento” do Sítio do Meio	
	Casa de Sementes “Zé Luca Sementes da Esperança” do Sítio Pitombeira	
	Banco Comunitário de Sementes “Nascendo para o Futuro” do Sítio Cabaceiras	Canhotinho
	Banco Comunitário de Sementes do Sítio Luz	
	Casa de Sementes “Marina Carmo Leite da Silva” do Sítio Jenipapo	
	Banco Comunitário de Sementes do Sítio Aroeira	São João
	Casa de Sementes São Francisco de Assis do Sítio Cachoeirinha dos Carvalhos	
	Casa de Sementes Comunitária da União do Sítio Cachoeirinha dos Emídios	
	Banco Comunitário de Sementes do Sítio Pau Ferro	Jupi
	Banco Comunitário de Sementes do Sítio Lacre	
	Banco Comunitário de Sementes do Sítio Colônia	
GEMA/IPA**	Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz	Garanhuns
GEMA/IPA/ Rede SEMEAM***	Banco Municipal de Sementes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jucati	Jucati

Fonte: Elaborado pelo autor - *Articulação do Semiárido Brasileiro; ** Grupo de Estudos, Sistematização e Metodologia em Agroecologia do IPA/Instituto Agrônomo de Pernambuco; *** Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco.

Apesar dos Bancos Comunitários de Sementes contemplarem uma minoria dos municípios do Agreste Meridional, percebemos que estes foram localizados e formados em municípios do território do feijão, ou seja, municípios compostos por comunidades que se dedicam de forma significativa ao cultivo de feijão comum e suas variedades. Nessa

perspectiva, o Programa Sementes do Semiárido e as ações de extensão rural do IPA/Rede SEMEAM no Agreste Meridional, vieram a contribuir com uma concepção de desenvolvimento local, no momento em que desencadearam iniciativas que se somaram a outras ações que já vinham sendo construídas pelo Território Produtivo do Feijão coordenado pelo Prorural/GTG do Feijão.

Ainda, como forma de exemplificar a importância que os bancos comunitários de sementes têm adquirido na questão da conservação dos recursos genéticos locais, ressaltamos o número crescente de leis estaduais de agrobiodiversidade e de apoio aos trabalhos com sementes crioulas, referendando as estratégias dos estoques coletivos das casas comunitárias de sementes. No Nordeste, estados como a Paraíba, Alagoas e Sergipe possuem leis estaduais que tratam da conservação das sementes crioulas e do fomento aos estoques de bancos comunitários nas comunidades rurais.

2.3. Descrição das organizações sociais dos agricultores familiares

2.3.1. A Casa Comunitária de Sementes do Sítio Jenipapo, Canhotinho-PE

A Casa de Sementes “Marina Carmo Leite da Silva” do Sítio Jenipapo, Canhotinho, Pernambuco é uma das quatorze casas e banco comunitários de sementes implantados no Agreste Meridional de Pernambuco pelo Programa Sementes do Semiárido da ASA Brasil (Articulação do Semiárido Brasileiro).

Esta casa de sementes foi fundada com 20 famílias da comunidade, no ano de 2016, recebendo equipamentos direcionados ao trabalho de seleção, armazenamento e conservação de sementes como tambores plásticos, estantes de aço, balança, peneiras e uma determinada quantia de sementes para o início do estoque.

Foi verificado que a casa de sementes (Figura 06) está funcionando parcialmente, chegando a ocorrer por uma vez o empréstimo de sementes para seis famílias da comunidade. Entretanto, a ausência de reuniões e atividades do grupo de associados, faz com que o projeto vá perdendo o seu potencial aglutinador e transformador na comunidade em torno das sementes. A comissão gestora do BCS alega que o projeto foi implantado e parou, porque não mais ocorreu a visita do técnico à comunidade. A comissão ressalta a importância de haver uma assistência técnica com a presença de um técnico extensionista junto ao grupo para que o mesmo possa sempre se reunir e discutir as questões pertinentes às sementes, fortalecer-se como grupo e potencializar o funcionamento da casa de sementes.



Figura 06. Casa Comunitária de Sementes do Sítio Jenipapo em Canhotinho: a) área interna do cômodo do estoque de sementes; b) fachada da Casa de Sementes.

Entretanto, apesar do pouco funcionamento da Casa de Sementes, o grupo vem conservando algumas variedades em pequenas quantidades em estoque, visando uma multiplicação e aumento das quantidades nas próximas safras, totalizando atualmente um estoque de 156 kg de sementes (Tabela 09).

Tabela 09. Levantamento de variedades em estoque da Casa de Sementes do Sítio Jenipapo em Canhotinho

Cultura agrícola	Nome da variedade	Quantidade em estoque
Feijão comum	Bage Rosa	55 kg
	Preto	35 kg
	Rosinha	30 kg
Fava	Galo de Campina	6 kg
	Preta	500 g
Milho	Batité Ponta Fina	30 kg
Total		156,5kg

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando perguntado à Comissão Gestora da Casa de Sementes, do por quê se guarda exatamente essas três variedades de feijão e não outras, a resposta foi associada à questão de comércio para essas variedades:

“Essas é mais vendável [...]eu plantava o cavalo claro e sempre era mais barato, e o feijão de estouro de vender hoje é o rosinha e o bage rosa, esse bage rosa e o rosinha é mais caro, o preto o cara planta mas é mais barato, é 50 reais à menos.(ACOMGEST1, Canhotinho-PE)”

Essa questão evidencia a forte influência do mercado territorial no comércio de feijão e as preferências de compra por parte dos atravessadores, levando os agricultores a plantar variedades que “tem comércio” e colocando em desuso variedades tidas como “sem aceitação no comércio”.

2.3.2. O Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz, Garanhuns-PE

O Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz, Garanhuns, Pernambuco (Figura 07) é um banco fundado no ano de 2015 com 25 famílias, com assistência técnica do serviço de Extensão Rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA, órgão ligado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Governo de Pernambuco. O BCS fica localizado nas dependências da sede da Associação Comunitária Nova Vida do Sítio Cruz, ocupando um de seus cômodos para o armazenamento do seu estoque de sementes e uso do seu salão para realização de reuniões e outras atividades com os associados do Banco.



Figura 07. Fachada da sede da Associação Comunitária Nova Vida, onde fica localizado o Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz.

O grupo de agricultores associados ao Banco vem desde 2015 trabalhando no resgate e multiplicação de variedades de feijão que estavam deixando de ser plantadas na comunidade. O Banco atualmente dispõe de 18 variedades de feijão, 1 variedade de milho batité e uma variedade de fava. A variedade mais plantada na comunidade é um tipo de feijão mulatinho chamada de feijão “bage rosa”, mas também conhecida no território pelo codinome de “bico de ouro” (Figura 08).

O Banco de Sementes é uma iniciativa que tem se somado a outras iniciativas de trabalhos de transição agroecológica e comercialização da produção crioula de famílias agricultoras da comunidade. Desta forma, o Banco de Sementes com seus agricultores associados são participantes de um movimento territorial, fomentado por organizações como a Rede Agreste de Agroecologia – Reagro e a Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco (Rede Semeam). Essas redes são compostas por diversas entidades e instituições do território, entre elas, o Núcleo Agrofamiliar da Unidade Acadêmica de Garanhuns da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UAG/UFRPE, que vem

trabalhando estimulando a produção e a comercialização de produtos na “Feira Territorial da Agroecologia e Agricultura Familiar”, feira agroecológica realizada semanalmente no município de Garanhuns.

As atividades das Redes e de suas organizações junto com as pessoas do local (agricultores) têm promovido um processo de formação nas famílias, uma vez que a partir dessas experiências, estas começaram a participar de seminários, encontros, intercâmbios, feiras de trocas de sementes, expandindo seus horizontes de compreensão sobre a produção familiar, manejo do sistema produtivo, conservação do meio ambiente, resgate de sementes e comercialização (Figura 08).

No ano de 2018, as famílias do banco resolveram implantar uma roça comunitária na comunidade para multiplicação de sementes e venda da produção excedente.



Figura 08. Atividades do grupo de associados do Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz: a) estoque de sementes do BCS; b) Colheita da roça comunitária do BCS; c) estande do BCS-Sítio Cruz na 5ª Feira de Troca de Sementes Crioulas em Garanhuns.

Segundo levantamento realizado durante a pesquisa, o Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz tem em estoque as seguintes variedades de sementes, conforme a tabela 10:

Tabela 10. Levantamento de variedades em estoque do Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz em Garanhuns.

Cultura agrícola	Nome da variedade	Quantidade em estoque
Feijão comum	Bage Rosa	67,5 kg
	Mulatinho legítimo	23,8 kg
	Favita	1,7 kg
	Preto	23,8 kg
	Pau	3,2 kg
	Leite	8,5 kg
	Vermelho	13,6 kg
	Café	2,1 kg
	Carrapatinho	19,7 kg
	Enxofre	1,5 kg
	Fogo na Serra	1,5 kg
	Lavandeira	3,4 kg
	Jatobá	3,4 kg
	Bala Branco	1,7 kg
	Bage Roxa	400 g
	Carioca	1,7 kg
	Violeta	1,5 kg
Rosinha	1,7 kg	
Fava	Olho de Ovelha	300 g
Milho	Batité Ponta Fina	1,7 kg
Total		182,7kg

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.3.3. O cooperativismo na Cadeia Produtiva do Feijão: o caso da Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – COOPAF, São João - PE

O cooperativismo moderno surgiu no interior da Inglaterra em 1844, durante a Revolução Industrial, no episódio dos operários tecelões de Rochdale, cidade de Manchester. Essa experiência surgiu por iniciativa de 28 trabalhadores que se organizaram de forma autônoma e em regime de trabalho cooperativo como forma de contraposição ao penoso e explorador trabalho das fábricas (LEMOS, 2018).

O termo cooperativismo vem do conceito de cooperação, que pode ser entendido como “ato de cooperar, ou operar simultaneamente, trabalhar em comum, colaborar, sinalizando, portanto, para um sentido de ação e um sentido de movimento coletivo, sempre em oposição à perspectiva individual e individualista” (DE JESUS; TIRIBA, 2003, p. 49).

Conforme explicam Schmidt e Perius (2003), as cooperativas são empresas coletivas, democraticamente controladas, de propriedade comum de várias pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais, baseando-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia.

No Brasil as cooperativas se organizam em entidades nacionais, das quais as duas mais conhecidas são a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a mais antiga, fundada em 1969 e a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), fundada no ano de 2014, porém com uma particularidade. A UNICOPAS é uma junção de quatro entidades nacionais cooperativistas que já existiam no Brasil, sendo elas a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), as Cooperativas do Movimento Nacional de Catadores e Catadoras de Material Reciclável (UNICATADORES) e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil). Essas quatro últimas entidades nacionais citadas, continuam atuando de forma própria, mesmo com a criação da UNICOPAS. (UNICOPAS, 2019).

A Coopaf (Figura 09) é uma cooperativa filiada à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, fundada no ano de 2001 no município de São João, Pernambuco. Na época de sua fundação, a entidade teve apoio da gestão municipal na pessoa do Prefeito Antônio de Pádua Maranhão Fernandes, também pesquisador do quadro do IPA, que via na Cooperativa uma oportunidade de melhor organizar os agricultores produtores de feijão e de se buscar melhoria na renda familiar destes trabalhadores.



Figura 09. Galpão-sede da Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – Coopaf em São João.

Nessa época a Cooperativa foi responsável por negociações junto a instituições bancárias, conseguindo abertura de crédito agrícola para os agricultores que obtiveram recursos financiados para custeio de suas lavouras.

“[...] lá em 2001, quando a gente chegou e conseguiu abrir o crédito aqui no Banco do Brasil, na região ninguém financiava nada. Com a abertura da cooperativa, foi o primeiro passo que a gente deu, foi a abertura de crédito. A gente tem um documento aí, um levantamento que a gente fez no final de 2 anos, e viu que quem era cooperado produziu cerca de 40 % a mais do que de quem não era. Porque ele (o agricultor cooperado) teve como investir, com a calagem, correção de solo, pra todos 25 cooperados na época a gente fez análise de solo no IPA, e isso se estendeu para o município” (DIRCOOP1, São João-PE).

Durante os anos de 2007 a 2011, a Coopaf passou por uma certa condição de ostracismo sem o desenvolvimento de muitas atividades e com poucos associados ativos. A partir do ano de 2012, surge um novo momento na entidade e a Cooperativa é incluída num importante trabalho de desenvolvimento territorial por parte do “Programa Territórios Produtivos” coordenado pelo Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prorural), órgão de fomento vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Governo de Pernambuco. Este trabalho teve como objetivo dinamizar a cadeia produtiva territorial do feijão, com a ideia de fortalecer a organização dos agricultores na Coopaf, adotando novas estratégias de comercialização na busca de melhores condições de renda a partir da produção de feijão destes agricultores.

Através desta iniciativa a Coopaf se expandiu, passando de uma atuação que era restrita ao município de São João para uma abrangência territorial. Atualmente, a Cooperativa conta com 553 cooperados em seu quadro social, atuando em nove municípios do território: Angelim, Caetés, Calçado, Canhotinho, Jucati, Jupi, Lajedo, São Bento do Una e São João fruto do trabalho desenvolvido pelo Prorural (UGT-Garanhuns) com o Grupo Territorial de Governança - GTG do Território do Feijão.

Durante esses anos, a Coopaf melhorou sua infraestrutura (figura 10), adquirindo uma sede própria, que era o antigo galpão pertencente à Prefeitura Municipal de São João, construído com recursos federais do “Pronaf Infraestrutura” destinado aos trabalhos de apoio à cadeia produtiva do feijão do município de São João. Este galpão, no ano de 2012, foi oficialmente doado por lei municipal aprovada pela câmara de vereadores, para a Cooperativa, vindo a se tornar a sua sede própria.

Após a conquista da sede, a Coopaf adquiriu dois veículos próprios, sendo uma pick-up Strada 1.4 ano 2017, com recursos do projeto do território do feijão e um caminhão Volkswagen Delivery 8160 ano 2017, este último adquirido com recursos próprios, como contrapartida exigida pelo projeto da unidade de beneficiamento do feijão do Território Produtivo. Também foi contrapartida da Cooperativa a construção de uma garagem para guardar os veículos. Ainda, a Coopaf dispõe de um escritório dentro da sede, aberto diariamente à disposição dos cooperados (Figura 10).



Figura 10. Infraestrutura da sede da Coopaf: a) vista lateral externa do galpão; b) área interna do galpão; c) escritório administrativo e salas anexas; d) garagem da Cooperativa.

A cooperativa tem como objetivo principal facilitar os processos de comercialização da produção de feijão dos agricultores familiares cooperados, buscando o acesso a outros tipos de canais de comercialização, fora das tradicionais feiras municipais de feijão do território.

2.3.3.1. O Programa Território Produtivo do Feijão

O Programa “Territórios Produtivos de Pernambuco” passou a ser o principal programa executado pelo Prorural no Estado. Atuando nas 12 regiões de desenvolvimento (RD’s) de Pernambuco, o Prorural realizou a formação de 47 territórios produtivos de acordo com as aptidões agrícolas e pecuárias identificadas em cada região como “horticultura orgânica, piscicultura, raízes e tubérculos, apicultura, caprinovinocultura, bovinocultura, fruticultura, artesanato, avicultura, turismo rural, entre outras.” (PRORURAL, 2019).

Por sua vez, o Prorural entende e define território produtivo como “um espaço geográfico envolvendo um conjunto de municípios com atividades de relevância econômica da agricultura familiar e arranjos organizacionais/institucionais, inseridos em determinadas cadeias produtivas” (PRORURAL, 2012, p. 12). Todos os territórios produtivos construíram de forma participativa um Plano Territorial da Rede Produtiva (PTRP) compreendido como “um conjunto de ações e investimentos organizados em estratégias e compromissos, resultante de

consensos entre atores sociais (sociedade civil organizada e Estado) de um Território Produtivo” (PRORURAL, 2012, p.12).

A metodologia para a elaboração do Plano Territorial compreendeu seis etapas: (i) atividades preliminares; (ii) mobilização e sensibilização; (iii) diagnóstico; (iv) planejamento; (v) pactuação da matriz de ações e investimentos e a (vi) criação do Grupo Territorial de Governança (GTG). Participaram da elaboração do Plano 62 (sessenta e duas) instituições governamentais e não governamentais, destas, 55% são representativas dos/as produtores/as familiares, compondo o Fórum do Território Produtivo do Feijão e Grupo Territorial de Governança (PRORURAL, 2012).

A matriz de ações e de investimentos do Território Produtivo do Feijão, que consta no plano territorial foi pactuada por 22 instituições governamentais e não-governamentais no valor total de R\$ R\$ 25.368.798,30 (PRORURAL, 2012), onde boa parte da fonte desses recursos é proveniente do Banco Mundial.

Nessa perspectiva, o trabalho da “Rede Produtiva do Feijão” protagonizou a Coopaf no território do Agreste Meridional, como a entidade central para o desenvolvimento do “Plano Territorial da Rede Produtiva do Feijão” aglutinando agricultores e instituições parceiras e expandindo o seu raio de atuação.

2.3.3.2. A experiência do GTG do Feijão e a Coopaf: caminhos para o desenvolvimento local

O trabalho da Rede Produtiva do Feijão se baseia no Grupo Territorial de Governança, GTG do Feijão, espécie de fórum permanente formado por entidades e atores sociais ligados à agricultura e a produção de feijão no território. O GTG foi composto por representações de 11 municípios: Angelim, Calçado, Canhotinho, Garanhuns, Ibirajuba, Jucati, Jupi, Jurema, Lajedo, São Bento do Una e São João. Quem representa os municípios no GTG são membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR’s e Prefeituras Municipais por meio de suas Secretarias Municipais de Agricultura (PRORURAL, 2012). Posteriormente, por motivos de ausência de representantes, os municípios de Garanhuns e Ibirajuba foram excluídos temporariamente do Território do Feijão.

O GTG é uma metodologia adotada pelo Prorural na execução das Redes Produtivas Territoriais, baseada na participação de atores locais, entidades governamentais (prefeituras) e não governamentais (associações, conselhos municipais, sindicatos de trabalhadores rurais) que constroem e pactuam uma matriz de ações de investimentos daquela rede produtiva.

Entendemos, portanto, que o GTG é uma metodologia para o desenvolvimento local, uma vez que reúne esforços no agrupamento de diversas instituições e organizações na busca de soluções para problemas locais e territoriais, neste caso os gargalos e dificuldades da cadeia produtiva do feijão da agricultura familiar, importante atividade econômica para muitas famílias do Agreste Meridional.

Com o desenvolvimento das ações do território do feijão, a Coopaf tem conseguido captar recursos e projetos em benefício dos agricultores cooperados. Nos últimos anos, 433 agricultores foram beneficiados com a construção de terreiros de secagem de grãos em 6 municípios do território, além da entrega de 150 máquinas forrageiras e 150 roçadeiras, equipamentos de uso rotineiro dos agricultores no manejo da propriedade rural.

O projeto produtivo amparado na Coopaf, com apoio da Rede Produtiva do Feijão, tem por objetivo final gerar o beneficiamento e o empacotamento do feijão produzido pelos cooperados, de forma que estes agricultores tenham onde vender o seu feijão por um preço mais justo e obter benefício na repartição de sobras. Sobre isso, um dos diretores da cooperativa comenta sobre a dependência comercial com os atravessadores e acredita que a Coopaf será capaz de criar uma nova lógica nessa relação:

“ [...] o que a gente vê hoje, o atravessador é que manipula tudo, ele chega aí numa feira, eles se organizam e ditam o preço, então quando o agricultor vem com seu produto pra feira, então ali já tem um monopólio deles, e eles já tem até que preço eles podem comprar, e o agricultor tem que se render àquilo. Na cooperativa não, quem vai comercializar nossos produtos somos nós mesmos e [...] completando com a redistribuição de renda, agregando valor ao produto, mas não é só agregar, a questão importante é esse valor ficar com o agricultor, porque não adianta muito a gente chegar aqui agregar valor ao produto, vender esse produto e não ter esse retorno para o produtor lá” (DIRCOOP2, São João-PE).

Atualmente, a COOPAF encontra-se esperando a liberação do seu projeto de estruturação produtiva, elaborado e negociado junto ao Prorural, onde terá em suas dependências uma unidade de beneficiamento e empacotamento de feijão. Na figura 11 podemos observar as etapas de um fluxo de beneficiamento de feijão destinado à comercialização, fluxo este semelhante ao que será implantado pela Coopaf.

FLUXOGRAMA DO BENEFICIAMENTO DE FEIJÃO



Fonte: PTRP – Feijão, Prorural (2012)

Figura 11. Exemplo de fluxograma para beneficiamento do feijão.

Com a unidade de beneficiamento em atividade, é objetivo da Coopaf estabelecer uma marca de feijão para ser comercializada no território e fora dele, principalmente para mercados públicos e institucionais para atender a merenda escolar, creches e hospitais, buscando-se ainda a demanda varejista de municípios da região como mercadinhos e supermercados. Abaixo apresentamos o design de uma possível embalagem para o feijão produzido pela Coopaf (Figura 12).



Fonte: Acervo Coopaf

Figura 12. Layout da embalagem criada pela Cooperativa para a marca “Feijão Coopaf”.

O feijão produzido pelos agricultores da Coopaf poderá se apresentar como um produto com indicação geográfica, tendência crescente dentro do atual sistema alimentar, conforme explicam Wilkinson, Niederle e Mascarenhas (2016) no seu livro *“O Sabor da origem: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares.”* Os autores usam os exemplos dos vinhos, queijos e do café como produtos territorializados que carregam a marca de suas regiões de origem no Brasil, valor esse que reflete positivamente nas relações de demanda e consumo destes produtos.

Trazendo esta análise para o nosso campo de estudo, no caso o feijão, um produto apresentado ao mercado com indicação geográfica como “feijão da agricultura familiar do Agreste Meridional de Pernambuco”, diferenciar-se-ia do feijão beneficiado pelas demais empacotadoras do território. Ocorre que, para manter o fluxo de funcionamento o ano inteiro, as empacotadoras beneficiam muito mais feijão comprado de safras de outros estados brasileiros (Goiás, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e etc.) do que do Agreste Meridional, perdendo assim suas procedências de origem, tornando-se um produto comum no mercado convencional, ou seja, apenas “feijão” em grão.

A Coopaf ainda pretende se diferenciar do mercado convencional, que praticamente só realiza empacotamento de feijão preto, carioca e feijão de corda, empacotando também variedades crioulas tradicionais do território, como os feijões mulatinhos, rosinhas, cafezinho, favita, leite, enxofre e etc., abrindo canais de comercialização para variedades locais da agricultura familiar.

Neste sentido, referendamos a importância que têm as organizações sociais de base dos agricultores familiares, situadas em diversas comunidades e municípios, pelas quais se tornam

possíveis, como instrumento e estratégia, a conquista de políticas públicas, de processos de inclusão produtiva e de ações em torno da melhoria da qualidade de vida destas populações.

2.4. A Rede Semeam na promoção de uma extensão rural agroecológica e do desenvolvimento local

Entidades da sociedade civil e órgãos governamentais que têm trabalhado na implementação e consolidação de políticas públicas, cada vez mais, têm se utilizado estrategicamente e metodologicamente da formação de redes para aglutinar e gerar conexão entre os diversos atores de um território.

Milani (2003) mostra como exemplo, a Rede Pintadas como uma experiência de desenvolvimento local em âmbito municipal, integrando diversos atores do município de Pintadas-BA, como Igreja, ONG's internacionais, Prefeitura, Associações, Cooperativa e outros, de forma que a maior parte das decisões estratégicas para o desenvolvimento da cidade passam por essa Rede.

De acordo com Mance (2003, p.219) “a noção de rede coloca ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam sinergia coletiva.” O autor traz o conceito de “redes de colaboração solidária” e explica a sua forma de gestão e o seus potenciais de mudanças nas localidades em que atuam:

A gestão de uma rede solidária deve ser necessariamente democrática, pois a participação dos membros é inteiramente livre, respeitando-se os contratos firmados entre os membros. Entre suas características estão: descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo. [...] As redes de colaboração solidária permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador, [...] fazendo surgir uma nova esfera de contrato social [...] e uma nova formação social. (MANCE, 2003, p. 220-222).

Outro tipo de rede, chamada de “redes sociotécnicas”, consideradas importantes para a circulação de informação e de inovação, são definidas como “estruturas desenhadas pelas relações interpessoais múltiplas, que reúnem atores individuais e institucionais, em âmbito regional ou local, em torno de objetos técnicos e de objetivos comuns” (BRASIL, 2004, p.24).

No território, a Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco – Rede Semeam, tem contribuído fortemente para os trabalhos com a temática das sementes crioulas e estimulado a participação e envolvimento dos agricultores cujas comunidades tem bancos ou casa de sementes. Trata-se de uma rede, não constituída juridicamente, formada por

instituições governamentais e não-governamentais, que realiza uma articulação territorial fomentando a discussão técnica, social e organizacional em torno do resgate, uso e conservação das sementes crioulas e da agrobiodiversidade do território. Como estratégia de atuação a Rede realiza seminários, feiras de trocas de sementes, intercâmbios, reuniões e atividades de campo, agregando atualmente 17 organizações filiadas (Tabela 11), entre órgãos públicos, universidades, ONG's, cooperativas, sindicatos e casas e bancos comunitários de sementes.

Tabela 11. Instituições e organizações filiadas à Rede SEMEAM.

Tipo de organização	Nome da organização/instituição	Município
Bancos Comunitários de Sementes	Banco Comunitário de Sementes Nascendo para o Futuro do Sítio Cabaceiras	Canhotinho
	Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cerquinha	Angelim
	Banco Comunitário de Sementes do Sítio Colônia	Jupi
	Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz	Garanhuns
	Banco Municipal de Sementes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Jucati	Jucati
	Casa de Sementes Comunitária da União do Sítio Cachoeirinha dos Emídios	São João
	Casa de Sementes São Francisco de Assis do Sítio Cachoeirinha dos Carvalhos	
Cooperativas	Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – COOPAF	São João
	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale do Ipanema - COOPANEMA	Águas Belas
Movimento Sindical Rural	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco – FETAPE (Pólo Sindical de Garanhuns)	Recife/Garanhuns
	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF Regional – Agreste Meridional	Águas Belas
Organizações não governamentais (ONG's)	Cáritas Brasileira Regional - NE 2	Garanhuns
	Instituto Raízes	
	Cáritas Diocesana de Pesqueira	Pesqueira
	Serviço de Tecnologia Alternativa - SERTA	Ibimirim
Organizações governamentais do poder público	Grupo de Estudos, Sistematização e Metodologia em Agroecologia – GEMA/ Instituto Agrônomo de Pernambuco/IPA	Garanhuns
	Núcleo de Agroecologia e CVT Agrofamiliar – Unidade Acadêmica de Garanhuns da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UAG/UFRPE	

Fonte: Elaborado pelo autor

A Rede Semeam foi criada no ano de 2015, como consequência das articulações em torno da realização da 2ª Feira de Troca de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco, realizada em Garanhuns. No período, entre os anos de 2015 e 2019, a Rede se

organizou territorialmente, com a definição de uma coordenação e comissões de apoio com mandato de dois anos, aprovação de um regimento interno com as regras de funcionamento da Rede e com a formalização de filiações de entidades, grupos, instituições e pessoas físicas que passaram a compor oficialmente os quadros da Rede Semeam.

Com as filiações, a Rede Semeam instituiu o recolhimento de anuidades com valores diferenciados de acordo com a natureza de cada grupo filiado, como forma de subsidiar despesas com a realização das atividades anuais planejadas com os grupos associados. Também, se estabeleceu a realização de reuniões ordinárias mensais para aprofundamento das articulações e tomada de decisões coletivas, quanto aos trabalhos e atividades a serem realizados nos municípios e comunidades. Ainda, na tentativa de melhorar o seu setor de comunicação, a Rede criou um email próprio e perfis nas redes sociais (Facebook, Instagram) e um canal no Youtube, no intuito de divulgar fotos e filmagens de suas atividades.

A Rede Semeam tem como objetivo maior contribuir com as comunidades rurais e agricultores para o desenvolvimento de ações de resgate e manejo sustentável da agrobiodiversidade, estimulando a conservação e uso das diferentes espécies agrícolas e de variedades crioulas que existem há gerações na agricultura familiar. Fazem parte deste trabalho, entre outras coisas, os levantamentos, quantificação e registros de variedades e a multiplicação de materiais que são encontrados em pequenas quantidades, e que por isso se mostram mais vulneráveis ao desaparecimento.

A Rede Semeam foi uma proposta de trabalho realizada por extensionistas rurais ligados ao Grupo de Estudos, Sistematização e Metodologia em Agroecologia (GEMA) do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA, na intenção de contribuir com um processo de desenvolvimento territorial, amparando-se numa perspectiva de uma extensão rural com princípios da agroecologia.

Um serviço de “extensão rural agroecológica” é colocado por Caporal (2015) como um estilo de extensão rural norteado por alguns elementos centrais como: (i) o controle social por parte dos agricultores beneficiários sobre a atividade extensionista, onde estes devem ser estimulados a participar ativamente das diversas etapas de execução das atividades; (ii) a mudança na forma de trabalhar as tecnologias, não massificando uma tecnologia para toda e qualquer situação, mas buscando adaptar as tecnologias disponíveis à necessidade particular de cada agroecossistema, compreendendo as influências culturais e os conhecimentos locais dos agricultores como saberes também contribuintes; (iii) a inclusão da questão ambiental como elemento principal da ação extensionista e não mais secundário, contribuindo para que os agricultores comecem a realizar um manejo ambiental mais adequado e sustentável nos

agroecossistemas em que estão inseridos; (iv) o extensionista se comportar perante os agricultores sempre como um animador, um colaborador, um assessor, ou seja, balizado por uma relação horizontal de trabalho, mas também como um agente de desenvolvimento.

A Rede tem estimulado a organização e a participação dos agricultores nas entidades e nos movimentos coletivos do território e tem possibilitado o diálogo e a articulação permanente de diversos atores, uma vez que a rede é constituída por agricultores, técnicos, professores e outros profissionais ligados a organizações de fomento e assessoria e representantes de instituições governamentais. Perspectivas como essas têm contribuído para potencializar importantes processos de desenvolvimento local, com trabalhos que buscam o envolvimento e o fortalecimento real dos agricultores e de suas organizações nos processos. Este parece estar sendo o caso do serviço de Assistência de Técnica e Extensão Rural prestado pelo IPA junto aos agricultores e comunidades rurais ligadas à Rede Semeam, quando as atividades têm buscado cada vez mais se aproximar das localidades dos agricultores, gerando protagonismo e mobilização social.

Um exemplo de atividade local, que vem sendo adotado como estratégia de trabalho junto às Casas e Bancos de Sementes, tem sido o incentivo à formação de roças comunitárias anuais. As roças comunitárias são realizadas em regime de mutirão, portanto, sendo um trabalho coletivo, contribuem para a união das famílias, a integração, a solidariedade, e fortalece o espírito de grupo. Neste tipo de trabalho, pode-se multiplicar uma grande diversidade de sementes e culturas agrícolas, resgatando variedades locais e aumentando estoques dos bancos, permitindo uma maior oferta de sementes e de variedades aos seus associados no ano seguinte. As roças comunitárias podem ainda gerar comercialização por algum excedente da produção, angariando recursos financeiros para o caixa do banco, que podem ser destinados posteriormente para a aquisição de equipamentos, melhoria da estrutura do banco e outras ações que se fizerem necessárias.

Os trabalhos desenvolvidos pela Rede Semeam, tendo como base o resgate, manejo e conservação da agrobiodiversidade e das variedades crioulas, dialogam muito com a concepção de desenvolvimento local, pois essas sementes são recursos locais e que têm toda a sua história e contexto junto às comunidades em que são cultivadas, fazendo parte das tradições e da vida das famílias. Desta forma, a pesquisa avalia como sendo de grande potencial as atividades da Rede Semeam e das Casas e Bancos Comunitários de Sementes, para o desenvolvimento territorial do Agreste Meridional e para o desenvolvimento local de suas comunidades e zona rural de seus municípios.

2.5. A importância do serviço de Extensão Rural para o Desenvolvimento Local

O serviço conhecido como “extensão rural” chegou ao Brasil na década de 1940, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG) em 1948. Esse contexto histórico coincidiu com o processo de modernização da agricultura e do campo, com grande influência e apoio, inclusive financeiro, do governo dos Estados Unidos e de grupos empresariais norte-americanos como foi o caso da Fundação Rockefeller. Estes viam na extensão rural, uma forma de ocupar espaços no meio rural com um sistema de educação não formal, que tornassem os agricultores receptivos a novas abordagens e tecnologias que estariam por vir (AMMANN, 1987; CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

A partir da década de 1980, o modelo inicial de extensão rural amparado na difusão tecnológica, mostrava sinais de estagnação e declínio (CAPORAL; COSTABEBER, 2007), passando também a ser alvo de críticas científicas de reconhecidos autores da academia como Paulo Freire, João Bosco Pinto e Juan Bordenave. Para uma perspectiva de desenvolvimento local, o modelo de Ater baseado no difusionismo tecnológico mostrou-se ineficaz para a construção de processos locais, que integrassem outras dimensões na ação extensionista como a dimensão política, cultural, ambiental e social, uma vez que esse modelo de Ater tem como foco quase que exclusivo o aspecto econômico, visando o aumento da renda familiar como consequência do aumento da produtividade agropecuária das famílias.

A partir da década de 1990 o serviço de Ater no Brasil entra numa profunda crise, que por decisão do governo Collor, resolve pela extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), deixando o país sem uma política nacional de Ater. Desta maneira, o serviço foi quase extinto no Brasil, com drástico enxugamento dos quadros de funcionários, suspensão dos concursos públicos e corte de projetos e investimentos, deixando a cargo dos governos estaduais os custos de manutenção e execução dos serviços de Ater em todo o país.

A década de 1990 no Brasil foi marcada pela adoção do modelo neoliberal de estado mínimo, o que provocou a privatização e extinção de diversos órgãos e empresas públicas. Posteriormente, o serviço de extensão rural veio a ser resgatado e reestruturado no ano de 2002 no governo de ex-presidente Lula, absorvendo as teorias acadêmicas da década de 1980 e se constituindo com um nome enfoque. Assim, o novo serviço de extensão rural se apresentou com uma concepção que defendia que os agricultores fossem sujeitos de sua própria ação, em processos efetivamente participativos de mudanças no meio rural, além da concepção da agroecologia como eixo norteador da prática extensionista, conforme observado na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER (BRASIL, 2004).

A concepção de desenvolvimento local ganhou força em meados da década de 1990 (MACIEL, 2012), como uma nova concepção de desenvolvimento que se pauta não apenas em uma lógica econômica, como se preconizava em períodos anteriores. O desenvolvimento local se diferencia por seu olhar interno e endógeno, que estimula os atores sociais de uma localidade ou território a discutir as formas de resolver seus problemas pela identificação e desenvolvimento das potencialidades locais.

Ações efetivas de extensão rural apresentam em si grande potencial para o desenvolvimento, transformações e mudanças. Estudos realizados com dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que uma família que é regularmente atendida com o serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER), tem o valor de sua produção por hectare 3,6 vezes maior do que uma família não assistida (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009). Isso mostra o quanto é importante a universalização dos serviços de Ater para todos os agricultores familiares (AF) do Brasil, já que apenas 53% dos AF são assistidos pela Ater no país, fato esse que demanda a contratação de um número maior de profissionais para as empresas estaduais de Ater (ASBRAER, 2014).

Todos os municípios do território do Agreste Meridional possuem escritórios do serviço de extensão rural governamental de Pernambuco, ofertado pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, fato esse que contribui para o fortalecimento local ou do território.

No entanto, não imaginamos o serviço de Ater sendo realizado apenas pela esfera governamental. Para se conseguir atingir a universalização da Ater, certamente é necessária a participação direta de outras organizações, como ONG's e cooperativas que trabalhem com assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares, o chamado “terceiro setor”, conforme preconiza a Pnater (2004).

Um caso de sucesso bastante conhecido, e protagonizado por organizações não governamentais, são os trabalhos de Ater executados no chamado “Pólo da Borborema” na Paraíba, pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, ONG que atua com uma Ater com forte inclinação para o desenvolvimento local, com o apoio do movimento sindical do território, entre outros atores. A AS-PTA inclui em suas estratégias e metodologias de Ater o desenvolvimento de variadas dimensões, além da econômica, buscando a organização social e política das comunidades, a diversificação produtiva com os princípios da agroecologia e a comercialização local, territorial e interestadual da produção dos agricultores, que têm sua base produtiva nas sementes crioulas e em produtos da agrobiodiversidade regional, conhecidas como “Sementes da Paixão”.

A concepção do desenvolvimento local também inspira a própria Lei de ATER Nº 12.188/2010, que teve como influência a Política Nacional de Ater (PNATER) de 2003. Podemos observar que a abordagem trazida pela lei orienta para questões como participação, cidadania, democratização, apoio às iniciativas locais, associativismo e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, aspectos esses essenciais para a concretização do desenvolvimento local. Desta maneira, são princípios e objetivos do serviço de assistência técnica e extensão rural no Brasil, conforme a Lei de Ater:

[...] adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; apoiar o associativismo e o cooperativismo; e promover a melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários (BRASIL, 2010).

Vemos, portanto, que a Lei de Ater aponta para um modelo de extensão rural que rompe com o modelo clássico difusionista, quando fala em construção da cidadania, democratização da gestão pública, e enfoques participativos com as múltiplas dimensões do conhecimento no trabalho com os agricultores familiares.

Nesse mesmo sentido, Caporal (2015) fala da necessidade de um “novo profissionalismo” na Extensão Rural, uma vez que o modelo de desenvolvimento agrícola vigente impôs o seu próprio modelo de educação e de formação de profissionais das ciências agrárias. Portanto, o autor ressalta a necessidade de mudanças institucionais para a adoção de uma Extensão Rural Agroecológica (em superação ao modelo de Extensão Rural Difusionista) que tem como alguns pressupostos a participação efetiva e o controle social dos beneficiários, o agente de Ater se colocando como facilitador do trabalho e contribuindo para o desenvolvimento de modos de vidas sustentáveis com o uso e otimização de recursos internos.

No território do Agreste Meridional uma Ater com perspectiva agroecológica é executada pelo IPA e por ONG's, mediante editais de projetos e chamadas públicas. A principal contribuição do IPA com Ater agroecológica se executa junto à Rede Semeam, fortalecendo o resgate e conservação da agrobiodiversidade e o fortalecimento de Casas e Bancos Comunitários de Sementes.

A Ater não governamental é realizada por ONG's, como o Centro Sabiá que executou no ano de 2016, juntamente com a Cáritas Brasileira Regional - NE 2, a criação e capacitação de 14 Bancos Comunitários de Sementes formados por agricultores familiares. Este projeto teve recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Unidade Acadêmica de Garanhuns, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAG/UFRPE), por meio do Núcleo Agrofamiliar (Núcleo de Agroecologia), executa projetos de pesquisa e extensão junto às comunidades de agricultura familiar do território, trabalhando os temas da transição agroecológica, comercialização e formação de feiras agroecológicas. Desta forma, programas, editais, chamadas públicas e recursos direcionados para a Ater agroecológica são necessários para dar aportes e subsídios de políticas públicas que fortaleçam a Ater para a agricultura familiar, com vistas à consolidação de processos de desenvolvimento local.

Neste capítulo analisamos três organizações sociais dos agricultores e sua contribuição para o desenvolvimento local das comunidades e municípios em que estão inseridas, sendo elas: a Casa de Sementes do Sítio Jenipapo, em Canhotinho, o Banco Comunitário de Sementes do Sítio Cruz, em Garanhuns, e a Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – Coopaf em São João. Também descrevemos um pouco sobre a dinâmica da Rede Semeam, como uma rede fomentada pelo serviço de extensão rural do IPA, em busca da realização de ações para o desenvolvimento local e territorial, a partir das sementes dos agricultores familiares, bem como a importância do serviço de extensão rural para o desenvolvimento local.

3. CAPÍTULO III – MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Neste capítulo, vamos discutir os principais aspectos dos mercados com os quais a agricultura familiar se relaciona para escoamento de sua produção e comercialização de seus produtos. Apresentaremos alguns dados sobre a cadeia produtiva do feijão no Brasil e também, traremos reflexões sobre experiências de novas iniciativas locais de comercialização da produção de feijão em diferentes regiões do país.

3.1. Reflexões sobre mercados, canais de comercialização, diversificação e especialização produtiva na agricultura familiar

O acesso aos mercados e melhores condições de comercialização se tornaram uma necessidade histórica da agricultura familiar. O dilema entre a produção diversificada, característica da agricultura familiar, e a padronização dos alimentos pelo sistema agroalimentar global dominante, gera um conflito prejudicial à primeira, uma vez que os mercados convencionais não absorvem a diversidade. Além disso, estes mercados induzem a especialização produtiva da agricultura familiar, provocando transformações culturais, perda de tradições e de conhecimentos de formas de manejo ancestrais e diminuição ou desaparecimento de variedades agrícolas que compõem os recursos genéticos locais.

Quando falamos de mercados para a agricultura familiar, e em função da discussão que estamos fazendo neste trabalho, devemos apresentar o que entendemos por “diversificação produtiva” e “especialização produtiva”, colocando esses dois conceitos de maneira antagônica entre si, como realmente o são.

Assim, de acordo com Costa (2017), a diversificação produtiva é compreendida como formas de manejo e de produção que busca utilizar diferentes espécies vegetais e animais, com variedade intraespecífica (variedades dentro da mesma espécie), através de policultivos e consórcios agrícolas, ou seja, de forma a se gerar integração, aproveitando da melhor forma possível os espaços do agroecossistema de uma propriedade rural. Para que ocorra a diversificação produtiva é necessária a conservação dos conhecimentos geracionais sobre as práticas agrícolas como, formas ecológicas de manejo do solo, controle alternativo e biológico de pragas e doenças, observações da natureza e de aspectos do clima, e resgate, incremento e conservação dos fluxos ecológicos e cadeias alimentares do agroecossistema, de forma que a busca do equilíbrio ambiental e energético passe por essas questões. Sobre a diversificação e a integração das explorações o autor explica que:

A diversificação das explorações agrícolas é especialmente importante para se atingir uma maior estabilidade biológica no agroecossistema e a consequente

redução dos problemas fito e zoo sanitários. Diversificação essa que guarda estreita relação com a genética das explorações vegetais e animais e seu grau de adaptação a cada ecologia. Mas a diversificação por si só não é suficiente à otimização da eficiência no funcionamento do sistema, fazendo-se necessária a integração das explorações com base na compatibilidade e complementaridade entre elas. [...] Se conduzida segundo os acúmulos científicos, a diversificação e a integração das explorações aumentam a eficiência produtiva agrícola, e a compatibilidade entre plantas e animais (COSTA, 2017, p. 86-87).

Por sua vez, a especialização produtiva é o processo oposto à diversificação, e é entendida como a substituição das práticas e conhecimentos tradicionais agrícolas por práticas e conhecimentos de matriz industrial-moderna, com a adoção de tecnologias externas à propriedade, uso de insumos artificiais industrializados e a redução progressiva da quantidade de culturas agrícolas plantadas numa mesma área até a monocultura. A especialização produtiva, como o próprio nome sugere, se consolida por meio de uma produção especializada, geralmente num único tipo de produto, e com o uso de técnicas também especializadas, como adubações químicas específicas, uso de agrotóxicos pontuais para determinadas pragas e doenças, e utilização de maquinário também específico como plantadeiras, adubadoras, colheitadeiras e etc. (TOLEDO, 2017).

Sobre a especialização produtiva, Eskinazi e Souza (2013) explicam que esse processo traz a “homogeneização territorial” partindo de um território que produzia diversos tipos de alimentos para autoconsumo das famílias agricultoras e abastecimento do mercado interno por meio da comercialização em cidades próximas, modificando o território para a produção de apenas uma cultura agrícola. Assim, os agricultores perdem poder sobre o território e corporações privadas passam a exercer o domínio sobre este e a sua produção, usando como mão de obra os próprios agricultores que sempre residiram naquela região. Portanto, esses autores explicam:

Assim, consolidam-se especializações produtivas, que alteram a densidade técnica das regiões e implicam em transformações territoriais na medida em que modificam a matriz produtiva, as relações de produção, as relações sociais e as formas de apropriação desses espaços (ESKINAZI; SOUZA, 2013, p.195).

Enquanto que a diversificação produtiva busca produzir alta diversidade de alimentos para o abastecimento familiar próprio e de mercados de proximidade e mercados locais, a especialização produtiva se dedica a uma pequena diversidade de produtos em uma grande quantidade, destinada a atender mercados empresariais nacionais e globais. Desta forma, a especialização produtiva é um dos aspectos da agricultura moderna e é induzida pelos mercados convencionais como modelo a ser adotado pela própria agricultura familiar (ESKINAZI; SOUZA, 2013; TOLEDO, 2017).

Dessa forma, esses são temas centrais que permeiam esse trabalho, no momento em que o território onde realizamos esta pesquisa se apresenta de forma complexa, ora evidenciando a produção diversificada de várias culturas agrícolas produzidas pelos agricultores, ora se encontrando propriedades familiares e comunidades que experimentam processos de especialização, migrando da diversificação produtiva para a especialidade em poucas culturas e poucas variedades de sementes mais voltadas para o atendimento do mercado.

Muito se fala, mas afinal, o que são mercados? Na realidade, não se trata de uma questão de simples resposta. A expressão “mercado” pode adquirir diversos sentidos dentro de nossa sociedade. Ora o mercado é visto como um ente externo e abstrato, com forte influência no sistema político-econômico nacional e global, e que precisa sempre ser obedecido, escutado e até “acalmado”, quando se diz que o “mercado está nervoso”. Outro entendimento um tanto comum de “mercado”, e por sua vez mais concreto, refere-se aos próprios locais onde se efetuam as negociações, compra e venda de produtos, exemplos, supermercados, feiras livres, mercado público municipal e etc. (SCHNEIDER, 2013). Nessa perspectiva, na busca de uma compreensão do conceito da expressão “mercado” Schneider (2013) contribui:

Mercados não são apenas espaços de interação entre demanda e oferta, circunscritos às leis de formação da riqueza econômica, sua alocação e distribuição nas sociedades. Os mercados passam a ser percebidos e entendidos como espaços de interação social, formados através de sinais e relações que não são apenas materiais e tangíveis, mas fundamentalmente ativados mediante interações sociais, culturais e cognitivas (SCHNEIDER, 2013, p.8).

Na busca da definição e conceituação de mercados trazemos também a contribuição de Lisboa (2003). Para este autor o mercado:

[...] é uma realidade humana sempre politicamente construída [...] é um dos *locus* estruturantes da sociedade moderna, é o espaço das mercadorias, o lugar da distribuição e do consumo [...], mas os mercados continuam sendo um espaço sociológico e antropológico, uma forma de socialização onde ocorrem encontros, trocas de informações, e não apenas transações utilitariamente orientadas. [...] O mercado é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo. Ainda hoje o “mercado público” designa um espaço central de socialização em nossas cidades, o lugar que dá cores, cheiro, identidade e almas as mesmas (LISBOA, 2003, p. 188-189).

Em estudos sobre quais tipos de mercados que os agricultores familiares se inserem, Schneider (2016) estabeleceu uma tipologia, a qual temos utilizado neste trabalho, resultando em quatro tipos de mercados:

- (i) *mercados de proximidade* – são mercados onde as transações ocorrem no local, no povoado rural ou no pequeno município sendo caracterizado por venda direta através de relações sociais de parentesco, reciprocidade e interconhecimento;

- (ii) *mercados locais e territoriais* – são mercados configurados como economia mercantil simples, quando os agricultores passam a produzir para vender ou trocar para ganhar, não mais como venda direta, sendo marcado pela presença de um intermediário que executa a distribuição e circulação dos produtos em nível local, territorial ou regional;
- (iii) *mercados convencionais* – são mercados de produtos, bens e mercadorias que se orienta pela oferta e demanda comandados por poderosos agentes privados, dispensando a necessidade do local ou região para existirem, sendo esferas de circulação nacionais e globais. Os agricultores que se inserem nestes mercados se tornam dependentes de contratos, principalmente para os que produzem *commodities*, sendo mercados de alto risco e incertezas e de difícil controle e regulação;
- (iv) *mercados públicos e institucionais* - são mercados onde o principal agente mediador passa a ser o Estado, algum organismo público, ou organização pública não governamental. São mercados regulamentados por leis, regras de controle de licitação e compras públicas e demonstram grande interesse pelos produtos dos agricultores por uma demanda dirigida para escolas, hospitais, creches, pagando quase sempre valores mais elevados que os mercados convencionais pelos produtos adquiridos.

Sobre uma segunda tipologia de mercados, Wilkinson (2008) entende que existam seis tipos de mercados que são acessados pela agricultura familiar: commodities, especialidades, orgânicos, artesanais, solidários e institucionais. No entanto, Schneider (2016) aponta diferenças entre os conceitos de mercados e canais de comercialização, de forma que a tipologia elaborada por Wilkinson (2008) não seria uma tipologia de mercados propriamente dita:

esta tipologia de Wilkinson cumpre muito mais o papel de classificar os diferentes tipos de canais de comercialização que os agricultores familiares podem acessar [...] a tipologia indica as distintas oportunidades de acesso a canais de comercialização para a categoria social de agricultor familiar e sugere alguns desafios a serem enfrentados (SCHNEIDER, 2016, p.125).

Para Schneider (2016), os mercados seriam muito mais norteados pelo *locus* ou alcance espacial e pelo modelo ou natureza das trocas (solidário, diversificado, concorrencial e licitatório ou seleção pública). Enquanto isso, os canais de comercialização são onde efetivamente ocorrem as trocas ou transações mercantis, por exemplo: feira local, cooperativa, agroindústria, internet, supermercado, prefeitura (alimentação escolar) e etc.

No Agreste Meridional de Pernambuco, são canais de comercialização para produtos da agricultura familiar, os programas públicos de compras governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as centrais de abastecimento (ceasas municipais), também conhecidas em alguns locais como “mercados públicos” e os diferentes tipos de feiras de agricultura.

Os programas públicos de compras da agricultura familiar são operados pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no caso do PAA, e pelas secretarias municipais e estadual de educação para o PNAE, adquirindo produtos para consumo imediato em entidades sócio-assistenciais (creches, abrigos, asilos e etc.) e escolas.

As centrais de abastecimento são locais de comercialização que vendem especialmente grãos, cereais e farinha de mandioca direto aos consumidores. São conhecidas como “mercados públicos” e se organizam em boxes cujos comerciantes compram alguma parte de produção dos agricultores para revender neste tipo de espaço.

As feiras de agricultura se apresentam como canais onde se realiza o escoamento de uma parte razoável da produção dos agricultores. Estas podem ser classificadas como feiras livres varejistas municipais, feiras de feijão (na época da safra), feira de agricultura familiar e feiras agroecológicas.

Apesar desta diversidade de canais de comercialização, a agricultura familiar do território sofre com as dificuldades de escoamento da produção, uma vez que a maioria destes canais não são capazes de incluir um grande número de agricultores e por isso absorvem pouca quantidade da produção, fazendo com que os produtores terminem por entregar os seus produtos a preços baixos para atravessadores.

Assim, pensar mercados e canais de comercialização para a agricultura familiar é algo de grande importância, pois se trata de um segmento que produz boa parte dos alimentos no Brasil, mas que encontra grandes dificuldades de fazer seus produtos chegar aos consumidores. Portanto, é difícil o acesso da produção da agricultura familiar nas grandes cadeias agroalimentares e dentro do próprio universo da agricultura familiar são insuficientes as janelas de comercialização. A seguir trataremos sobre os aspectos dos mercados convencionais e globais privados e sua relação com a agricultura familiar como forma de explicar melhor este processo.

3.1.1. Mercados globais e a exclusão da agricultura familiar

A partir da década de 1990 muitas transformações ocorreram em nível mundial a partir da crise do sistema fordista. O sistema político-econômico neoliberal se consolida de forma global, por meio de políticas de estado mínimo, ou seja, o enfraquecimento do Estado como mediador entre mercado e sociedade, ao contrário do período fordista, quando se buscava fortalecer um Estado mais intervencionista nas relações da sociedade.

A globalização neoliberal trouxe grandes impactos para as dinâmicas e fluxos comerciais dos países e também para o mundo da agricultura. Wilkinson (2008) exemplifica isso da seguinte forma:

O conjunto dos países da América Latina remodelou os sistemas de governança interna e externa ao se ajustarem às pressões dos organismos financeiros internacionais, alinhando-se as exigências da OMC e adotando estratégias de crescimento por via das exportações. Em relação aos mercados nacionais, esse processo levou a retirada do Governo de controles diretos na forma de preços ou compras e ao desmantelamento, em muitos casos, de serviços de extensão e também a eliminação de políticas ativas setoriais. [...] Tais medidas vieram acompanhadas de uma menor proteção tarifária e uma maior abertura ao comércio internacional e [...] a modificação da legislação sobre os níveis de participação do capital estrangeiro em empresas nacionais e uma maior tolerância à remessa de lucros, [...] agora visto como a solução à falta de poupança e tecnologia internas necessárias para alavancar as exportações (WILKINSON, 2008, p. 153).

Os mercados globais atuais têm produzido impactos negativos, conforme aponta Cavalcanti (2004, p. 29) especialmente, “pela utilização extensiva e intensiva dos recursos naturais e controles fitossanitários pouco amigos da natureza. [...] a produção, a natureza e a apropriação dos recursos naturais são ajustadas ao ritmo dos mercados”.

Os principais aspectos dos mercados globais são apresentados por Bonanno (1999) como:

o aumento da flexibilidade em escala global, a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas, destruindo as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando-se uma descentralização da produção. Esta agora está decomposta em subunidades e em subprocessos produtivos, conduzidos pelas empresas que se dispersam globalmente. [...] empresas públicas são privatizadas e, cada vez mais, a disponibilidade de serviços essenciais dependem da capacidade de pagamento e/ou do lucro geral (BONANNO, 1999, p. 52.)

O autor traz que um dos importantes aspectos deste mercado é a “hipermobilidade de capitais” entendida por ele como a “capacidade dessas corporações no sentido de mover sua base operacional para além das fronteiras regionais e nacionais com rapidez e facilidade, apesar da resistência dos atores locais” (BONANNO, 1999, p. 55). Ele explica ainda que, as políticas

de livre comércio se utilizam dos Estados Nacionais para facilitar a mobilidade de capitais, ao mesmo tempo em que corroem seus mecanismos de regulação em nível local, regional e nacional.

Conforme explica Cavalcanti (2004, p. 29) “a produção agrícola está submetida a normas externas; a produção local, nacional ou regional está sujeita aos limites e preferências definidas na maior parte pelos intermediários entre produção e consumo”.

Desta forma, entendemos que os “intermediários entre produção e consumo” citados por Cavalcanti (2004), podem ser apresentados como sendo os três principais agrupamentos empresariais privados, que compõem os elos do sistema agroalimentar global: (i) *produção* – onde se concentram as chamadas empresas transnacionais da agricultura, vendedoras de sementes e insumos agrícolas; (ii) *processamento/beneficiamento* - composto por grupos transnacionais agroindustriais; (iii) *distribuição/comercialização* – formado pelas grandes redes mundiais de supermercados varejistas e atacadistas.

Começaremos pelo primeiro elo desta cadeia, que se refere às empresas transnacionais de sementes comerciais e agroquímicos. Wilkinson e Castelli (2000), demonstram a grande transformação ocorrida na indústria de sementes do Brasil quando esta foi praticamente toda desnacionalizada a partir de 1997, mediante uma série de aquisições feitas por empresas estrangeiras.

Em pouco anos, a norte-americana Monsanto expandiu seu mercado de sementes de milho e soja no Brasil, comprando empresas sementeiras brasileiras como a Agrocere S.A., a FT - pesquisa e sementes, Sementes Hatã e Grupo Maeda, além das estrangeiras Cargill e Deskalb que detinham parte do mercado brasileiro. De forma semelhante, procederam outras empresas estrangeiras, como a Dupont e a Dow Agrosiences, proporcionando assim, uma grande concentração de empresas sob o comando de poucas corporações (WILKINSON; CASTELLI, 2000).

No Brasil, a Embrapa, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e algumas outras que desenvolvem variedades de sementes por melhoramento genético, seguem como empresas e instituições públicas nacionais, entretanto, perderam bastante mercado para as corporações transnacionais. Na Tabela 12 mostramos o oligopólio do setor de produção de insumos agrícolas, concretizado por meio de aquisições de empresas menores e/ou nacionais, por parte de empresas maiores e transnacionais no Brasil.

Tabela 12. Aquisições de empresas nacionais de sementes por empresas transnacionais.

Comprador	Empresas compradas	Produto
Monsanto	Agroceres	milho/sorgo
	Cargill Internacional	milho
	Braskalb/Dekalb	milho/sorgo
Dupont	Pioneer	milho/soja
Dow Agrosiences	Dina milho	milho
	Sementes colorado	milho
	FT-Pesquisa e Sementes milho	milho
	Sementes Hatã	milho
	Sedol	sementes
Agr-Evo	Mitla melhoramento	milho
	Sementes Riveiral	milho/soja
	Sementes Fartura	milho

Fonte: Wilkinson e Castelli (2000)

Mayet e Greenberg (2017) apontam as principais empresas transnacionais do setor e chamam atenção para as fusões que estão ocorrendo entre estas empresas, a exemplo da Bayer com a Monsanto ocorrida em 2017, concentrando ainda mais este segmento empresarial no mundo:

o setor comercial global de sementes e agroquímicos é dominado por seis grandes empresas: BASF, Bayer, Dow, DuPont, Monsanto e Syngenta. Estes gigantes controlam atualmente 75% do mercado global de agroquímicos, 63% do mercado comercial de sementes e mais de 75% de toda a pesquisa e desenvolvimento (P&D) no setor privado. A fusão proposta entre a Bayer e a Monsanto dará o controle de 30% do mercado mundial de sementes comerciais e 25% dos mercados mundiais de pesticidas e herbicidas (agroquímicos) a apenas uma empresa. (MAYET; GREENBERG, 2017, p. 76).

Esses autores acrescentam a informação de que as propostas de fusão entre as norte-americanas Dow Chemical e Du Pont; e China National Chemical Corporation (ChemChina) com a suíça Syngenta, estão sendo avaliadas pelas “autoridades de regulação da concorrência” grupo composto por representantes de 30 países (MAYET; GREENBERG, 2017). Desta forma, o oligopólio no setor de sementes e produção de insumos agrícolas se torna cada vez mais estreito e concentrado.

Por sua vez, o segundo elo intermediário do sistema agroalimentar global é composto pelo setor de processamento e beneficiamento da produção agrícola, ou seja, a agroindústria.

Darolt (2013) mostra que a lógica do sistema agroalimentar global é direcionar os agricultores para produzir matéria-prima para abastecer a agroindústria:

Os agricultores começaram a trabalhar prioritariamente para abastecer as grandes redes agroindustriais. Paralelamente, a concentração da população nas cidades e o êxodo rural criaram um distanciamento entre a cidade e o campo. O comércio massivo para grande distribuição, aliado ao hábito de comer fora de

casa num estilo de vida considerado “moderno”, criou um modelo de produção-distribuição-consumo concentrado em circuitos longos, afastando cada vez mais produtores e consumidores (DAROLT, 2013, p. 140).

Nos dias atuais falar dos mercados compostos pelos sistemas agroalimentares globais e sua relação com a produção da agricultura familiar e camponesa, nos remete à obra de Ploeg (2008) *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Neste livro, analisando o setor agroindustrial global, o autor traz o conceito de “Império Alimentar” que é entendido como:

uma nova superestrutura dos mercados globalizantes e tem como características o expansionismo, o controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas [...] o império como modo de ordenamento tende a ser onipresente e universal: ele se estende por muitos domínios da vida social e da vida natural e introduz formas de controle que afetam praticamente todos os lugares” (PLOEG, 2008).

Embora possamos entender como império alimentar todo o sistema agroalimentar global com seus elos de produção, beneficiamento e distribuição que funcionam todos dentro de uma mesma lógica, o autor conceitua como “império alimentar”, fazendo referência muito mais ao setor agroindustrial, trazendo como exemplo de um império alimentar a empresa italiana Parmalat que teve uma grande ascensão no mercado mundial, mesmo vindo a decretar falência no ano de 2003. Ploeg (2008) mostra como uma pequena empresa comercial na província de Parma, no Norte da Itália, tornou-se umas das maiores multinacionais da indústria de leite durante certo período. A Parmalat chegou a atingir 7,6 bilhões de euros em total de vendas, incluindo 260 sociedades comerciais distintas, distribuídas em 30 países do mundo.

Outro conhecido exemplo, desta vez no Brasil, é o caso da empresa JBS, que passou de uma pequena empresa do ramo de frigoríficos do estado de Goiás, para o maior grupo de alimentos do mundo com faturamento global de R\$ 30 bilhões de reais (AOUN; VERDI, 2010). A JBS iniciou a sua internacionalização no ano de 2005 com a compra da unidade da Swift da Argentina e rapidamente se tornou a maior produtora de carne bovina do mundo, a segunda maior produtora de carne de frango e o terceiro maior produtor de carne suína nos Estados Unidos. A companhia passou a estar presente em todos os continentes, com 140 unidades de produção e em torno de 120.000 funcionários em diversos países como Brasil, Argentina, Itália, Austrália, EUA, Uruguai, Paraguai, México e Rússia (TEIXEIRA; CARVALHO; FELDMANN, 2010).

Sobre as redes agroindustriais transnacionais, Ploeg (2008) coloca que o fim explícito dos impérios alimentares é exercer o controle sobre a riqueza produzida nas redes produtivas de fato. Isso impõe o controle dos pontos de distribuição, de modo que para quem está fora do

império, é cada vez mais difícil vender. O autor destaca a importância da existência dos mercados locais, ainda que se saiba que é precisamente por meio da padronização (travestida de normas sanitárias), que o império procura bloqueá-los e por isso que cada vez mais os produtores têm que pagar pelo direito de suas mercadorias chegarem ao consumidor.

O autor também explica os impactos dos “impérios alimentares” sobre as comunidades rurais de agricultura familiar e agricultura camponesa:

“[...] o império é um modelo de ordenamento dominante que tem a tendência de marginalizar e destruir o campesinato juntamente com os valores que este traz e produz. [...] o campesinato tem enfrentado algumas tendências extremamente destrutivas do império: desconstrução dos modos de produção locais, a drenagem da riqueza e a indução associada da precariedade [...], sujeitando o campesinato a novas formas de controle centralizado e de apropriação massiva” (PLOEG, 2008).

No entanto, não se trata aqui de descartar a importância do elo da agroindustrialização no sistema agroalimentar, mas de apontar a oligopolização e transnacionalização das redes agroindustriais a nível global e os impactos deste processo sobre a agricultura familiar.

Neste sentido, Gazolla (2013) faz uma análise sobre os mercados em que atuam as agroindústrias familiares no Rio Grande do Sul, evidenciando diferenças de atuação, de tipos de produtos e de relação com o público consumidor, quando comparadas às grandes redes agroindustriais. O autor aponta que estas agroindústrias têm se inserido em seis principais tipos de canais de comercialização: (i) mercados institucionais; (ii) cadeias curtas de venda direta ao consumidor; (iii) mercado de eventos; (iv) cadeias longas; (v) mercados com pontos de vendas formais e (vi) mercados coletivos e em redes.

Destes seis tipos de canais de comercialização, as vendas por meio de cadeias curtas diretas ao consumidor (feiras do produtor, entrega à domicílio e etc) e de mercados de pontos de vendas formais (supermercados locais, bares, bodegas, restaurantes e cantinas) correspondem a 50,9% e 21,7%, respectivamente, sendo os canais mais utilizados pelas agroindústrias familiares. Portanto, essa análise de Gazolla (2013) nos mostra um estilo agroindustrial descentralizado com protagonismo da agricultura familiar atuando dentro de mercados locais.

Por fim, o terceiro e grande último elo do grande sistema agroalimentar consiste nas redes de distribuição e comercialização para os consumidores. Reardon e Berdegué (2003) realizaram um estudo sobre *A rápida expansão dos supermercados na América Latina* e seus desafios para o acesso da agricultura familiar aos mercados. Os autores mostram que 10 a 20 % da população comprava em supermercados no ano de 1990 e que em apenas 10 anos, este

valor passou para 50% a 60% da população no ano 2000. Este estudo apontou que as redes de supermercados não se concentram apenas nas grandes metrópoles de países maiores, mas ocupam espaços comerciais também em cidades menores e de países menores como Costa Rica, Panamá, El Salvador, Guatemala, entre outros. Outra questão é que a lógica dos produtos vendidos nestas redes obedece às novas exigências de qualidade e logística, impondo barreiras aos produtos da agricultura familiar de uma forma geral.

Reardon e Berdegú (2003) apontam para a forte transnacionalização das redes de supermercados que atuam na América Latina, onde poucas redes transnacionais de supermercados são responsáveis por 56% das vendas totais, com destaque para os grupos Wal-Mart, Royal Ahold, Carrefour e Casino y Achan. Países menores e mais pobres tendem a ter maior concentração do setor supermercadista.

Um estudo sobre o impacto da implantação de lojas do Wal-Mart no estado do Mississippi (EUA) demonstrou prejuízos para mercearias locais:

Ao analisar o impacto no negócio de mercearias previamente existentes, se constatou a alta capacidade destes supermercados de ‘capturar’ sua clientela. Especificamente, essas lojas perderam 10% de suas vendas no primeiro ano de abertura de um Wal-Mart e até 20% cinco anos depois. Os municípios em que Wal-Mart não se instalou, por sua vez, mantiveram seus lucros estáveis (ESTEVE, 2017, p. 175).

Assim, os três principais elos citados da cadeia global agroalimentar compõem um único sistema bastante poderoso e que apresenta oligopólios em todos os seus elos, processo proporcionado pelo próprio fenômeno de globalização neoliberal.

Diante do cenário que foi exposto, todas essas mudanças trouxeram dificuldades para a sobrevivência da agricultura familiar enquanto produção local de alimentos diversificados e com a conservação dos seus aspectos tradicionais e culturais. Em outras palavras, podemos entender a explicação de Wilkinson (2008) que, para a agricultura familiar participar deste grande mercado global ela precisa mudar a sua própria natureza:

Houve, conseqüentemente, uma fragilização da participação dos pequenos produtores e de suas organizações tradicionais (cooperativas) nesses mercados. [...] e para que a agricultura familiar mantenha-se nas grandes cadeias de commodities ela precisa alcançar novos níveis de qualidade e novas escalas de produção. Isto exige inovações organizacionais de ação coletiva, além da incorporação da tecnologia e de novas práticas agrícolas” (WILKINSON, 2008, p. 15 e 153).

Desta maneira, a participação dos agricultores familiares no sistema agroalimentar mundial se dificulta, em função das crescentes exigências de padronização, certificação de qualidade, rastreabilidade e adequação às normas sanitárias que implicam num grande aumento

do custo de produção e que os levam para a especialização produtiva. Sobre isso Ploeg (2009) comenta:

Os impérios alimentares detêm considerável monopólio de poder: está se tornando cada vez mais difícil, se não impossível, para os agricultores venderem seus produtos e para os consumidores comprarem sua comida, independentemente dos circuitos controlados por eles. [...] a liberalização dos mercados agrícola e alimentar e a emergência de impérios alimentares induziram um recrudescimento sem precedentes de pressão sobre a agricultura que se traduz cada vez mais em dificuldades para os agricultores continuarem a produzir (pois os preços estão muito baixos) (PLOEG, 2009, p. 24 e 25).

Mesmo os agricultores familiares estando inseridos nos quatro tipos de mercados, conforme apontado por Schneider (2016), Wilkinson (2008, p.142) explica que a partir da década de 1990 se consolidou um consenso de que a “agricultura familiar precisa desenvolver estratégias alternativas de acesso aos mercados, não apenas contra as ameaças de exclusão mas, sobretudo, para gerar valor agregado aos produtos” como forma de enfrentar as novas condições de competição colocada principalmente pelos mercados convencionais. Os mercados alternativos a partir da agricultura familiar seriam realizados pelas pequenas agroindústrias artesanais, mercados locais e mercados de orgânicos e agroecológicos. Portanto, para isso seria necessário um novo arcabouço institucional que reconhecesse as especificidades da agricultura familiar, inclusive com um estatuto jurídico próprio e específico para as condições da agroindústria artesanal da agricultura familiar, a fim de que se possa estabelecer a legalização destes produtos e a inclusão em sistemas diferenciados de fiscalização tributária e sanitária (WILKINSON, 2008).

Nesse sentido, Schneider e Cassol (2014) ressaltam a:

“necessidade das políticas públicas para a agricultura familiar aprofundar o apoio aos processos de organização da produção e apoio à construção de mercados. Os agricultores familiares precisam de mais e melhores mercados, para que não fiquem dependentes e vulneráveis dos canais de venda da produção agropecuária que são dominados e oligopolizados pelas grandes cadeias do setor agroalimentar” (SCHNEIDER; CASSOL, 2014, p. 257).

Desta maneira, boa parte dos agricultores familiares tem se envolvido na criação de novos sistemas comerciais agrícolas, fora do sistema agroalimentar hegemônico. Nesse sentido é que ressurgem em diversos países do mundo as iniciativas de mercados de proximidade, mercados locais e circuitos curtos de comercialização, norteados muitas vezes pelo contato direto de produtores e consumidores, produtos agroecológicos e de indicação geográfica. Essas têm sido estratégias da agricultura familiar para sobreviver diante do oligopólio do sistema

agroalimentar global e de lutar contra uma definitiva exclusão ou subordinação total a esta cadeia em nível mundial.

3.1.2. Mercados de proximidade, mercados locais e os circuitos curtos de comercialização

A venda direta de produtos locais aos consumidores é algo bastante antigo na humanidade, haja vista as experiências históricas das feiras livres públicas como espaços de escoamento e comercialização dos produtos dos agricultores. No entanto, a lógica ambivalente da produção e consumo locais de produtos agrícolas, foi profundamente afetada no século XX, pelo processo de modernização da agricultura, que acabou por criar uma agroindústria, ou uma “indústria agrícola” de transformação dos alimentos, para que os mesmos fossem transportados por longas distâncias ao redor do mundo. Portanto, vimos aparecer os *circuitos longos de comercialização*, que suplantaram os mercados de proximidade e circuitos locais, especialmente com o expansionismo das redes de supermercados em praticamente todos os continentes do mundo, como discutimos no item anterior.

Entretanto, se por um lado os consumidores podem encontrar diversos produtos em um só lugar como dentro de um supermercado, estes mesmos produtos são apresentados com algo que chamamos “tempo de prateleira”, ou seja, são produtos muitas vezes “não frescos”, no caso de frutas e verduras, ou transformados e conservados, para aguentar um ciclo maior de exposição até que chegue realmente a ser consumido.

Este aspecto, ao longo do tempo, começou a despertar certa rejeição da classe consumidora mundial, que se colocou a buscar novamente produtos frescos, diretamente com agricultores e preferencialmente sem a carga química que levam os produtos convencionais de supermercados em seu processo produtivo, proporcionando assim o ressurgimento de mercados locais e circuitos curtos de comercialização, também chamados de “mercados alternativos”, com produtos diferenciados direto das mãos dos produtores.

Diversos autores brasileiros e de outros países, como Van der Ploeg, Marie Garcia-Parpet, Gilles Allaire, John Wilkinson, Eric Sabourin, Sergio Schneider, Paulo Niederle, Flávia Marques, Marcelo Conterato, entre outros, têm pesquisado as novas iniciativas de mercados mais próximos dos consumidores, em virtude da dimensão que essas experiências têm alcançado e dos seus impactos positivos em nível local e territorial.

Garcia-Parpet (2016), historicamente falando sobre a valorização dos produtos locais, lembra que na década de 1930, na França, houve um movimento de produtores de vinho que defendia um estilo de viticultura artesanal, com valorização do local ou território de produção, do meio ambiente e da tradição e história camponesa. Este tipo de produção de uvas para

elaboração de vinhos recebeu o nome de *terroir*, um termo que se refere às propriedades do solo e às tradições culturais, de forma que essa concepção se expandiu posteriormente para uma infinidade de produtos.

A autora resgata que na década de 1980, portanto início do período de crítica ao modelo produtivista da agricultura e de padronização dos alimentos, surgiu um movimento semelhante na Itália que ficou conhecido internacionalmente por *Slow Food* que numa tradução seria “comida lenta” ou teria um significado como “comida que se saboreia” ou “comida com identidade” em contraposição ao modelo americano de redes de *fast food*, ou seja, “comida rápida” ou “comida pronta”. O movimento *Slow Food* cresceu e ganhou parceiros em mais de 100 países do mundo e se propunha a valorizar e redescobrir os sabores e alimentos das cozinhas regionais do mundo, do ponto de vista gastronômico, norteadas por valores como a conservação da biodiversidade e estímulo dos circuitos curtos de comercialização para a valorização dos produtos locais e da soberania alimentar (GARCIA-PARPET, 2016).

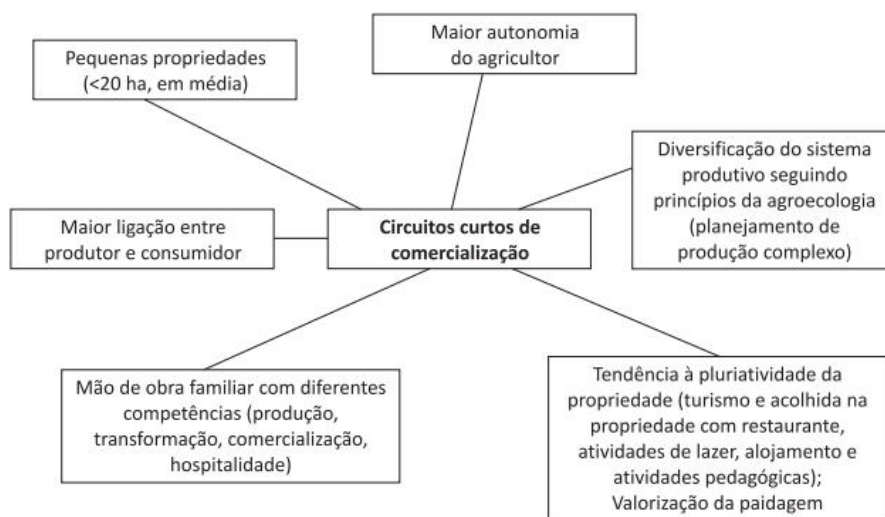
Sobre a comercialização de produtos agrícolas com a identidade de uma determinada região, Niederle (2015, p.53) relata que as dinâmicas hegemônicas do sistema agroalimentar e sua “obsessão pela produtividade tornou a agricultura moderna incapaz de reconhecer inúmeros ecossistemas e formas de produção que conservam parcela significativa dos bens culturais e ecológicos que formam a diversidade do mundo rural brasileiro”, sendo estes mercados incapazes de valorizar e promover a agrobiodiversidade. Diante deste cenário, um dos aspectos que têm surgido em contraponto ao sistema hegemônico é a revalorização da origem do produto. A diferença dos novos mercados alimentares está na relevância da origem, da tradição, da identidade territorial, da equidade social e da conservação ambiental, promovendo produtos da sociobiodiversidade (biodiversidade cultural alimentar) em mercados de proximidade que reconectam produtores e consumidores (NIEDERLE, 2015).

Mesmo diante do poder das grandes corporações e da hegemonia dos mercados globais junto aos consumidores na contemporaneidade, Sabourin (2014) fala que a “construção social de mercados” de venda direta e de controle de cadeias curtas por parte dos agricultores familiares tem sido possível de acontecer porque estas são “fundadas em relações e estruturas de reciprocidade: ajuda mútua gratuita, propriedade coletiva ou gestão compartilhada de bens ou de recursos comuns (terra, equipamentos, saberes, conhecimentos e informações, etc.)” (SABOURIN, 2014, p. 23). Assim, para este autor, a reciprocidade é um valor social e humano que se agrega contribuindo com a atividade produtiva da agricultura, reduzindo custos de produção e de transação, permitindo, portanto, que os agricultores familiares e camponeses

acessem os mercados. A reciprocidade é um dispositivo coletivo que exerce uma espécie de proteção contra a concorrência da agricultura moderna (SABOURIN, 2014).

Darolt (2013) explica que o conceito de *circuitos curtos de comercialização* ainda não é consensuado entre os autores e pesquisadores deste tema no Brasil, mas que na França são entendidos como circuitos de comercialização e distribuição agrícola que envolvem no máximo um intermediário entre produtor e consumidor, podendo estes serem de venda direta ou indireta.

Os exemplos de venda direta em circuitos curtos são aqueles realizados diretamente na propriedade como venda e colheitas com os consumidores e serviços rurais de agroturismo e lazer, que oferecem alimentos prontos cultivados pelos agricultores. O outro exemplo de venda direta, mas para fora da propriedade, onde mais costumeiramente temos visto, são as feiras agroecológicas, orgânicas, da agricultura familiar e de economia solidária, nas quais os feirantes são os próprios produtores, onde os agricultores conseguem fidelização de consumidores e periodicamente entregam à domicílio ou não, cestas com produtos variados prontos para o consumo. Por sua vez, a venda indireta em circuitos curtos ocorre quando se envolve algum intermediário local, podendo ser uma cooperativa, um restaurante, uma loja especializada independente ou até a venda pela internet (DAROLT, 2013). Abaixo, na figura 13, vemos as características de propriedades rurais que têm trabalhado em circuitos curtos de comercialização.



Fonte: Darolt (2013).

Figura 13. Características de propriedades que trabalham com circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos.

Boa parte dos produtos locais vendidos dentro dos mercados de proximidade têm sido produzido com técnicas de agricultura orgânica ou de base ecológica, daí o nome de produtos

“ecológicos” ou “agroecológicos” (NIEDERLE; MARQUES, 2016). A produção e comercialização de produtos ecológicos locais foram impulsionadas com a institucionalização deste tipo de produto na legislação brasileira, algo como um reconhecimento por parte do Estado da importância de regularizar este segmento produtivo (NIEDERLE; MARQUES, 2016). Portanto, a criação de diretrizes em leis e políticas públicas, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), normatizou e regulamentou a certificação orgânica ou agroecológica como condição legal para a comercialização destes produtos, proporcionando assim algumas condições para o avanço dos grupos de agricultores que se destinavam a este tipo de produção.

Esses autores citam como exemplos importantes de organização social e produtiva as experiências da “Rede Ecovida de Agroecologia” de Curitiba e a “Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana de Porto Alegre”. A Rede Ecovida, fundada em 1998, articula por meio de 27 núcleos regionais, algo em torno de 4.500 agricultores, distribuídos em 352 municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo (NIEDERLE; MARQUES, 2016; REDE ECOVIDA, 2019) com uma produção agroecológica por certificação participativa.

Ressaltamos que fazem parte deste segmento dos circuitos curtos de comercialização, os mercados institucionais de compras governamentais, que seriam classificados como *venda indireta*, pelo presença de um intermediário que é o próprio estado ou agente governamental, sendo mercados que têm promovido um processo de comercialização mais justo para os agricultores familiares. Os programas nacionais mais conhecidos que atuam dentro deste tipo de mercado para a agricultura familiar são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Schmitt e Grisa (2013) apontam que o PAA foi criado em 2003, no âmbito do Programa Fome Zero do Governo Lula, dentro de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional e de estímulo à compra de alimentos produzidos pelos agricultores familiares.

O Governo Federal compra alimentos de agricultores familiares mediante mecanismos simplificados de aquisição, com dispensa de licitação, e esses alimentos são distribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade social, repassados para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos), fornecidos para instituições socioassistenciais e escolas da rede pública ou filantrópica de ensino, destinados à formação de estoques públicos de alimentos [...] (SCHMITT; GRISA, 2013).

Em estudo realizado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Lemos e Lima (2014) apontaram a importância

do programa para contribuir com um problema antigo da agricultura familiar: a comercialização. A doação dos alimentos adquiridos para entidades socioassistenciais municipais demonstra um impacto bastante positivo para melhoria da alimentação diária do público atendido por essas instituições. Entretanto, por questões orçamentárias o programa não é capaz de incluir um grande número de agricultores dos municípios, beneficiando apenas uma parte deles que encontram no PAA um canal de comercialização garantido. As autoras recomendam o fortalecimento deste programa e destas iniciativas para um maior apoio à agricultura familiar.

Sobre o PNAE, Schmitt e Grisa (2013) colocam que a alimentação escolar é tema de longa trajetória em políticas públicas do Brasil, tendo início em 1955 com a “Campanha da Merenda Escolar” e sua institucionalização no ano de 1979. Na atualidade, a alimentação escolar é contemplada pela sigla PNAE, que é um programa que trata da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o atendimento da alimentação de estudantes das escolas públicas com o objetivo de proporcionar uma “valorização da diversidade de hábitos alimentares” no ambiente escolar. Este programa é amparado pela Lei Nº 11.947/2009, que determina que os valores repassados aos municípios, destinados à aquisição de itens para a merenda escolar, sejam utilizados em pelo menos 30% na aquisição direta de produtos da agricultura familiar (SCHMITT; GRISA, 2013).

No mais, a grande maioria dos novos mercados de proximidade e de circuitos curtos de comercialização tem se amparado numa concepção conhecida como “comércio justo”, ou seja, justo para os agricultores e consumidores. Fretell e Roca (2003) explicam que o movimento conhecido como comércio justo surgiu a partir da atuação de organizações não governamentais de “países do Norte” (desenvolvidos) como crítica ao modelo de comércio internacional tradicional, onde os países do Norte sempre saem ganhando nas relações comerciais com os países do sul conforme exemplificam:

No âmbito agrícola, os países do Norte importam produtos que seus climas não permitem produzir, possibilitando que sua população possa consumir, por exemplo, banana, café, cacau, açúcar, etc. Da mesma maneira, importam produtos que significam custos altos no que se refere à mão-de-obra se os produzissem em sua nação, comparada aos preços baratos que se pagam aos países do sul, onde a mão-de-obra é menos remunerada. Muitos países do sul dependem da exportação de matérias-primas aos países industrializados para poder sobreviver. Esses países compram as matérias-primas, as transformam e, mais tarde, as exportam, principalmente aos do sul. No entanto, enquanto os preços das matérias primas baixam, os preços dos produtos finais sobem. Isso gera desigualdades de intercâmbio entre os países do Norte e do Sul (FRETTELL; ROCA, 2003, p. 33)

Nessa perspectiva, o comércio justo aparece como um conceito e prática que diverge totalmente dos aspectos do comércio internacional de cunho liberal e é compreendido como:

[...] a rede comercial de produção-distribuição-consumo orientada para um desenvolvimento solidário e sustentável, que beneficie principalmente os produtores excluídos ou em situação de desvantagem, impulsionando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas neste processo (preço justo para os produtores, educação para os consumidores, desenvolvimento humano para todos). O comércio justo está orientado para o reconhecimento e a valorização do trabalho e as expectativas dos produtores e consumidores, permitindo melhorar as condições de vida. Propõe-se a estabelecer relações entre produtores e consumidores, baseados na equidade, na associação, na confiança, na solidariedade, e no interesse compartilhado (FRETTELL; ROCA, 2003, p. 36).

Por fim, ao que parece é que as iniciativas de criação de novos mercados locais e de proximidade são esforços muito mais dos agricultores e entidades locais de apoio do que de uma política de fomento por via governamental. Por isso, os governos em geral precisam entender a importância da produção e distribuição local de alimentos e dos benefícios que um sistema agroalimentar descentralizado pode trazer para a economia das comunidades e municípios, com a expansão de experiências baseadas nos princípios de uma economia solidária.

3.2. A contribuição da Economia Solidária para a agricultura familiar

Dentro dos mercados alimentares alternativos, temos observado as crescentes experiências de mercados solidários da agricultura familiar. Lisboa (2003) explica que mercados solidários são aqueles que, baseados nos princípios da economia solidária, fortalecem mercados locais, formando redes e conexões entre empreendimentos solidários e consumidores organizados, constituindo redes de comercialização que revalorizam os produtos com referência cultural, produtos ecológicos e com selo social. Para o autor, a economia solidária é aquela que busca:

“[...] construir uma economia reintegrada na sociedade e na biosfera, voltada para a provisão da vida das pessoas, possibilitando superar o corrosivo economicismo da vida moderna, [...] permitindo o empoderamento daqueles historicamente excluídos, revertendo o processo vicioso pelo qual os pobres, por não terem poder, são pobres. [...] A emergência da economia solidária representa também um profundo remanejamento das relações de forças vigentes num mercado atualmente hegemônico pela lógica capitalista, construindo a possibilidade de uma maior democratização da economia e, portanto, da sociedade (LISBOA, 2003, p.190-191).

Deste modo, a economia solidária é aquela que estimula a solidariedade e autogestão entre os seus membros, praticando a solidariedade com a classe trabalhadora, com atenção para a inclusão dos mais desfavorecidos, pessoas desempregadas e/ou com trabalho precarizado, contrastando com o individualismo competitivo padrão das sociedades capitalistas (SINGER, 2003).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2007), os 10 princípios da economia solidária são: autogestão; democracia; cooperação; centralidade no ser humano; valorização da diversidade; emancipação; valorização do saber local; valorização da aprendizagem; justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente.

Trazemos ainda as contribuições de Dubeux *et al.* (2012, p.17-25), que apresentam a economia solidária como:

uma economia que trabalha no resgate e fortalecimento dos vínculos comunitários, de reciprocidade, de troca/intercâmbio e de solidariedade vividos pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores associados e que estão na contramão da lógica desenvolvimentista que tem favorecido a expansão do grande capital no meio urbano e rural. [...] A economia solidária tem como centralidade a construção de novas relações econômicas e sociais que são construídas e reconstruídas cotidianamente pelos sujeitos que a constituem em um território. [...] Tal economia só se constrói a partir de um olhar multidimensional: político, econômico, social, cultural, ecológico e educativo, entre outros e que valoriza as iniciativas tradicionais, locais e originais na busca do bem viver.

Singer (2007), demonstrando dados sobre o tema, aponta que existem 14.954 empreendimentos solidários no Brasil, onde trabalham 1.251.882 pessoas, sendo 65% de homens e 35% de mulheres. Destaca que 44% destes empreendimentos estão localizados no Nordeste do Brasil, a região mais pobre do país e que 64% dos empreendimentos que atuam com economia solidária, se dedicam às atividades de agricultura e pecuária, seguidos de outras atividades como prestação de serviços, indústria têxtil, artesanato, reciclagem de resíduos sólidos e finanças (SINGER, 2007).

Dentro das estratégias de êxito que a agricultura familiar pode acionar para uma melhor inserção dos produtos dos agricultores nos mercados, estão imprescindivelmente a adoção do associativismo, do cooperativismo e, mais recentemente, a formação de redes, sendo estes, estratégias e empreendimentos de economia solidária.

Assim, um dos segmentos mais importantes dentro da economia solidária é o cooperativismo. Escher (2013) mostra, por exemplo, a importância das cooperativas de leite formadas por agricultores familiares no sudoeste Paranaense, explicando que mesmo com a

concentração industrial ocorrida no setor de lácteos em nível mundial (com aquisições e fusões entre empresas do ramo) a partir da década de 1990, sobressai-se como um contraponto a experiência do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária (SISCLAF). O autor mostra como o processo de economia solidária cooperativista tem contribuído com este segmento da agricultura familiar no Paraná.

No ano de 2009 o faturamento das cooperativas de leite associadas ao SISCLAF, que comercializam o produto através da Cooperativa Central, chegou a quase 30 milhões de reais. As 27 cooperativas municipais de leite CLAF's em seu conjunto agregam algo em torno de 22% dos produtores de leite do Sudoeste Paranaense, mas captam apenas cerca de 6% do total do leite produzido, notadamente entre os agricultores familiares menos capitalizados e com uma produção média entre 30 e 60 litros por dia, que seriam provavelmente excluídos da atividade em nível comercial caso não existissem as cooperativas como uma alternativa de integração econômica de caráter coletivo (ESCHER, 2013, p. 37).

Outro segmento de grande expansão no Brasil são as feiras agroecológicas fundamentadas nos princípios de economia solidária. Segundo Medeiros e Marques (2013):

Essas feiras, mais do que espaços de trocas de sementes e comercialização de produtos, são espaços de troca de conhecimento, que proporcionam aos agricultores descobrirem vias alternativas não só relacionadas à produção de base ecológica, mas também à comercialização desta, ao acesso a políticas públicas e assim por diante, ou seja, são espaços importantes para esses agricultores familiares em geral, para a transposição de fronteiras de suas unidades de produção (MEDEIROS; MARQUES, 2013, p. 122).

As autoras ressaltam que essas feiras são importantes para os agricultores por promoverem contatos com diversas organizações e desencadeando a formação de redes de trabalho entre agricultores e agentes de apoio (extensionistas, professores, estudantes), para a construção social de novos mercados ou novas formas de comercialização da produção da agricultura familiar (MEDEIROS; MARQUES, 2013).

Nessa relação de economia solidária e agricultura familiar, fazemos uma conexão desta com um dos principais temas deste trabalho, que são as sementes crioulas, afirmando que a manutenção e a produção a partir de variedades crioulas, de uma forma geral, apresentam fortes aspectos de um mercado solidário. Estas são costumeiramente trocadas ou doadas entre as famílias, comercializadas e consumidas no próprio município ou região, com vendas em circuitos curtos de comercialização, pela venda direta ao consumidor por meio de feiras livres ou feiras agroecológicas, ou em pequenos mercados locais e sendo armazenadas e conservadas em casas e bancos familiares e comunitários de sementes.

Assim, a economia solidária na produção da agricultura familiar mostra a sua viabilidade para a inclusão produtiva de muitas famílias, que têm obtido melhores condições de

renda e também de sociabilidade, pelo intercâmbio constante a que passam a ser submetidas, proporcionando novas experiências e conhecimentos a estas. Entretanto, como diversos autores falam em “construção social dos mercados”, ou seja, os mercados solidários ainda estão em construção e por isso apresentam limitações de alcance de consumidores e reduzida capacidade para a absorção de um grande número de produtores, uma vez que grande parte da população ainda se abastece principalmente das redes de supermercados, mas de toda forma, as iniciativas que foram apontadas são transformadoras e vêm ganhando dimensão e adeptos, ano após ano, no Brasil e no mundo.

3.3. Alguns aspectos da produção, consumo e mercado de Feijão no Brasil

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), órgão ligado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), realiza anualmente estudos de produção, consumo e mercado de diversas culturas agrícolas do país.

Estudos da Conab sobre a cultura do feijão no Brasil apresentam como os principais estados produtores de feijão comum, por ordem de importância (em mil toneladas) na safra 2016/2017: Paraná (710,5), Minas Gerais (535), Goiás (343), Bahia (300,5), São Paulo (261,9), Santa Catarina (136,7) e Sergipe (11,8). A maior produtividade nesta safra foi do estado de Goiás com 2.507 kg/ha, enquanto que a Bahia apresentou a maior área plantada com 450,8 mil ha, porém é o estado que mostrou a menor produtividade entre os sete estados maiores produtores com 667 kg/ha (CONAB, 2018). Essas informações revelam que a maior parte do feijão comum produzido no Brasil é proveniente das regiões centro-sul do país, correspondendo a 76,21% da produção brasileira, localizados nas regiões centro-oeste, sudeste e sul (CONAB, 2018).

O feijão no Brasil é produzido pelos dois segmentos da agricultura: empresarial e familiar. A produção da agricultura empresarial se caracteriza pela especialização produtiva, visualizada na monocultura, uso de agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas certificadas, irrigação com pivô central (em alguns municípios) e cultivo em áreas maiores de terra, apresentando assim maiores produtividades e um menor custo de produção. Sobre o uso de agrotóxicos no feijão, em Unaí (MG), para o controle de pragas e doenças nas lavouras, durante um ciclo de produção, chega-se a realizar 12 aplicações de agrotóxicos, o que dá em média, uma aplicação semanal (CONAB, 2018).

A produção de feijão da agricultura familiar brasileira se caracteriza, com maior frequência, por consórcios com culturas como milho e mandioca, maior utilização de mão de obra humana, em consequência menor mecanização, menor utilização de agrotóxicos e

fertilizantes químicos, maior utilização de adubações orgânicas de esterco de animais (bovino e aves) e maior uso de sementes guardadas, crioulas, ou variedades melhoradas que se adaptaram aos locais de cultivo e são guardadas ano a ano para replantio.

Os índices de produtividade de feijão comum no Brasil são diferenciados entre agricultura empresarial e familiar. Na Tabela 13 são mostrados alguns municípios, grandes produtores de feijão comum no Brasil pela agricultura empresarial e familiar:

Tabela 13. Principais municípios produtores de feijão comum no Brasil de acordo com modelo de agricultura.

Agricultura empresarial	Agricultura familiar
Cristalina – GO	Ribeira do Pombal e Irecê – BA
Unaí – MG	Pitanga e Prudentópolis - PR
Taquarituba – SP	Campos Novos e Canoinhas - SC
Ponta Grossa – PR	Poço Verde - SE

Fonte: CONAB (2018).

Nas cidades citadas na tabela 13, na agricultura empresarial, em virtude dos pacotes tecnológicos utilizados, a produtividade média fica em torno de 2.570 kg/ha, o que daria 42,83 sacos/60kg por hectare. Na agricultura familiar a produtividade média é de 1.669 kg/ha com 27,81 sacos/60kg por hectare, conforme dados obtidos pela Conab (2018).

Entretanto, para os custos de produção do feijão-comum, entre a agricultura empresarial e agricultura familiar, os valores se mostram muito próximos, quando um saco de 60 kg para a agricultura empresarial sai por um custo médio de R\$ 91,93 e para a agricultura familiar fica por R\$ 94,93/60kg (CONAB, 2018).

A Conab (2018) observou ainda diferença de preços médios pagos pelo feijão produzido na agricultura empresarial, que teve o valor de R\$ 127,06/60kg, e na agricultura familiar, que obteve R\$ 162,00/60 kg na safra 2016/2017. Sobre os preços de feijão pagos aos produtores, Ferreira (2001) realizou um estudo sobre a comercialização de feijão no Brasil durante a década de 1990 e mostrou que a partir das mudanças ocorridas nesta década e após a criação do Plano Real, os preços pagos aos produtores brasileiros em geral diminuiriam 33,9% e os preços do varejo e atacado diminuiriam 33,5% e 25,2%, respectivamente.

Sobre o consumo de feijão no Brasil, a Conab (2018) apontou que este tem decrescido ao longo do tempo, quando o consumo *per capita* na década de 1980 era de 24 kg/ano, atualmente está em torno de 14 kg/ano. Esse fator é atribuído às mudanças nos hábitos alimentares a partir da década de 1990, com a introdução das redes de *fast food* no Brasil, com a emancipação da mulher para o mercado de trabalho e por algum aumento da diversificação

alimentar na rotina dos brasileiros, com a introdução de novos itens alimentares na dieta, como saladas, verduras, carnes, macarrão e etc. (CONAB, 2018). Entretanto, Ferreira (2001), observando uma redução de consumo *per capita* de feijão no Brasil, afirma que esta redução é lenta e não é linear, apresentando oscilações ao longo dos anos, de modo que este alimento ainda terá, por longo tempo, grande importância na alimentação dos consumidores brasileiros.

Mesmo com o consumo e a área plantada tendo diminuído no Brasil ao longo dos anos, houve aumento de produtividade (kg/ha), de forma que atualmente existe um certo equilíbrio entre produção e demanda de consumo de feijão no Brasil. A exceção fica por conta apenas do feijão preto, que tem uma demanda maior do que o Brasil produz e por isso realiza importações da Argentina e da China para suprir o mercado interno. No Brasil 95% do feijão preto é produzido na região sul do país, tendo o estado do Paraná como principal produtor (CONAB, 2018).

Por fim, ainda com dados da CONAB (2018), mostramos que 70% do feijão produzido no Brasil é composto por feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.) e 30% por feijão de corda, também conhecido como feijão-caupi ou macassar (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.). Destes 70% estima-se que 60% desta produção é formada por variedades de feijão tipo carioca, sendo este um feijão com grande predomínio no mercado interno, mas baixa aceitação no exterior (CONAB, 2018).

Desta forma, podemos dizer que o mercado interno de feijão no Brasil apresenta um elevado grau de dependência com um único tipo, que é o feijão carioca, o que tem ocasionado alguns problemas de abastecimento e severa oscilação do preço final até chegar ao consumidor em diversas regiões. Estes problemas vêm desde a década de 1970, quando o Brasil enfrentava frustrações de safras e, conseqüentemente, elevadas flutuações de preços, principalmente quando o país só produzia duas safras. Para amenizar, houve a introdução da terceira safra, ofertando feijão de forma mais contínua para o mercado brasileiro (CONAB, 2018).

Atualmente, mesmo com a ocorrência das três safras nacionais, o problema das altas de preço em feijão continua existindo com certa periodicidade. Isto pode estar relacionado com a questão de que a produção está concentrada em uma determinada parte do país (região centro-sul), com grande foco em um único tipo, o feijão carioca. Assim, quando observamos quebras de safras e migrações temporárias de produtores de feijão para outras culturas agrícolas, quando estas estão apresentando melhores preços de mercado, como a soja por exemplo, a depender da época, isso desencadeia queda na produção de feijão em determinados períodos, ocasionando grande alta nos preços, como temos visto agora no início do ano de 2019. As quebras de safras no Paraná e Minas Gerais nos meses de dezembro/2018 e janeiro/2019, provocaram alta nos

preços do feijão carioca, que passaram de R\$ 4,00/kg para R\$ 10,00/kg, em supermercados da cidade de Garanhuns, por exemplo, algo observado também em diversas regiões do Brasil. Tal fato demonstra grande concentração da produção brasileira em cima das variedades de feijão carioca e preto, o que contribui para a especialização e pouca diversificação. Nesse sentido a Conab (2018) recomenda:

Salienta-se que é preciso fortalecer pesquisas visando [...] melhorias no processo produtivo, com foco na redução de custos e aumento de rendimento, observando as características das regiões de cultivo, resgatando padrões alimentares regionais, que valorizem a produção e o consumo dos inúmeros tipos de feijões locais, de menor custo e alto valor nutricional (CONAB, 2018, p. 201).

Entendemos que uma maior diversificação de áreas de produção e de uso de tipos de variedades com ciclos de produção diferentes (precoce, semi-precoce, tardio), poderiam contribuir para diminuir mais ainda as flutuações de preço e a oferta de feijão para o mercado consumidor, reformatando cadeias regionais de forma a se estabelecer circuitos mais curtos de comercialização, com uma maior abertura para utilização de variedades locais e crioulas para atendimento de mercados mais próximos.

Ainda sobre a produção de feijão da agricultura familiar brasileira, França, Del Grossi e Marques (2009), com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, mostram que a agricultura familiar produziu naquele ano, a quantidade de 3.108.983 toneladas de feijão (incluindo feijão comum e caupi), o que corresponde a 70% do feijão produzido no Brasil.

Estes autores mostraram que no caso de Pernambuco, 90% dos estabelecimentos rurais (275.740 estabelecimentos) são de agricultura familiar, dos quais 68,28% dos estabelecimentos têm menos de 10 ha. Porém, estes estabelecimentos ocupam apenas 47% da área de terras do estado, demonstrando a concentração fundiária existente em Pernambuco. O feijão é cultivado em 142.512 estabelecimentos familiares em Pernambuco, resultando na produção de 91% oriunda da agricultura familiar (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009).

3.4. Experiências alternativas de comercialização de feijão

Por fim, para encerramento deste capítulo, apresentaremos três experiências locais de comercialização de feijão, fora do mercado convencional, de diferentes regiões do Brasil, de forma a demonstrar que essas iniciativas podem ser ampliadas ou replicadas para outros territórios e regiões do país, inclusive para municípios do próprio Agreste Meridional de Pernambuco.

Uma primeira experiência interessante de produção e comercialização de feijão com variedades locais e em sistema orgânico se refere aos trabalhos da Associação dos Produtores

Ecológicos Conquista da Liberdade (APECOL), localizada no município de Piratini-RS, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A associação iniciou seus trabalhos com apoio de projetos da EMATER-RS e da EMBRAPA e hoje é certificada pela Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD) e pelo Organismo Participativo de Avaliação da Qualidade Orgânica (OPAC). Este último se constitui em uma das formas dentro do Sistema Participativo de Garantia, previsto na legislação brasileira e coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para certificação de produtos da agricultura familiar.

A produção da Apecol é baseada em dois assentamentos de reforma agrária do município de Piratini, e trabalha com mais de 60 variedades locais e crioulas de feijão com 22 agricultores assentados em mais de 20 ha de terra destinados apenas à produção de feijão. A produção é vendida semanalmente em feiras agroecológicas e pontos de venda fixos do município (MST, 2019). No entanto, anualmente, a associação promove um evento chamado “Feira do Feijão Orgânico de Piratini” como forma de divulgar o trabalho, construir novas parceiras e atrair consumidores (Figura 14).



Fonte: MST (2019).

Figura 14. Feijão orgânico da Apecol: a) variedades de feijão da associação; b) Feira anual do feijão orgânico de Piratini.

Outra experiência bastante relevante que merece ser mencionada neste trabalho é o Movimento de Agricultores Familiares Agroecológicos da região da Borborema, na Paraíba, conhecido como “Sementes da Paixão”. Trata-se de um trabalho que foi iniciado no ano de 1995, com acompanhamento da ASA-PB, para a formação e manutenção de Bancos Comunitários de Sementes em comunidades rurais do semiárido paraibano. Com apoio da organização não-governamental de agricultura familiar e agroecologia AS-PTA e do movimento sindical rural, este movimento se consolidou resgatando e mantendo uma grande diversidade de sementes de culturas agrícolas locais, entre elas feijão, milho, fava e jerimum. No ano de 2012 esta iniciativa já se constituía em uma rede de 230 Bancos de Sementes

Comunitários, envolvendo diretamente 6.500 famílias em 61 municípios da Paraíba (SANTOS, *et. al.*, 2012).

Nesse sentido, mercados institucionais governamentais têm apresentado boas experiências no Brasil e contribuído com a conservação da agrobiodiversidade local das regiões, como foi o caso do trabalho do PAA Sementes (Programa de Aquisição de Alimentos – modalidade sementes), realizado pela CONAB na Paraíba. No ano de 2012, o PAA-Sementes adquiriu 11,5 t de sementes de sete variedades diferentes de feijão de arranca, feijão de corda, fava e milho junto a 250 agricultores da região. As sementes foram adquiridas pela Conab e redistribuídas para o fortalecimento de estoques de dezenas de bancos comunitários de sementes de municípios paraibanos. Como resultado do trabalho percebeu-se a diversificação dos cultivos e resgate de consórcios de culturas agrícolas entre as famílias agricultoras que receberam as sementes dos bancos, a distribuição de variedades de sementes adaptadas aos locais, o estímulo ao fortalecimento dos laços de solidariedade entre as famílias agricultoras, algo inerente à agricultura familiar e camponesa, além da geração de renda para agricultores produtores de sementes (SILVA; ALMEIDA, 2013).

Além das experiências com o PAA- Sementes, o trabalho da “Sementes da Paixão” mais recentemente, tem investido em produzir e beneficiar produtos da agricultura familiar, para comercialização em cidades da região, junto a redes de comercialização solidária e do movimento agroecológico do Nordeste. Na Figura 15 mostramos o empacotamento de feijões com a marca criada pelo movimento “Sementes da Paixão” chamada “Do Roçado” com identificação do nome da variedade, data do empacotamento, município e nome do agricultor(a) produtor(a) do feijão.



Fonte: Acervo AS-PTA.

Figura 15. Feijão agroecológico da “sementes da paixão” da Paraíba: a) feijão carioca; b) feijão rosinha.

No território do Agreste Meridional de Pernambuco ainda são poucas as experiências alternativas de comercialização de feijão. No entanto, o espaço das feiras agroecológicas pode vir a se apresentar como espaços onde os consumidores podem adquirir variedades diferentes de feijão, produzidos em sistemas agroecológicos por agricultores do próprio território.

Nesse sentido, trazemos a experiência da “Agrofeira Territorial da Agroecologia e Agricultura Familiar do Agreste Meridional de Pernambuco” realizada semanalmente na cidade de Garanhuns (Figura 16). Com mais de um ano de atividade, a Agrofeira tem se consolidado como um local de compra de alimentos que tem sua origem de produção no território. No caso do feijão, é observado na Agrofeira a comercialização de variedades locais (Figura 17), que não são encontradas em supermercados na forma de empacotamento, proporcionando assim uma variação de consumo.



Fonte: Acervo Núcleo Agrofamiliar – UAG/UFRPE.
 Figura 16. Banca do Projeto Jucati Sustentável na Agrofeira Territorial em Garanhuns.



Fonte: Acervo Núcleo Agrofamiliar – UAG/UFRPE.
 Figura 17. Feijões crioulos sendo comercializados na Agrofeira: feijão pau, feijão fogo na serra e feijão mulatinho bico de ouro.

As experiências alternativas de comercialização de feijão no Agreste Meridional de Pernambuco ainda são pequenas e tímidas, sendo observado algum pequeno escoamento da produção de feijão por meio de agricultores feirantes que trabalham em feiras livres municipais de caráter varejista com venda direta aos consumidores.

Por outro lado, existe uma forte expectativa na abertura de novos mercados, a partir da Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – Coopaf, que poderá se tornar uma boa alternativa para a comercialização dos agricultores, quando vier a operar a sua matriz de beneficiamento de feijão, projeto que está sendo negociado junto ao Prorural/Governo de Pernambuco.

Desta maneira, acreditamos na diversificação dos canais de comercialização, no resgate da produção de variedades tradicionais para autoconsumo e comercialização local, como forma de inclusão dos agricultores nos mercados, mas também na educação alimentar do consumidor, que vem de forma crescente buscando tipos de alimentos mais saudáveis, com valor social e cultural.

No próximo e último capítulo deste trabalho, apresentaremos os principais resultados, obtidos da pesquisa empírica de campo juntos às feiras de feijão do território, os tipos de mercados e canais de comercialização, o destino da produção, a aceitação pelos compradores das variedades de feijão no comércio local e as influências dos mercados na produção e no consumo de feijão.

4. CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS MERCADOS E CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO PARA O FEIJÃO NO AGRESTE MERIDIONAL

Neste capítulo iremos expor os principais resultados obtidos na pesquisa em atendimento aos objetivos deste trabalho. Portanto, tivemos como objetivo geral analisar os mercados para variedades de feijão da agricultura familiar e identificar se há diversificação ou especialização produtiva na perspectiva da conservação das variedades crioulas.

Foram objetivos específicos: (i) Descrever os principais mercados e canais de comercialização para compra e venda de feijão dos agricultores familiares; (ii) Identificar o destino da produção de feijão comercializado pelos agricultores nas feiras dos municípios investigados; (iii) Identificar como as formas de organização social dos agricultores contribuem para o desenvolvimento local; (iv) Analisar entre os compradores que operam os canais de comercialização a preferência de compra por tipo de variedade; e (v) Verificar as influências dos mercados na produção e no consumo das variedades de feijão. Portanto, neste capítulo vamos discorrer sobre todos os objetivos específicos, com exceção do terceiro, sobre as organizações sociais dos agricultores e o desenvolvimento local que está contemplado no Capítulo 2 deste trabalho.

Para atendimento destes objetivos foram realizadas entrevistas, observações diretas em campo, registros fotográficos e análise documental de forma a encontrar as respostas necessárias para o problema de pesquisa.

4.1. Principais mercados e canais de comercialização para compra e venda de feijão dos agricultores familiares.

Como vimos em capítulos anteriores, para Schneider (2016), são quatro os tipos de mercados acessados pela agricultura familiar no Brasil: (i) mercados de proximidade; (ii) mercados locais e territoriais; (iii) mercados convencionais (nacionais e globais) e (iv) mercados públicos (governamentais) e institucionais. O autor também explica que canais de comercialização são os locais ou espaços onde se efetuam as transações comerciais efetivamente (feira livre, ceasa municipal, supermercado, prefeitura, internet, e etc). Portanto, podem existir diversos canais de comercialização dentro de um mesmo mercado.

Diante dessa diferenciação e tipologia, esta pesquisa mostra que a comercialização do feijão do Agreste Meridional é encontrada em três tipos de mercados, sendo eles proximidade, territoriais e institucionais. Dentro destes mercados, apontamos a ocorrência de pelo menos cinco canais de comercialização disponíveis para os agricultores comercializarem feijão: (i)

secretarias municipais de educação; (ii) escritórios municipais do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); (iii) feiras livres municipais varejistas; (iv) mercados públicos ou Ceasas municipais e (v) feiras livres municipais atacadistas (feiras de feijão). Entretanto, quando se avalia o volume de produção de feijão comercializado nestes canais de comercialização, quase que a sua totalidade ocorre nas feiras livres municipais atacadistas, conhecidas popularmente como “Feiras de Feijão”. Abaixo explicaremos melhor sobre esses tipos de mercados e canais de comercialização.

4.1.1. Os mercados institucionais governamentais

A comercialização realizada pelos agricultores junto às secretarias municipais de educação e aos Escritórios do IPA, dizem respeito aos chamados mercados institucionais de compra governamental. As secretarias de educação operam compras diretas da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com aquisição de itens alimentares destinados à merenda escolar das escolas municipais.

O outro programa de verba federal que adquire alimentos da agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operado pelo IPA nos municípios, na modalidade de “compra direta para doação simultânea”. Nesta modalidade os produtos são adquiridos uma vez por semana e doados no mesmo dia da aquisição para entidades socioassistenciais dos municípios, que trabalham diariamente com refeições prontas, a exemplo de creches, abrigos de idosos, centro de recuperação de dependentes químicos e também para o complemento de merenda escolar.

Ressaltamos que estes canais de comercialização, amparados pelos mercados institucionais no território do Agreste Meridional, são insuficientes, envolvendo um número pequeno de agricultores que conseguem acessá-los, fazendo com que esses importantes programas não alcancem o impacto que poderiam alcançar. Desta forma, para o escoamento da produção de feijão do território, consideramos que estes canais não são significativos por absorverem muito pouco dessa produção, além de serem marcados por realizarem aquisições de uma grande diversidade de tipos de alimentos, sendo o feijão apenas mais um item adquirido em meio a tantos outros, como verduras, frutas, legumes, tubérculos e produtos de origem animal.

Outro canal de comercialização, que de acordo com a tipologia de Schneider (2016) estaria contemplado nos mercados de proximidade, são as feiras livres municipais varejistas. Essas feiras são compostas por feirantes agricultores e/ou não agricultores que vendem alimentos diversos no varejo ou retalho em suas barracas para consumidores moradores das

idades onde ocorrem estas feiras, sendo um espaço onde os agricultores encontram possibilidade de comercializar seus produtos dentro do próprio município. Neste tipo de comércio, no caso dos agricultores feirantes, ocorre alguma quantidade de venda de feijão, fruto de produção própria, na forma de grão verde ou grão seco. Da mesma maneira que os mercados institucionais, a venda de feijão nessas feiras é pequena em termos de volume, ao mesmo tempo em que, aparentemente, em dias atuais, os consumidores compram para consumo muito mais feijão empacotado em mercadinhos e supermercados do que em barracas de feiras livres. Soma-se a isso, ainda, o fato de que muitos agricultores produtores de feijão não são feirantes, ou seja, não vendem produtos em feiras livres varejistas. Portanto, este canal de comercialização também não se apresenta como relevante do ponto de vista de quantidade de produção escoada e comercializada.

4.1.2. Os mercados públicos ou Ceasas municipais

O quarto canal de comercialização verificado foram os mercados públicos municipais ou as Centrais de Abastecimento - também chamadas Ceasas. Nas cidades de Lajedo e Capoeiras as feiras de feijão funcionam na rua das Ceasas municipais, estabelecendo-se uma conexão da feira na rua com a área interna do mercado, mesmo os dois se mantendo como espaços distintos. Em Lajedo, a Central é chamada de CEALA (Central de Abastecimento de Lajedo) e em Capoeiras é conhecida como CEACA (Central de Abastecimento de Capoeiras), conforme mostrado na figura 18.



Figura 18. Fachadas das Ceasas Municipais: a) Central de Abastecimento de Lajedo (CEALA) e b) Central de Abastecimento de Capoeiras (CEACA).

A política de criação de centrais de abastecimento remonta ao período de 1972 a 1988, quando operou no Brasil o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento – SINAC (BELIK; MALUF, 2000). Segundo Moraes (2017), o governo brasileiro da época tinha como objetivo criar uma política de apoio à modernização industrial da cadeia de alimentos, desde a produção

até a distribuição e o Sistema Ceasa, por meio de suas centrais ou entrepostos de abastecimento, seria a maneira encontrada de viabilizar estruturas de apoio à comercialização da produção dos agricultores.

Entretanto, o que se vê ao longo do tempo é que, principalmente a partir da década de 1990, houve uma desestruturação do sistema público das Ceasas e a operacionalização das centrais de abastecimentos passou a ser público-privada, acompanhando as novas lógicas da liberalização internacional da economia, de expansão das cadeias privadas do sistema agroalimentar mundial e das grandes redes de supermercados, que acabaram por ocupar o lugar das Ceasas nos municípios. Desta forma, a produção local da agricultura familiar não encontra espaço suficiente nas centrais, que priorizam um abastecimento extra-regional com produtos vindos de outras regiões e estados (MORAES, 2017). Isso foi observado no trabalho de campo quando foi percebido, por exemplo, que as favas vendidas nestes tipos de mercados, em quantidade significativa, são provenientes de produção do estado do Ceará e não do Agreste Meridional.

No que se refere às Centrais de Lajedo e Capoeiras, especificamente, a Ceaca (Capoeiras) foi construída no ano 1978 dentro da política nacional de centrais de abastecimento. Esta central é administrada pela Secretaria Municipal de Agricultura de Capoeiras e se apresenta como o mercado público disponível para a população local do município, que compra nele retalhos de alguns itens alimentares como feijão, fava, milho e farinha de mandioca. A Central tem 19 boxes, 16 estão ativos e funcionam de segunda a sábado, porém apresentam maior movimento comercial nos dias de sexta-feira, dia da feira da cidade, quando a maioria dos boxes abrem para o comércio.

A Ceala (Lajedo) foi construída no ano de 1986 e totalmente reformada em 2014, onde organizou seu espaço interno, dividindo boxes e higienizando o setor de carnes com estruturas e equipamentos apropriados para sua conservação e comercialização. Esta central contempla três alas, sendo uma de carnes, outra de grãos e cereais e a terceira composta por bares e restaurantes. Atualmente é administrada pela Secretaria de Políticas Agropecuárias e Meio Ambiente de Lajedo e conta com 22 boxes disponíveis para grãos, cereais e farinha dos quais 18 estão ativos, entretanto apenas 10 boxes foram contabilizados especificamente com venda de feijão. A Central funciona de segunda a sábado, mas os dias em que os boxes abrem com maior frequência são nas quartas e sábados, dias de feira da cidade de Lajedo.

Assim, a pesquisa constatou boxes desativados ou que apenas funcionam no dia de feira da cidade, demonstrando que o mercado público não é mais tão pujante assim e que esse movimento comercial encontra dificuldades. Segundo o secretário de agricultura do município

de Capoeiras, no início da década de 1980, havia uma grande disputa pela ocupação dos boxes destes mercados, algo que ao longo do tempo se modificou. Este gestor atribui a queda histórica do movimento comercial da central de abastecimento ao surgimento de novas dinâmicas de comercialização nos municípios, como a chegada dos mercadinhos que vendem grande variedade de produtos empacotados, entre eles, o feijão. Portanto, o secretário observa que as atividades comerciais em espaços públicos como a feira livre e o mercado (Ceasa) caiu muito em virtude destas transformações. Na figura 19 mostramos, por exemplo, o corredor de grãos e cereais da Ceala, em Lajedo, em dia da semana com ausência de feira na cidade (a) e o mesmo corredor por outro ângulo em dia de feira (b) e imagens na figura 20 na área interna da Central de Abastecimento de Capoeiras (Ceaca).



Figura 19. Área interna da Central de Abastecimento de Lajedo (Ceala), no corredor do grãos e cereais. a) dia com ausência de feira na cidade e b) dia de feira na cidade de Lajedo.



Figura 20. Área interna da Central de Abastecimento de Capoeiras (Ceaca): a) vista geral do mercado e b) box de venda de feijão e outros grãos.

É neste espaço aparentemente em decadência, que ainda se encontra alguma diversidade maior de variedades de feijões para consumo, vendidos “no retalho” e que ficam expostos nos boxes em sacos de nylon de 60 kg, abertos uns ao lado dos outros, de forma que o consumidor possa visualizar quais variedades tem disponível no momento. São variedades que vão além

dos feijões preto e carioca, como os rosinhas, mulatinhos e, em menor quantidade, os feijões favita, leite, enxofre e pau, conforme a figura 21.

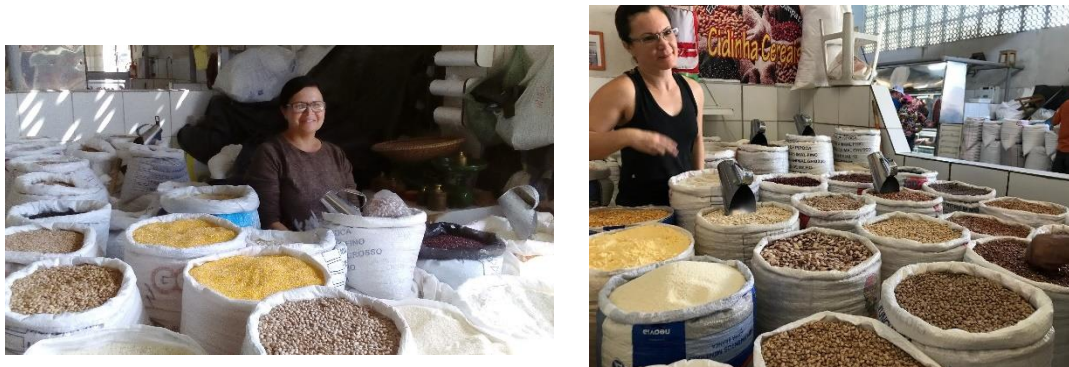


Figura 21. Boxes da Central de Abastecimento de Lajedo (Ceala) com venda de feijão para consumidores finais.

Sobre as diversas variedades existentes no território um atravessador comenta e contextualiza essa questão com as Ceasas municipais:

“esse feijão (outras variedades) é bom para o Ceasa, por isso que o Ceasa não acabou ainda, [...], porque nós temos (acesso) aos mercados [...] que tomaram uns 70% da venda da Ceasa, (que somente) ainda existe porque tem essas variações aí. O que o mercado não consegue ofertar, o Ceasa tem. Tem uma variedade maior.” (ATV1, Feira de Feijão de Capoeiras)

Desta forma, a pesquisa aponta que o canal de comercialização baseado nas Centrais Municipais de Abastecimento das Ceasas é importante para conservar a existência de um comércio mais diverso em variedades, entretanto avaliamos, assim como os demais canais já comentados, como sendo um canal da mesma maneira incapaz de absorver uma porcentagem significativa da produção de feijão do território. Mas, ainda sim, entendemos que se trata de um espaço importante e que necessita de uma política de manutenção e valorização de forma a se preservar a cultura do mercado público nas cidades e o acesso a uma maior diversidade de alimentos. Refletindo sobre o que foi até aqui exposto, podemos afirmar que de forma relevante, o principal canal de comercialização disponível aos agricultores e que movimenta o grande volume de produção de feijão do território, corresponde efetivamente às feiras livres municipais atacadistas ou “Feiras de Feijão” e é exatamente neste tipo de canal de comercialização que este estudo se deteve com maior aprofundamento.

4.1.3. As Feiras de Feijão do Agreste Meridional

As Feiras de Feijão ocorrem no período da safra de feijão, iniciando-se em meados do mês de julho e se estendendo até outubro ou novembro, a depender do volume da safra, ou seja, são feiras de característica sazonal, ao contrário da feira livre municipal varejista que ocorre

semanalmente nos municípios durante o ano inteiro e que tem seu comércio baseado numa infinidade de itens, entre alimentos, objetos, utensílios e etc.

As Feiras de Feijão ocorrem no mesmo dia das feiras livres varejistas de cada município, mas geralmente em setor, local ou rua própria, onde se verifica naquelas imediações exclusivamente a compra e venda de feijão, não havendo neste local a ocorrência de comércio de outros produtos. Essas feiras são caracterizadas por serem feiras atacadistas e não varejistas. Os agricultores trazem sua produção de feijão seco, geralmente ensacada em sacos de nylon que pesam em torno de 60 kg, para ser comercializada juntos aos compradores atravessadores que compram feijão em grosso nestas feiras.

O feijão é transportado pelos agricultores de variadas formas, principalmente por meio de carros de lotação, que fazem linhas da zona rural dos municípios, carros próprios, carroças de burro ou cavalo e carros de boi, como mostra a figura 22. Quando transportados em carros de lotação se paga ao condutor/dono do carro na forma de frete para se levar a mercadoria para a feira, o que encarece em algum valor o custo de produção do agricultor.



Figura 22. Transporte de feijão dos agricultores: a) em carro de boi para a Feira de São João e b) em carro de lotação “pau de arara” vindo da zona rural.

Ao chegar na Feira, os agricultores são abordados por diversos atravessadores ou “peões” (trabalhadores dos atravessadores maiores) simultaneamente, que executam de forma imediata a verificação do feijão trazido. Este procedimento consiste em “furar o saco” e obter uma amostra do feijão através de um instrumento denominado de “furador”. Todos os atravessadores e peões dispõem de “furadores” que carregam em bainhas na cintura da calça. O furador é um instrumento metálico pontiagudo em forma de “canaleta” e com o fundo vasado, que permite a obtenção em mãos de uma pequena quantidade de feijão de forma a representar o que existe no saco (Figura 23).



Figura 23. Furador para coleta de amostra de feijão.

Pela coleta da amostra com o furador, o atravessador identifica na hora a variedade, o tamanho, a coloração e o teor de umidade do feijão, dando o preço ao agricultor pelo saco (Figura 24). O teor de umidade é algo muito importante no comércio e armazenamento de feijão, uma vez que, um feijão bem seco terá uma qualidade e durabilidade maior nos estoques dos armazéns e empresas empacotadoras, enquanto que um feijão com teor de umidade elevado tende a se deteriorar mais rápido, podendo ser até acometido de mofo, etc., enquanto ensacado.



Figura 24. Sequência de coleta de amostra de feijão com furador.

O teor de umidade é verificado de forma empírica pelo atravessador, o qual morde um grão de feijão da amostra obtida com o furador. Neste conhecimento popular, se o feijão trincar ou rachar facilmente com a mordida, ele está bem seco e se o feijão ficar marcado pelo dente

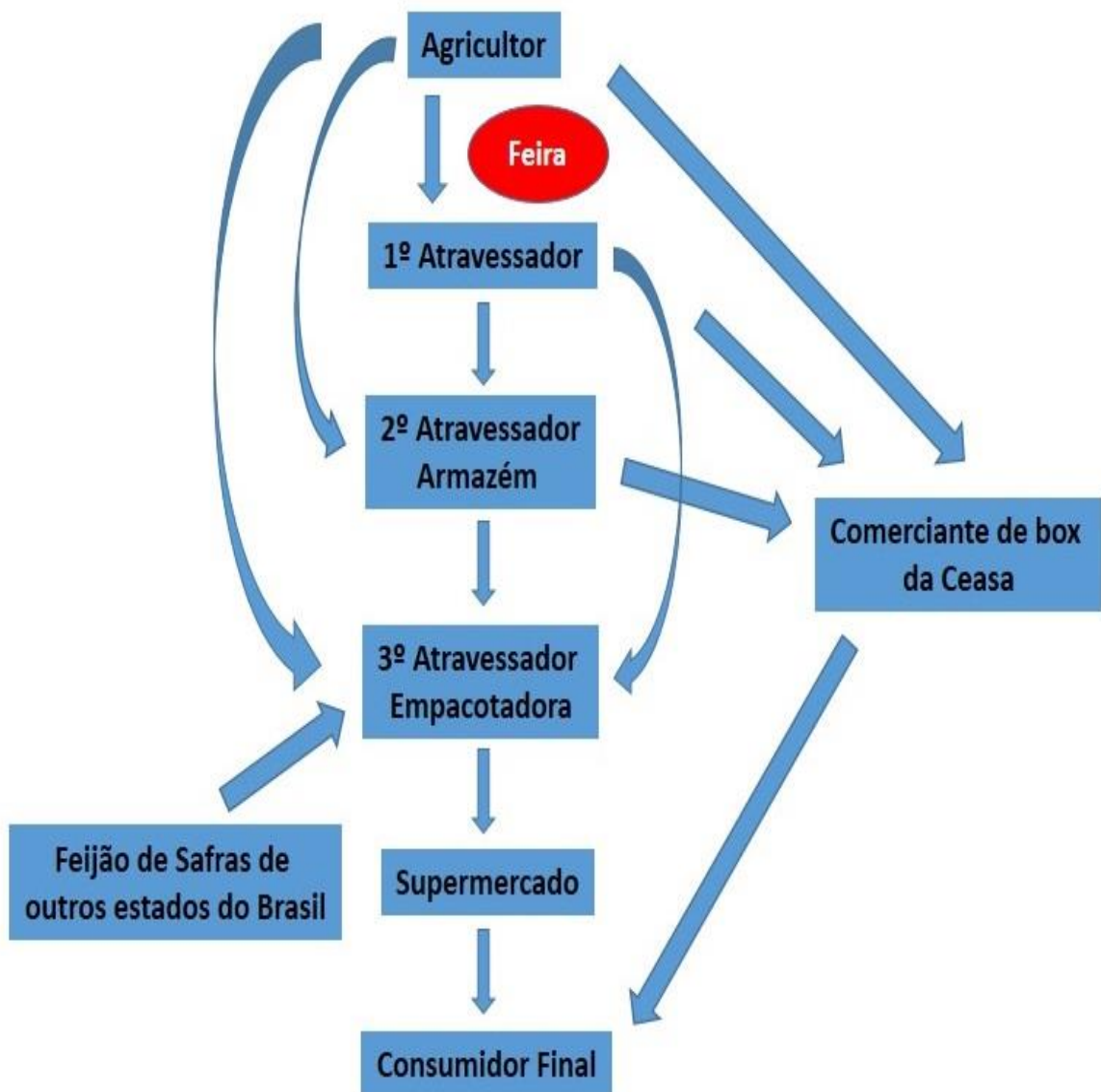
este feijão está “mole”, ou seja, está com um determinado teor de umidade acima do ideal, o que geralmente rebaixa o preço para o agricultor na hora da compra.

As Feiras de Feijão se constituem em um importante espaço componente da cadeia produtiva do feijão, uma vez que é o local em que os agricultores repassam sua produção para os atravessadores e donos de empresas beneficiadoras de empacotamento. O protagonista principal destas feiras são os atravessadores. É em função deles e em nome deles que a Feira acontece e desenvolve seu funcionamento e são nestas feiras que estes compradores exercem todo o seu domínio econômico e influenciam o mercado. Os agricultores trazem suas mercadorias de diversas procedências, distritos, sítios, municípios vizinhos em busca de encontrar um atravessador que lhe compre sua produção a um preço mais ou menos justo. Porém, os atravessadores não são todos iguais, e entre eles foram identificados ao menos cinco condições, conforme explicado a seguir:

- *Atravessador sem armazém* – tipo de atravessador local de menor poder aquisitivo e que compra feijão para repasse imediato para outros atravessadores maiores ou empresas empacotadoras.
- *Atravessador com armazém* – tipo de atravessador que dispõe de estrutura de espaço físico tipo galpão, geralmente localizado na área urbana das cidades do território, para armazenamento do feijão comprado e posterior revenda para outros atravessadores e empresas, podendo aguardar alguns meses com a mercadoria em estoque na busca de melhores preços de repasse.
- *Atravessador com empresa beneficiadora empacotadora* – são os maiores atravessadores do território que compram feijão dos agricultores para beneficiamento e empacotamento na sua própria empresa e de safras de outros estados brasileiros, especialmente feijão carioca e feijão preto, principais variedades de feijão empacotadas em suas unidades de produção.
- *Atravessador dono de box do mercado público (CEASA)* – esse atravessador compra feijão dos agricultores para vender em seus boxes nos mercados públicos no varejo (retalho). Vendem direto para o consumidor que compra a quilo o feijão destes comerciantes, escolhendo na hora o tipo de feijão.
- *Atravessador de fora do território* – Tipo de atravessador oriundo do sertão de Pernambuco e de outros estados do Nordeste, que na época da safra, dotados de transporte próprio (caminhão, etc) se deslocam até as feiras de feijão de municípios

Agreste Meridional em busca desta mercadoria para ser transportada e comercializada nos seus destinos de origem.

No fluxograma (figura 25), apresentamos os principais atores componentes desta cadeia e suas interações. Os atravessadores descritos acima como “sem armazém” e “de fora do território” ocupam quase sempre o elo de 1º atravessador.



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 25. Fluxograma da cadeia produtiva do Feijão no Agreste Meridional

Mostramos no fluxograma (Figura 25) que os agricultores vendem sua produção diretamente para três níveis de atravessadores: atravessador sem armazém, atravessador dono

de armazém e atravessador dono de empresa empacotadora, o que demonstra a grande quantidade de intermediários existentes entre o agricultor e o consumidor final.

Evidenciamos também que o 1º atravessador repassa mercadorias para o 2º atravessador, que vende para os donos de empacotadoras de feijão (3º atravessador), podendo também o 1º atravessador comercializar direto para empresas empacotadoras sem passar pelo 2º atravessador. Ainda, os comerciantes de boxes de Ceasas municipais adquirem feijão diretamente de agricultores, e dos 1º e 2º atravessadores, vendendo em seguida para os consumidores finais.

Durante as visitas às feiras de feijão foi comum encontrar alguns mesmos atravessadores nas três feiras que foram objeto da pesquisa, especialmente os que detêm maior poder de compra de mercadorias, que são proprietários de empresas empacotadoras e/ou armazéns e dispõem de carros próprios (caminhões, caminhonetes) para o transporte dessa produção. Quando perguntado sobre essa questão, estes confirmaram que atuam em várias feiras do território, já que são realizadas normalmente em dias diferentes da semana. As Feiras mais citadas que recebem a presença destes atravessadores foram as dos municípios de Lajedo, Capoeiras, São João, Calçado e Distrito de Neves no município de Jucati.

A pesquisa identificou uma nítida zona de tensão entre agricultores e atravessadores, especialmente no que se refere aos preços pagos aos agricultores pelo saco de feijão. A seguir apresentamos alguns depoimentos de agricultores que comercializam feijão junto aos atravessadores e que responderam a seguinte pergunta a pesquisa: “Fale o que você acha dos preços pagos pelo atravessador?”

“Uma negação, é muito barato! A gente sofre demais com esses atravessadores. Eles sim ganham, mas nós que produz é quem perde, isso é em tudo, no gado e no cultivo da lavoura e é muito custo e pouco o rendimento, o lucro é pouco.” (AFF9, Feira de Feijão de São João)

Um agricultor reclama do tratamento dos atravessadores:

“Meu amigo, é devagar demais...vou falar uma coisa, tem vez que dá até desgosto, o agricultor trabalhar na roça, arrumar 2 ou 3 sacos de feijão pra vender é difícil, o cara chega lá é uma tristeza, é barato demais, pegam sua mercadoria, furam, jogam fora assim, outra hora diz que não quer, quando pensa compra e vende assim na sua cara, ganhando quase o dobro, não é duro não? [...] Ganham 100 conto, 150,00 num saco ligeiro assim.” (ABCS4, Canhotinho-PE)

E outra agricultora relata o problema do alto custo de produção que se tem para produzir e que os valores praticados pelos atravessadores não chegam muitas vezes a cobrir tais custos:

“muito ruim, quando a gente vem tirar a despesa da roça, a preparação da terra, a aração da terra, vem colocar adubo orgânico, quando vem colher, não dá pra pagar nem os trabalhadores, não dá nem pra você dizer que lucrou, o lucro é muito pouco, você botou do seu bolso”. (ACOO2, São João-PE)

Essas falas se mostraram bastante recorrentes dentre os agricultores entrevistados, sendo esta a questão central na complexa relação entre agricultores e atravessadores no território. Quando perguntado sobre qual seria o preço mínimo ideal para que se possa cobrir os custos e gerar algum lucro para a famílias, os agricultores deram opiniões diferentes com valores que variaram de 180 a 300 reais o preço do saco de feijão.

Abaixo apresentamos a tabela de preços praticados pelos atravessadores para algumas variedades de feijão nas feiras, na época da safra de 2018 (Tabela 14).

Tabela 14. Faixa de preços pagos pelos atravessadores para o saco de 60 kg de feijão por variedade*

Nome da variedade do feijão	Faixa de preço do saco (R\$)	Preço do kg (R\$)
Bala	140,00	2,33
Bico de Ouro/Bage Rosa	150,00 – 190,00	2,50 – 3,16
Caianinha	170,00	2,83
Canarinho	130,00 – 140,00	2,16 – 2,33
Carioca	120,00 – 130,00	2,00 – 2,16
Enxofre	140,00 – 160,00	2,33 – 2,66
Favita	130,00 – 150,00	2,16 – 2,50
Fogo na Serra	230,00	3,83
Gordo	140,00 – 150,00	2,33 – 2,50
Leite	160,00 – 220,00	2,66 – 3,66
Mulatinho legítimo	180,00 – 190,00	3,00 – 3,16
Pau	100,00 – 120,00	1,66 – 2,00
Preto	140,00 – 150,00	2,33 – 2,50
Preto Bala	160,00	2,66
Rosinha	180,00	3,00

Fonte: Elaborado pelo autor

*valores obtidos em visitas às feiras de feijão de Capoeiras, Lajedo e São João no período de 10 a 24 de agosto de 2018.

Para melhor se compreender a tensão existente entre agricultores e atravessadores, principalmente em virtude dos preços, é preciso antes de tudo entender algumas questões relativas às características da própria região da qual estamos tratando. Assim, a produção de feijão no Agreste Meridional é caracterizada por ser uma produção de agricultura familiar dentro de uma região localizada no semiárido brasileiro. Esses cultivos são considerados

rústicos, tradicionais e com baixo uso de tecnologias, realizados em regime de sequeiro, sem disponibilidade de irrigação, com apenas uma safra anual. Neste tipo de agricultura existe uma tendência de ocorrência de um maior custo de produção do que em regiões que trabalham com cultivos mais tecnificados e especializados, por requererem uma maior e escassa mão de obra humana, ou seja, levando a demanda por uma contratação maior de trabalhadores, que nem sempre são facilmente encontrados.

Outra questão extremamente importante a ser considerada é o constante risco de quebras de safra em virtude das condições climáticas que mudam ano a ano no semiárido. As produtividades no Agreste Meridional têm decaído de forma significativa na década atual, sofrendo com severas estiagens ou em alguns momentos pontuais excesso de chuvas, o que também traz prejuízos para a cultura do feijão (CONAB, 2018).

Levando-se em consideração que os custos de produção são praticamente os mesmos ao longo do tempo e que os preços praticados pelos atravessadores são fortemente influenciados pelo mercado nacional de feijão, o espaço de manobra e sobrevivência financeira para os agricultores que sofrem com os prejuízos de frustrações de safras é quase inexistente. Outro aspecto ainda a ser mencionado é a grande oscilação de preços pagos pela produção dos agricultores ano a ano, que podem variar de R\$ 60,00 a 180,00, por exemplo, para uma mesma variedade ao longo de uma análise histórica.

Na Tabela 15 mostramos um resumo dos itens principais e mais comuns que compõem o custo de produção do feijão no Agreste Meridional de Pernambuco.

Tabela 15. Custo de produção dos agricultores familiares para produção 1 ha de feijão.

Item	Unidade	Valor unitário	Quantidade	Valor total
Preparação do solo (trator)	h/m	100,00	1,5	150,00
Aquisição de esterco	Carrada “mercedinha”	750,00	1	750,00
Mão de obra para aplicação de esterco	Diária normal	45,00	2	90,00
Mão de obra para Plantio	Diária especial	70,00	1,5	105,00
Contratação de mão de obra para capina	Diária comum	45,00	5 x 2 capinas	450,00
Mão de obra para colheita	Diária comum	45,00	5	225,00
Debulha do feijão na máquina	Saco	10,00	25	250,00
Mão de obra da debulha	Diária comum	45,00	0,5	25,00

Compra de sacos de nylon	saco	1,00	25	25,00
Frete para a feira	Saco	5,00	25,00	125,00
Total do custo de produção para 1 ha				R\$ 2.195,00
Total do custo de produção para 1 saco de feijão de 60 kg*				R\$ 87,80

Fonte: Elaborado pelo autor

*condicionado à produção de 25 sacos de feijão em 1 ha.

O custo de produção apresentado na Tabela 15 pode ser reduzido no item das capinas, quando foi constatado que diversos agricultores estão reduzindo a contratação de mão de obra neste item, substituindo a mão de obra de capina pela aplicação de herbicidas específicos para a cultura do feijão. Neste caso, o custo de R\$ 450,00 para as capinas é reduzido para R\$ 220,00 já com a inclusão da mão de obra de aplicação do herbicida. Assim, essa questão do alto custo com mão de obra tem levado muitos agricultores a adotarem o uso de agrotóxicos, que neste caso como demonstrado, têm reduzido os custos de produção.

Ainda sobre a Tabela 15, queremos mostrar que o custo de produção por saco de feijão depende da produtividade alcançada em um determinado ano (Tabela 16) e como explicamos que cultivos na região do semiárido estão sempre sujeitos a diversas imprevisibilidades.

Tabela 16. Custo de produção por saco (60 kg) para quatro variações de produtividade.

Produtividade (sacos/ha)	Custo de produção por saco (R\$)
10 sacos	219,50
15 sacos	146,33
20 sacos	109,75
25 sacos	87,80

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme mostramos acima, a produtividade influencia de forma profunda nos lucros ou prejuízos dos agricultores, que realizam uma agricultura de sequeiro e, portanto, bastante variável, como são os cultivos de feijão no Agreste Meridional.

Voltando à questão dos atravessadores, é preciso se registrar que ainda não existe em operação no território nenhuma experiência de comercialização sob o controle dos agricultores. A única organização que foi encontrada e que tem buscado criar alternativas de mercado, ainda de forma tímida, é a Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – Coopaf, que aguarda a implantação do seu projeto produtivo de beneficiamento do feijão dos agricultores, assunto que foi tratado no Capítulo 2. Desta forma, a realidade é que se atualmente não existissem os atravessadores praticamente seria impossível o escoamento da produção pela inexistência de

outros canais e estratégias de comercialização. Assim, os atravessadores se constituem como elo necessário no atual arranjo da cadeia produtiva do feijão do Agreste Meridional.

Sobre a ocorrência das feiras no território foram identificadas atividades de feiras de feijão em pelo menos 10 municípios do Agreste Meridional de Pernambuco, conforme tabela 17.

Tabela 17. Municípios com feira de feijão e dia da semana de realização da feira.

Dia da feira semanal	Municípios
Segunda-feira	Águas Belas e São João
Quarta-feira	Lajedo e Saloá
Quinta-feira	Cachoeirinha
Sexta-feira	Capoeiras
Sábado	Calçado e Garanhuns
Domingo	Jucati (Distrito de Neves) Jurema (Distrito de Stº Antônio das Queimadas)

Fonte: Elaborado pelo autor

Para efeito deste trabalho foram realizadas investigações em três feiras de feijão: Lajedo, Capoeiras e São João, consideradas as três maiores feiras do território pelo volume de mercadorias, agricultores e atravessadores que circulam nestes locais.

4.1.3.1. A Feira de Feijão de Lajedo

A feira de Lajedo tem mais de 60 anos de existência, tendo suas primeiras atividades de comércio iniciadas por volta da década de 1950. Na época, os principais atravessadores da cidade eram os senhores João Virgulino, Lulu Virgulino e Mané Tavares que compravam feijão e outros produtos dos agricultores.

Foram identificados dois locais de comercialização de feijão em Lajedo, o primeiro situado na Avenida 19 de maio, na Praça de Eventos, e o segundo, na rua Duque de Caxias, nas imediações da Ceala. O segundo local (Figura 26) apresenta maior intensidade de comércio devido à proximidade dos armazéns e algumas empacotadoras de feijão, sendo o principal local de Lajedo e de todo o território, onde se percebe a maior atividade de comercialização, armazenamento, beneficiamento e empacotamento de feijão.



Fonte: Google maps.

Figura 26. Localização da Rua da Feira do Feijão de Lajedo em traço vermelho e armazéns e empacotadoras de feijão em círculo vermelho indicado pela seta, e a Ceala (Central de Abastecimento de Lajedo).

O município de Lajedo dispõe de aproximadamente 50 armazéns para estoque de feijão na cidade e na zona rural, alguns deles temporários e outros permanentes durante todo o ano. Além dos armazéns, Lajedo tem sete empacotadoras de feijão, o que faz do município o maior centro distribuidor de feijão do Agreste Meridional, conforme a figura 27.



Figura 27. Atividades do município de Lajedo: a) Feira de Lajedo; b) agricultor trazendo feijão para comercializar em carro fretado; c) armazém de feijão; d) caminhão transportando feijão e e) fachada de empresa empacotadora de feijão.

4.1.3.2. A Feira de Feijão de Capoeiras

A feira do município de Capoeiras é tida como a segunda maior feira do território (Figura 28) e está estrategicamente localizada na área oeste do Agreste Meridional, mais próxima dos municípios do Sertão Pernambucano e Cearense, recebendo destas regiões compradores de feijão que vêm a Capoeiras para comprar e levar mercadorias para cidades do interior do Nordeste.



Figura 28. Comércio de feijão na Feira de Capoeiras.

A feira de Capoeiras existe há aproximadamente 60 anos e fica localizada nas imediações da Rua 21 de dezembro, em frente à Ceaca, Central de Abastecimento Municipal de Capoeiras. Até o ano de 1978 a feira funcionava na Praça João Burrego, mudando de endereço após a construção da Ceaca, que passou a concentrar intenso movimento comercial de produtos agrícolas, atraindo assim a feira de feijão para a rua em frente à central de abastecimento (Figura 29).



Fonte: Google maps.

Figura 29. Localização da rua da Feira do Feijão de Capoeiras em vermelho e da Ceaca (Central de Abastecimento de Capoeiras).

4.1.3.3. A Feira de Feijão de São João

O município de São João é o maior produtor de feijão de arranca do estado de Pernambuco (IBGE, 2017), sendo sua feira mais caracterizada por realizar o escoamento da produção dos agricultores do próprio município, ao contrário das Feiras de Lajedo e Capoeiras que podem ser consideradas mais regionais, nas quais ocorre maior trânsito de agricultores de municípios vizinhos.

A feira de São João começou suas atividades no início da década de 1970. Naquela época os principais atravessadores do município eram os senhores Pereirinha (Joaquim Pereira dos Santos), Sebastião Bota e Seu Abdias do Sítio Aroeira. Esses comerciantes eram donos de armazéns e compravam dos agricultores suas produções de feijão, farinha, algodão e mamona.

Atualmente, consideramos a feira de São João a terceira maior feira de Feijão (Figura 30), depois das Feiras de Lajedo e Capoeiras. Esta ocorre em frente à sede da Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – Coopaf, nas imediações da Rodovia PE-177 que corta o município de São João. Até o ano de 2013 era realizada junto da feira livre varejista no centro da cidade, entretanto, devido aos congestionamentos que a feira de feijão causava na via pública principal, pela grande circulação de pessoas (agricultores e atravessadores), foi transferida para a área citada acima, que se mostrou de mais fácil acesso e com maior espaço por se tratar de uma área descampada ainda sem muitas construções, conforme a figura 31.



Figura 30. Feira de Feijão de São João: a) espaço da feira; b e c) feijão comprado por atravessadores e d) caminhão de transporte de empresa empacotadora de Lajedo.



Fonte: Google maps.

Figura 31. Localização da área onde se realiza a Feira de Feijão de São João circulado em vermelho com indicação de seta em frente à sede da Coopaf.

4.2. Destino da produção de feijão comercializado pelos agricultores nas feiras

“eles faz compra aqui, esses comprador ...região da mata (zona da mata) todinha aí, o litoral todinho compra feijão aqui (em Lajedo), a maioria vai todo pra Palmares, Ribeirão, Barreiros, tem uns comprador todinho que pega direto pra lá. Aí outros aqui... Rio Grande do Norte, Paraíba, Campina Grande, Natal, morre todo ali aquele feijão, o consumidor final. Sertão de Pernambuco também, Araripina, Trindade, Serra Talhada, Triunfo, Tabira, compra aqui, leva e morre lá e o Juazeiro, Juazeiro do Norte, Ceará, compra muito, eles traz fava e leva feijão pra lá. Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, tudinho compra aqui, tanto feijão como farinha. Eu

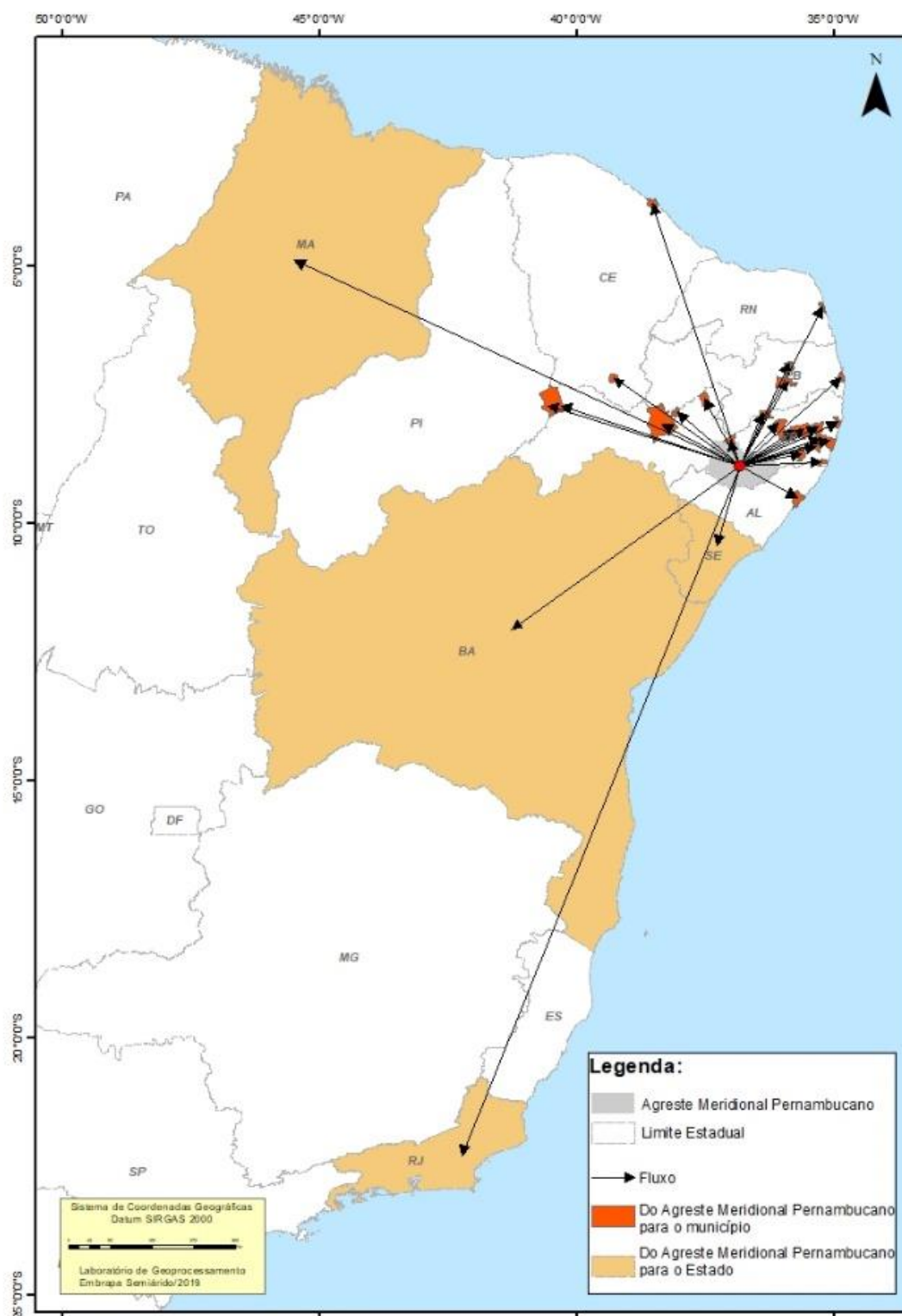
acho que um raio rotativo de quase uns 400 km daqui de Lajedo no geral, que consome mercadoria daqui”. (AFF1, Feira de Feijão de Lajedo).

O Agreste Meridional de Pernambuco é a mesorregião do Estado maior produtora de feijão de arranca (*Phaseolus vulgaris* L.) de Pernambuco (PRORURAL, 2012; CONAB, 2018), portanto é um território que produz feijão e distribui esta mercadoria para variadas rotas e destinos até o consumidor final. Diante das informações obtidas junto aos atravessadores entrevistados, o feijão do Agreste Meridional, além de Pernambuco, chega a alcançar oito estados brasileiros, a maioria na região Nordeste, sendo eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe. O único estado do Brasil, fora da região Nordeste, que consome feijão produzido no Agreste Meridional de Pernambuco é o estado do Rio de Janeiro, absorvendo alguma parte da produção de variedades de feijão preto. Entretanto, esse destino do Rio de Janeiro parece que se sustentou muito mais no passado do que em dias atuais.

Em virtude da grande diversidade de variedades existentes no território, os feijões alcançam destinos diferentes e variados de acordo com a preferência das “praças de consumo”. Um atravessador esclarece que existem praças para os diferentes tipos de feijão, tendo o consumidor final dos diferentes estados e regiões preferências por algumas variedades em detrimento de outras, o que faz com que a diversidade de variedades alcancem diferentes destinos.

“Cada um tem a sua praça, cada comerciante, entendeu? A praça da gente é uma, já o outro tem outra praça, compra outra variedade.” (ATV4, Feira de Feijão de Capoeiras).

A seguir mostramos estados e/ou municípios que são destinos de consumo final do feijão produzido no Agreste Meridional de Pernambuco (Figura 32).



Fonte: Elaboração Embrapa Semiárido a pedido do autor.

Figura 32. Mapa das rotas de destino do feijão comum produzido no Agreste Meridional de Pernambuco.

Portanto, a pesquisa nos fez perceber que existem diversos destinos por variedade havendo preferência de consumo por tipo de variedade de região para região, o que formam praças de consumo, conforme mostramos na tabela 18:

Tabela 18. Praças de consumo indicando as variedades mais consumidas por território ou estado.

Região	Estado	Praças de consumo	Municípios	Variedades de Feijão
Nordeste	Pernambuco	Região Metropolitana do Recife	Recife e Ipojuca	Cariocas, Favita, Gordo, Leite, Pretos e Mulatinhos
		Zona da Mata Sul de Pernambuco	Barreiros, Escada, Palmares, Ribeirão e Vitória de Santo Antão	Cariocas e Pretos
		Agreste de Pernambuco	Bezerros, Capoeiras, Caruaru, Garanhuns, Gravatá, Lajedo, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama	Caianinha, Cariocas, Leite, Pretos, Rosinhas e Mulatinhos
		Sertão de Pernambuco	Arcoverde, Tabira, Triunfo, Serra Talhada, Araripina e Trindade.	Bala, Cariocas, Favita, Fogo na Serra, Gordo, Pau e Preto Bala
	Ceará	Ceará	Juazeiro do Norte e Fortaleza	Cariocas, Favita e Preto
	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte	Natal	Bala, Enxofre, Favita, Fogo na Serra, Gordo, Pau, Preto, Preto Bala, Mulatinhos
	Paraíba	Paraíba	Campina Grande, João Pessoa e Remígio.	Bala, Cariocas, Enxofre, Favita, Fogo na Serra, Gordo, Pau e Preto
	Alagoas	Alagoas	Maceió	Cariocas e Pretos
	Maranhão	Maranhão	Sem especificação	Gordo e Favita
	Sergipe	Sergipe	Sem especificação	Cariocas
Bahia	Bahia	Sem especificação	Cariocas	
Sudeste	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Sem especificação	Pretos

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nas informações da tabela acima foi percebido que existem ao menos três praças de consumo mais evidentes, de acordo com os destinos da produção das diversas variedades do território: uma praça de maior proximidade no Agreste de Pernambuco, a segunda que atende o sertão de Pernambuco mais alguns estados do Nordeste como Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e outra que se constitui em uma praça nacional, destinada aos feijões cariocas e pretos, variedades que são consumidas praticamente em todos os estados do país.

As variedades de feijão mulatinho (bico de ouro, bage roxa, mulatinho legítimo, boi deitado, mão curta, rim de porco...) e rosinhas (caianinha, rosinha, rosinha legítimo) são

praticamente todos consumidos no Agreste Meridional de Pernambuco e algumas outras regiões do Estado em menor escala, entretanto não saindo para outros Estados do Brasil.

As variedades dos chamados feijões “redondos” ou “graúdos” são praticamente consumidos fora do Agreste Meridional, entre eles os feijões Bala Branco, Preto Bala, Fogo na Serra, Gordo, Favita, Enxofre, Leite e Feijão Pau, seguindo para os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Sertão de Pernambuco. Há relatos de que antigamente esses feijões seguiam para Belém-PA, Maranhão e Piauí, ou seja são feijões que sempre foram produzidos no território, mas consumidos fora dele.

Vale ressaltar que os chamados feijões “redondos” ou “graúdos” são feijões de sementes tradicionais plantadas há gerações por agricultores do território, em especial as variedades de feijão favita, pau, gordo e leite, portanto são variedades amplamente conhecidas entre os agricultores e pela população local das cidades. Entretanto, essas variedades são muito pouco consumidas pela população do Agreste Meridional que prefere os mulatinhos e rosinhas conforme dito acima. Os agricultores entrevistados apontam que apenas consomem esses feijões quando estão “verdes” ou “maduros”, ou seja, por um curto período de tempo, não consumindo estas variedades quando estão secas, justificando por serem feijões “que dão muita massa” e que ao consumi-los causam uma sensação de “estômago pesado”.

“Feijão gordo, favita, não roda aqui na região pra comida não, roda pro comércio. Aqui pra comer é um carioca, preto, um mulatinho. O feijão de consumo mesmo de verdade na região se chama carioca, é um feijão que roda em todo mercado.” (ATV2, Lajedo-PE)

Exemplificando ainda mais essa questão, temos a fala de uma comerciante que explica que os feijões “redondos” e “graúdos”, apesar da existência de diversas variedades produzidas no território, não são de costume da população local consumi-las e que muitas variedades só encontram algum comércio fora do estado de Pernambuco:

“tem uns feijão que o pessoal planta por aí que é bom, mas pra gente vender aqui não vende, porque o pessoal não é acostumado. Tem uns feijão que é pra fora, olha... esse favita aqui a gente botou só um pouquinho pra uns freguês que pediu, mas não vende muito. Feijão pau aqui o pessoal não compra, feijão gordo aqui o pessoal não compra, é pra fora, o pessoal planta aqui, mas faz os pedidos pra fora. Tem que vender o que o pessoal quer” (ATV15, Lajedo-PE).

Com relação ao feijão carioca e o feijão preto, estes são praticamente considerados feijões universais, sendo amplamente consumidos por diversas populações de diversos estados e regiões do Brasil.

Ao mesmo tempo em que foram verificados diversos destinos do feijão, muitos atravessadores afirmaram que em termos de quantidade comercializada, grande porcentagem do feijão produzido no Agreste Meridional é comercializada e consumida dentro de Pernambuco e uma menor parte é que realmente chega a ser encaminhada para fora do estado.

Os atravessadores alegam que a quantidade produzida no território não é capaz de abastecer a demanda de consumidores e que por isso é necessário para as empresas empacotadoras comprarem feijão de safras de outros estados do Brasil. Nas entrevistas, os atravessadores afirmam que em média 63,5% do feijão produzido no Agreste é consumido em Pernambuco e 36,5% chega a destinos fora do estado. Isto significa dizer que aproximadamente 1/3 do feijão no qual estão incluídos os “redondos” e “graúdos” de sementes crioulas tradicionais, encontram espaço apenas em canais de comercialização menores e mais restritos em termos de quantidade, que seguem destinos para fora de Pernambuco.

4.3. O comércio das variedades de feijão e o caso do Feijão Carioca

De acordo com os resultados da pesquisa os atravessadores declararam que a variedade mais comprada dos agricultores é o feijão carioca, seguida de feijão preto em segundo lugar e feijão mulatinho em terceiro, conforme tabela 19.

Tabela 19. Lista de variedades mais compradas no passado e na atualidade segundo entrevistas aos atravessadores:

Ranking de compra	Variedades mais compradas entre 1978 e 1998	Variedades mais compradas nos últimos anos
1º lugar	Mulatinhos	Cariocas
2º lugar	Pretos	Pretos
3º lugar	Cariocas	Mulatinhos
4º lugar	Favita	Favita
5º lugar	Gordo	Rosinha (claro)
6º lugar	Rosinha (Claro)	Gordo
7º lugar	Pau	Caianinha
8º lugar	Caianinha	Pau
9º lugar	Enxofre	Leite
10º lugar	Cavalo Claro	Enxofre
11º lugar	Leite	Fogo na Serra
12º lugar	-----	Preto Bala
13º lugar	-----	Bala Branco

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pelas informações da Tabela 19 é possível ver que o principal tipo de feijão crioulo do Agreste Meridional, no caso as variedades de feijão mulatinho, perderam espaço no mercado para o feijão carioca. Entretanto, um dado importante que não aparece na tabela é que mesmo as variedades crioulas (favita, rosinha, gordo, caianinha, pau, leite, etc.) ainda aparecendo no ranking, o volume comprado destas variedades diminuiu muito em comparação com a quantidade que era comprada de 20 a 40 anos atrás. Isso significa dizer que os feijões carioca e

preto compõem atualmente o grande volume de feijão comprado pelos atravessadores, enquanto que as outras variedades preenchem um pequeno espaço neste comércio.

O chamado feijão carioca é um tipo de feijão resultado de programas de melhoramento genético no Brasil. Ele foi descoberto pela primeira vez misturado em lavouras de agricultores dos municípios de Ibirarema e Palmital –SP, que cultivavam a variedade conhecida como “chumbinho opaco”. No ano de 1966 essas amostras foram submetidas à avaliação de desempenho em experimentos do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), quando foram constatados os potenciais de produtividade e resistência a doenças (BULISANI, 2008).

O feijão carioca foi lançado comercialmente no Estado de São Paulo em meados da década de 1970, onde passou a ser a variedade de feijão mais cultivada e comercializada. Da cidade de Guairá – SP, tida como a capital do feijão irrigado na época, este cultivo expandiu-se para os estados de Minas Gerais, Goiás e Bahia. (BULISANI, 2008).

Segundo Barili (2015), atualmente existem mais de 40 cultivares diferentes de feijão carioca em uso no Brasil, todas desenvolvidas por programas de melhoramento genético de empresas públicas e privadas de pesquisa agropecuária, sendo este o principal tipo de feijão utilizado nas pesquisas de melhoramento hoje no Brasil. A autora explica os objetivos dos programas de melhoramento genético:

os programas de melhoramento buscam por genótipos superiores (plantas eretas, com maior potencial produtivo, com melhor qualidade de grãos e com maior tolerância a fatores bióticos e abióticos). E nesta busca, também enfrentam a interação genótipos x ambientes, e tem o desafio de recomendar linhagens com ampla adaptabilidade e alta estabilidade de produção (BARILI, 2015, p. 1).

Um atravessador entrevistado explica o domínio do feijão carioca perante outras variedades e a perda de espaço no comércio de algumas variedades antigas:

“Em primeiro lugar era o preto, em segundo era o favita e o gordo, era o feijão que rodava muito aqui, hoje não roda mais não [...]. Feijão Pau e Favita vendia muito para o lado do sul do país, Goiás, Maranhão, Piauí. Hoje não vale mais, porque o feijão carioca tomou conta da região todinha.” (ATV2, Lajedo-PE)

4.3.1. As diversas variedades de feijão e o acesso destas ao comércio das feiras

O registro das seis novas variedades de feijão, juntamente com as 35 variedades já catalogadas por Balensifer, Silva e Souza (2018), perfazem um total de 41 variedades cultivadas no território, evidenciando uma grande diversidade de cultivares crioulas que resistem sob a guarda das famílias agricultoras. Entretanto, é na questão do mercado e da comercialização das variedades que tem se mostrado o grande fator decisivo para que estas continuem a coexistir

nos agroecossistemas familiares ou entrem em desaparecimento, promovendo a perda da diversidade agrícola.

Verificou-se que 11 variedades não foram encontradas nas feiras de feijão ou não apareceram nos relatos dos agricultores e compradores como variedades que sejam comercializadas, mesmo que em pequena quantidade.

Na tabela 20 trazemos a informação do nível do absorção/aceitação das variedades no comércio de forma que foi estabelecida uma escala em quatro níveis diferentes: (i) variedades amplamente comercializadas, (ii) variedades parcialmente comercializadas, (iii) variedades com restrição de comércio e (iv) variedades não comercializadas.

Tabela 20. Variedades de feijão por nível de absorção/aceitação no comércio.

Variedades amplamente comercializadas	Variedades parcialmente comercializadas	Variedades com restrição de comércio	Variedades não comercializadas
Carioca	Bala Branco	Café	Azeitinho
Carioca Miúdo	Caianinha	Canarinho	Chitadinho
Favita/Safra Nova	Enxofre	Carrapatinho	Crainha
Mulatinho Bico de Ouro/Bage Rosa	Fogo na Serra	Cavalo Claro	Crista de Galo
Mulatinho Bage Roxa	Gordo	Sempre Assim	Fogo na Serra Roxo
Mulatinho Boi Deitado	Leite		Jatobá
Mulatinho Legítimo	Pau		Lagartixa
Mulatinho Manteiga	Rosinha Legítimo (Roxinho)		Mulatão
Mulatinho Mão Curta			Olho de Cabra
Mulatinho Palhinha			Pau Branco
Mulatinho Rim de Porco			Vermelho
Preto			Violeta
Preto Bala			
Preto Costa Rica			
Preto Mulatinho			
Preto Quixabinha			
Rosinha			

Fonte: Elaborador pelo autor

Destaca-se que a maior parte das variedades “amplamente comercializadas” são dos grupos de feijões cariocas, pretos, mulatinhos, apresentando portanto, pouca variação neste nível. A Tabela 20 mostra que grande parte das variedades crioulas, utilizadas pelos agricultores do território, encontram algum grau (maior ou menor) de dificuldade para acessarem canais de comercialização e mercados e chegarem aos consumidores finais.

4.4. A influência dos mercados na produção de feijão

A partir deste tópico usaremos o termo “mercado”, como sendo o avanço do modelo de agricultura privada empresarial com seus produtos e tecnologias na produção de feijão da agricultura familiar.

A especialização produtiva da cadeia do feijão da agricultura familiar se mostra por meio do mercado e das práticas de manejo da agricultura que vão assumindo o uso crescente de insumos externos industriais e implementos agrícolas.

Foi verificado que os agricultores em seu manejo produtivo apresentaram aspectos híbridos de uma agricultura tradicional com alguma influência de uma agricultura que induz a especialização produtiva na cadeia do feijão. Abaixo, na Tabela 21, mostramos aspectos destes dois estilos de agricultura:

Tabela 21. Aspectos da agricultura tradicional e de uma agricultura com especialização produtiva.

Aspectos da Agricultura Tradicional	Aspectos da especialização produtiva
Produção de sequeiro	Produção de sequeiro e/ou irrigada
Uma safra anual no período chuvoso	Duas ou três safras anuais
Uso de consórcios e/ou policultivos: feijão, milho, fava, mandioca	Adoção de lavouras de feijão em regime de monocultura sem existência de consórcios com outras culturas agrícolas
Uso de sementes crioulas	Uso de sementes melhoradas de feijão
Uso de estercos orgânicos para adubação do solo	Uso de adubos químicos
Uso de tração animal em pequenas propriedades	Uso de trator para aração e gradagem da terra
Capina manual de enxada	Uso de herbicida específico para a cultura do feijão
Não utilização de produto para controle de pragas ou doenças e/ou uso de variedades que demonstram resistência	Uso de agrotóxicos para controle de pragas e doenças
Colheita, debulha e/ou batção do feijão de forma manual	Uso de máquinas colheitadeiras e bateadeiras de grãos
Secagem ao sol em terreiro de secagem	Uso de dessecantes

Fonte: Elaborado pelo autor

Praticamente todos os aspectos mencionados na tabela 21 como agricultura tradicional são observados nos cultivos da grande maioria dos agricultores que produzem feijão no Agreste Meridional. Em uma menor escala, porém não sendo difícil encontrar, especialmente no município de São João (maior produtor), percebemos alguns aspectos da especialização produtiva entre alguma parte de produtores, como: (i) uso de sementes melhoradas de feijão; (ii) uso de adubos químicos; (iii) uso de trator para aração e gradagem da terra; (iv) uso de herbicida específico para a cultura do feijão; (v) uso de máquinas bateadeiras de grãos.

Salientamos que mesmo entre os agricultores tradicionais, dois aspectos da especialização produtiva tem se tornado comuns no manejo produtivo: a aração mecanizada com trator para preparo do solo no lugar da tração animal e o uso de máquina batadeira de grãos na pós-colheita no lugar da “batição” com pedaço de madeira ou “cacete”. Contudo, se comparadas às formas de produção de feijão do Agreste Meridional com as do centro-sul do país (Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás) o nível de tecnificação e especialização ainda é pequeno. Não vemos, por exemplo, grandes extensões de terra com plantio de feijão em monocultura, com uso de irrigação de pivôs, plantio e colheita mecanizadas, e uso de herbicidas dessecantes, produto utilizado para secar o feijão artificialmente.

Sobre a prevalência dos aspectos de uma agricultura tradicional com pouca tecnificação de uma forma geral nos cultivos, um atravessador entrevistado até arriscou dizer que a maior parte do feijão do Agreste Meridional é quase orgânico nas palavras dele:

“essa safra eu tô comprando pouco aqui na região, porque o preço lá fora tá mais barato do que o daqui, e também a qualidade do grão de lá de fora é melhor, [...], apesar que o daqui era pra ser mais valorizado, porque o pessoal não usa tanto veneno, o daqui é mais saudável com certeza, mas o pessoal não valoriza isso, o consumidor não é orientado pra isso, vê um produto mais bonito e não sabe que tem mais veneno, e o agricultor aqui usa adubo orgânico, não bota dessecante pra secar o feijão, não usa veneno, limpa ainda na enxada, ainda é um produto quase orgânico, isso era pra ser valorizado, o produto daqui era pra ser mais caro” (ATV14, Garanhuns-PE).

Esta fala nos leva a uma grande reflexão: será que o feijão do Agreste Meridional deve continuar concorrendo com a produção tecnificada e mais barata de outros estados ou será que estamos diante da necessidade de se ter um novo olhar sobre o feijão do território? Esse novo olhar se direcionaria a elaborar um produto diferenciado com uso de sementes crioulas tradicionais, sem uso de adubos químicos e agrotóxicos e com um manejo que resgate os conhecimentos tradicionais dos agricultores de forma a se produzir um produto agroecológico ou orgânico para outro tipo de público e canal de comercialização? Um mercado local e regional diferenciado com valorização da localização geográfica, “feijão crioulo agroecológico da agricultura familiar do Agreste Meridional de Pernambuco” diferente do mercado comum convencional nacional de feijão, que inclusive esquece e não valoriza a origem geográfica da produção.

Voltando para a questão da especialização produtiva e a influência dos mercados na produção, talvez a maior expressão disso esteja sendo a questão das sementes utilizadas e a adoção do feijão carioca em muitas lavouras por parte dos agricultores. Durante a pesquisa foi constatado que algumas lavouras maiores do município de São João são de caráter um pouco mais tecnificado do que outros agricultores. Geralmente as propriedades maiores e que plantam

lavouras maiores em quantidade de área de 10 a 20 ha tem um cultivo de feijão mais especializado.

A especialização se evidencia inicialmente com o uso de sementes melhoradas de feijão carioca. No município de São João existem grupos de agricultores que se unem para comprar sementes melhoradas pela internet. São sementes de variedades de feijão carioca compradas para produção comercial desta variedade, buscando-se alcançar maiores produtividades. Essas sementes são oriundas de compras realizadas de estados como Goiás e Minas Gerais, não sendo utilizadas por mais de três anos consecutivos.

Os agricultores alegam que no terceiro ano de uso da mesma semente que foi guardada para novo plantio, as roças são acometidas por doenças como antracnose em grau severo que inviabilizam a produção, fazendo com que esses agricultores comprem novamente um novo lote “limpo” na empresa sementeira. A questão é que estas sementes não têm sua origem no território, e não foram desenvolvidas com testes na região, portanto, não demonstram ter adaptabilidade local, sofrendo o ataque de doenças em poucos anos de uso, ao contrário da maioria das variedades crioulas.

“o motivo é que quase todos (daqui) já perderam a resistência pra essa doença, e essa antracnose, o ano passado mesmo, deu na lavoura da gente, que nós compramos semente, agora depois de 2 ou 3 anos, nós acreditando que ainda ia ser boa, que ainda tava resistente, perdemos praticamente tudo. O investimento é grande, carioca é um feijão muito produtivo, muito bom de comércio, só que choveu muito, adoeceu e perdemos quase 100%... nós procuramos sementes que sejam resistentes a essas doenças, e aí com 2 ou 3 anos vai perdendo a resistência, e aí a gente muda pra outra (variedade de carioca). (ACCOOP10, São João-PE)

Alguns agricultores reconhecem em variedades crioulas resistência a antracnose, que eles chamam de “queima”, como no caso a seguir:

“venho cultivando o bico de ouro há mais de 10 anos, antigamente era o mulatinho, parecido com esse bage roxa que meu pai plantava, mais depois começou a dar um queima infeliz, aí a gente vem variando de semente por conta desse problema, porque o preto hoje a gente tá plantando, mas é um queima desgraçado, dependendo da qualidade, nego, ele queima. O bico de ouro, o favita, o feijão pau e o feijão enxofre todas essas qualidades são resistentes a frieza, aqui pra nós é assim, entendeu?” (AFF9, Feira de Feijão de São João).

Essas duas falas mostram dois entendimentos diferentes de dois tipos de agricultores com relação ao mesmo problema: a ocorrência de antracnose nas lavouras de feijão. Um agricultor prefere o uso de sementes melhoradas por achá-las mais produtivas, mesmo que tenha que comprar sempre um novo lote dentro de poucos anos de uso. Outro agricultor prefere observar e utilizar variedades crioulas que demonstram resistência natural a ocorrência da doença e podem ser guardadas e plantadas sempre.

Dentro dessa questão das variedades comerciais melhoradas, registramos o uso por parte de alguns agricultores, de sementes que foram introduzidas no território pelo serviço de

pesquisa agropecuária do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) por meio do seu programa de melhoramento genético de feijão ou pela compra de sementes pela internet.

Na Tabela 22 apontamos algumas variedades experimentadas e/ou introduzidas pelo IPA ou por meio de compras de sementes por parte dos agricultores.

Tabela 22. Cultivares melhoradas de feijão introduzidas em cultivos do Agreste Meridional.

Tipo de Feijão	Nome da variedade melhorada	Empresa
Carioca	BRS - Ponteio	Embrapa
	BRS - Estilo	
	BRS - Ametista	
	BRS - Requite	
	BRS - Notável	
	BRS - Cometa	
	IAC - Sintonia	Instituto Agronômico de Campinas
	Princesa	Instituto Agronômico de Pernambuco
	IPA-11	
	Bola de Ouro	Agropecuária Terra Alta SS Ltda.
Gol		
Mulatinho	BRS – Agreste	Embrapa
	BRS – Marfim	
	IPA-6	Instituto Agronômico de Pernambuco
Preto	IPR – Uirapuru	Instituto Agronômico do Paraná
	BRS – Esplendor	Embrapa
	BRS – Campeiro	
	BRS – Supremo	
	IAC – Netuno	Instituto Agronômico de Campinas
	IPA-10	Instituto Agronômico de Pernambuco
Pintado	BRS - Radiante	Embrapa

Fonte: Informação obtida junto ao Programa de Melhoramento Genético de Feijão do IPA.

Além da introdução de sementes via programa de melhoramento genético, temos ainda as sementes distribuídas pelo Programa Estadual de Distribuição de Sementes do IPA. Este programa distribui gratuitamente há aproximadamente 30 anos para associações rurais e/ou Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), sementes de feijão comum, feijão de corda, milho e sorgo para os plantios dos agricultores nas épocas de chuvas. No que se trata de feijão comum, já houve distribuição de sementes de variedades melhoradas de três grupos/tipos mulatinho, carioca e preto, geralmente variedades desenvolvidas pelo IPA ou Embrapa. Entre as variedades mais conhecidas já distribuídas pelo programa estão: IPA-6

(mulatinho), IPA-10 (preto), IPA-11 (carioca), BRS-Pérola (carioca), Princesa (carioca) e BRS-Valente (Preto).

Sobre esses tipos de feijão constatamos que variedades dos grupos de pretos, cariocas e mulatinhos perfizeram 64,41% da quantidade de feijão plantada na safra 2018, sendo o restante da porcentagem ocupado por dezenas de outras variedades, o que demonstra forte influência dos mercados que demandam essas variedades na produção dos agricultores.

Assim, os programas de sementes sempre distribuíram um pequeno número de variedades, em sua grande maioria não locais e que por isso desta forma estes tem contribuído para a especialização produtiva dos cultivos dos agricultores que recebem essas sementes, induzindo a diminuição da diversificação da quantidade de variedades e até mesmo contribuindo para o desuso de variedades locais e crioulas adaptadas, proporcionando perda de patrimônio genético local. Sobre isso Boef (2007) comenta a questão:

A “Revolução Verde” introduziu variedades melhoradas, as quais substituíram os materiais locais em larga escala, frequentemente reduzindo o número de variedades plantadas. [...] A seleção de variedades com maior produtividade conduz à eliminação de diversas outras, que apresentam menor desempenho. A seleção do melhor genótipo numa variedade (ou a eliminação dos indesejáveis) reduz a diversidade genética de variedades locais (BOEF, 2007, p.62).

O autor salienta um dos problemas dos programas de melhoramento genético convencionais, quando diz que essas ações de pesquisa muitas vezes são realizadas desconectadas das necessidades e preferências dos agricultores:

Essas variedades melhoradas muitas vezes não se tornam atrativas aos agricultores devido à combinação inadequada entre o melhoramento e as necessidades deles. [...] O sistema formal (de melhoramento genético) tem múltiplas oportunidades de apoio aos sistemas dos agricultores. No entanto, historicamente, verifica-se que esse apoio não é oferecido como padrão e não é adaptado às condições específicas e de preferências locais (BOEF, 2007, pp. 62 e 63)

Desta maneira, entendemos como problemática a simples relação de substituição de variedades crioulas por variedades melhoradas nos agroecossistemas familiares dos agricultores, pois isso remete à perda de uma série de conhecimentos tradicionais, identidades culturais, sabores, histórias e raízes da agricultura e de variedades adaptadas aos microclimas dos agricultores que passaram por longos processos naturais de evolução.

Boef (2007) aponta a importância dos dois sistemas de melhoramento genético: o dos agricultores e o dos pesquisadores. Ele defende que o melhoramento deve passar pela unificação dos conhecimentos tradicionais com os científicos, de forma a se construir processos descentralizados de “melhoramento genético participativo” que é definido por ele como:

[...] uma alternativa promissora, na qual o conhecimento dos agricultores é combinado com a capacidade dos melhoristas e com o acesso aos materiais. [...] O processo de seleção é descentralizado de estações experimentais e conduzido nas próprias unidades de produção, além de as estratégias de seleção serem monitoradas pelo conhecimento local e ajustadas para os agroecossistemas particulares dos agricultores familiares. [...] Em síntese, a expectativa de uma variedade ser escolhida pelos agricultores será uma resposta deles próprios por meio da seleção em distintos ambientes, por diferentes agricultores (BOEF, 2007, pp. 64 e 65).

4.5. A influência dos mercados no consumo de feijão

O mercado tem influenciado o consumo de feijão principalmente pela via do empacotamento de um número reduzido de tipos ou variedades. O consumidor não encontra diversificação de tipos de feijão disponível para consumo pelo empacotamento, uma vez que no território, este é baseado em praticamente três tipos: feijão carioca, feijão preto e feijão de corda (macassar). Abaixo, na figura 33, apresentamos algumas marcas e tipos de feijão empacotados no território.



Figura 33. Empacotadoras/marcas de feijão do município de Lajedo: a) Feijão Carioca Tá Gostoso; b) Feijão Carioca Kidelicia; c) Feijões Carioca e Preto Grão Nino e Grão Iane; d) Feijão Macassar Sempre Verde e Caupi Grão Nino.

O empacotamento de feijão no Agreste Meridional teve início no final da década de 1990. O “Feijão Delta/Garoinha” iniciou suas atividades no ano de 1998, na cidade de Garanhuns, e o “Feijão Ton Ton” foi a primeira empacotadora de Lajedo, no ano 2000. Entretanto, depois de um tempo a marca “Feijão Ton Ton” saiu do mercado e outras surgiram, seguindo a mesma linha do empacotamento.

Um atravessador comenta sobre a questão atual do empacotamento, processo que não existia no território e hoje é a principal forma de comercialização para os consumidores:

“[...] toda cidade hoje existe empacotamento, quem não tem empacotamento não tem comércio hoje. Quem compra de mim é dono de empacotadora. [...] Todos esses feijões é tudo pra pacote hoje. Não come mais feijão em cidade nenhuma, em mercado não come mais feijão aberto, só come feijão empacotado. O único lugar é em Caruaru que tem poucas empacotadoras, agora, Garanhuns, aqui em Lajedo, Vitória, tem muita empacotadora, Recife tem. Só tinha uma empacotadora aqui em Lajedo e hoje tem umas dez.” (ATV2, Lajedo-PE).

O mesmo atravessador continua e comenta sobre as variedades empacotadas:

“Pra começar você não acha um saco de feijão mulatinho empacotado, 1 quilo você não acha. Você já viu no mercado? Não tem! Só algum pessoal por aqui talvez encontre, mas lá pra fora é só feijão carioca e preto, é dois feijão que roda, em todo canto no país inteiro.” (ATV2, Lajedo-PE).

A informação trazida pelo atravessador acima foi constatada no levantamento de marcas realizado pela pesquisa, onde a única marca encontrada que empacota alguma variedade diferente de feijão, foi a marca conhecida como “Feijão 7 Colinas” de Garanhuns, que, além de feijão carioca e preto, empacota o mulatinho (Figura 34). Todas as outras marcas se restringem apenas ao empacotamento de feijão carioca, preto e de corda. Desta maneira, este mercado é caracterizado pela especialidade, tornando-se praticamente impossível uma valorização da diversidade de feijões e a consequente continuidade de uma forma mais permanente e rentável destes feijões nas lavouras dos agricultores.



Figura 34. Feijão 7 Colinas variedade mulatinho.

Sobre isso a Conab (2018) aponta para a necessidade de diversificação na produção de feijão no Brasil, já que 70% da produção nacional é baseada no feijão comum, tendo como foco principal apenas os feijões carioca e preto:

Nota-se a necessidade da diversificação dos tipos de feijões, que podem possibilitar novos fluxos de comercialização, estimular novos hábitos alimentares e aumentar a

ingestão de alimentos funcionais, que oferecem benefícios à saúde, além de suas funções nutricionais básicas (CONAB, 2018, p. 201).

Ressaltamos uma questão intrigante nessa discussão. Já que estamos falando de consumo, precisamos ao menos mencionar a questão dos sabores e texturas dos tipos de cada feijão, que apresentam variações de um para o outro. Mesmo não sendo objetivo deste estudo aprofundar nesta questão, durante a pesquisa foram obtidas percepções sobre o assunto que estão resumidas na tabela 23:

Tabela 23. Opinião quanto ao sabor de variedades cultivadas no Agreste Meridional.

Variedades saborosas¹	Variedades mais consumidas verde²	Variedades não saborosas³
Rosinhas	Pau	Carioca médio
Café	Enxofre	Carioca graúdo
Mulatinhos	Favita	
Leite	Gordo	
Pretos	Bala Branco	
Carioca miúdo antigo	Fogo na Serra	

Fonte: Elaborado pelo autor

1 – variedades apontadas como mais saborosas consumidas principalmente secas, mas também podendo ser consumidas verdes.

2 – variedades apontadas como saborosas quando estão verdes ou maduras, não sendo apreciadas para o consumo quando estão secas.

3 – variedades apontadas como “sem sabor” sendo consumidas principalmente secas.

A percepção quanto ao sabor foi obtida junto ao público pesquisado, ou seja, agricultores familiares do Agreste Meridional. Os relatos de muitos destes agricultores são de que as variedades de feijão carioca “médios” e “graúdos” melhorados não apresentam o sabor de muitas variedades crioulas, sendo tidos como um feijão que “não tem gosto de nada”. Esse fato demonstra uma grande contradição por ser o feijão carioca a variedade mais massificada, comercializada e consumida na cadeia produtiva do feijão brasileiro, o qual deveria apresentar bom sabor. Este aspecto levanta, portanto, uma possibilidade de grande influência do mercado no consumo desta variedade no Brasil, talvez mais norteadas por uma questão de produtividade do que de sabor.

Voltando à questão do empacotamento é por meio dele que o feijão chega ao consumidor das cidades. As empresas empacotadoras compram feijão dos agricultores e de outros estados do Brasil, e realizam o beneficiamento. Entende-se por beneficiamento do feijão a limpeza, (eliminação de impurezas como pedras, palhas, resíduos da colheita), a classificação e padronização de tamanho (eliminação de grãos menores e murchos), e o polimento para posterior empacotamento.

As empacotadoras do território empacotam muito mais feijão proveniente de safras de outros estados do que feijão produzido no Agreste Meridional. Os proprietários de marcas alegam que no território se faz apenas uma safra e que a quantidade não é suficiente para poder fazer a fábrica funcionar o ano inteiro, sendo assim, é necessária a “importação” de feijão de outros estados como Paraná, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso e etc. para empacotamento aqui na região.

O Prorural (2012) aponta para a existência de 11 empresas beneficiadoras/empacotadoras localizadas nos municípios de Lajedo e Garanhuns. Nosso estudo realizou um levantamento de nomes de marcas destas empacotadoras conforme tabela 24.

Tabela 24. Nomes de marcas de feijão do Agreste Meridional de Pernambuco.

Nome da marca	Tipo	Localização da empacotadora
Feijão Kidelícia	1	Lajedo
Feijão Tá Gostoso	2	
Feijão Grão Dama	1	
Feijão Topgrão	2	
Feijão Grão Nino	1	
Feijão Grão Iane	2	
Feijão Kisabor	1	
Feijão Gonzagão	2	
Feijão Cristal	1	
Feijão Grão do Agreste	1	
Feijão Sabor do Meio Dia	1	Garanhuns
Feijão Garoinha	2	
Feijão Delta	2	
Feijão Campeão	1	
Feijão D'Gust	1	
Feijão 7 Colinas	2	

Fonte: Elaborado pelo autor

Obs.: As cores iguais indicam que as marcas tipo 1 e tipo 2 são de um mesmo proprietário ou empacotadora.

De uma forma geral as empacotadoras do território do Agreste Meridional são caracterizadas por serem unidades de beneficiamento de pequeno porte e com pouco alcance de mercado. Em Pernambuco, as maiores empacotadoras de feijão são a “Kicaldo” e o “Feijão Turquesa”, de forma que as empacotadoras do território competem neste mesmo mercado com essas duas grandes empresas, mas também com outras marcas fortes oriundas de outros estados do Brasil. Portanto, permanecer neste mercado é algo que não tem sido fácil para as pequenas empacotadoras. Durante a pesquisa foi identificado o fechamento de duas marcas sediadas em

Garanhuns, sendo o Feijão Brasileirinho e o Feijão Castainho que não conseguiram mais se manter nesta atividade comercial.

“As empresas maiores estão absorvendo um mercado muito grande, como a Kicaldo e Turquesa e outras empresas grandes, elas estão dominando o mercado, eles são mais organizados, tem incentivo fiscal e vão engolindo os pequenos. Eles vão absorvendo o mercado e você fica com uma fatia pequenininha assim naquele canto. Eles vão aumentando o mercado deles na ponta e o outro já morre sufocado.” (ATV14, Feira de Capoeiras)

Não descartando a questão do empacotamento, que é a maneira padrão atual de comercialização para os consumidores finais, o desafio, portanto, talvez se encontre em conseguir empacotar outras variedades de feijão, essencialmente crioulas, que apresentem boa produtividade e sabor e assim contribuir com a diversificação deste mercado e com maiores opções de variedades para o consumidor final.

Por fim, neste capítulo pudemos apresentar os principais resultados desta pesquisa, descrevendo e analisando os principais mercados e canais de comercialização para o feijão da agricultura familiar, com ênfase nas Feiras de Feijão. Apontamos os principais destinos de consumo final do feijão produzido no território e caracterizamos o comércio das variedades com predomínio dos feijões carioca e preto, o que indica uma especialização produtiva nesta cadeia. Por fim, trazemos informações e reflexões acerca das influências do “mercado” na produção e no consumo de feijão no Agreste Meridional de Pernambuco.

CONCLUSÃO

A agricultura familiar, com características de pertencimento à terra e manutenção das tradições camponesas, traz a diversificação de agroecossistemas, de culturas agrícolas, de consórcios e policultivos e conserva até hoje a agrobiodiversidade com o uso de sementes crioulas adaptadas aos seus locais de cultivo. No entanto, a modernização da agricultura trouxe profundas mudanças nas formas de produção de alimentos no mundo e nos territórios, acentuando a lógica da mercantilização, a adoção de insumos externos para aumento de produtividades e a substituição de variedades de sementes tradicionais, crioulas e locais, por variedades industriais, híbridas e transgênicas, levando à especialização produtiva. A legislação brasileira de sementes evoluiu com alguns avanços nos últimos anos, no sentido de concretizar algumas aberturas para o reconhecimento e realização de trabalhos de conservação dos recursos genéticos vegetais locais, entretanto, do mesmo modo, ainda impõe limitações para uma ampla comercialização de sementes crioulas pelas organizações formadas pelos agricultores familiares no Brasil.

O Agreste Meridional de Pernambuco se caracteriza pela marcante presença da agricultura familiar, que ainda conserva uma ampla diversidade genética de culturas agrícolas, com destaque para as dezenas de variedades de feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.), mas que vem recebendo influência dos mercados convencionais e da agricultura moderna, de forma que se observam alguns aspectos de especialização produtiva influenciando a produção e consumo na região.

A especialização produtiva observada pela procura dos atravessadores em cima das variedades de feijão preto e carioca e, da mesma forma, pelo empacotamento direcionado a estas mesmas variedades, parece seguir uma lógica externa ao território, onde esses aspectos não são definidos no local, mas que recebe grande influência do mercado nacional de feijão, dominante e especializado. A produção especializada é mais fácil de ser realizada, em virtude de toda uma lógica já existente para o seu apoio e promoção, incluindo a comercialização que é muito mais favorável a este tipo de produção. Entretanto, quando esta se consolida em um território, altera a própria cultura dos agricultores, o meio ambiente e elimina um conjunto de conhecimentos, valores e símbolos de uma histórica agricultura tradicional e de sua diversidade de sementes.

A diversificação produtiva tem encontrado inúmeras dificuldades para se manter enquanto princípio de agricultura e prática. Contra ela, pesam as mudanças climáticas e as pressões da agricultura industrial e suas corporações privadas. Mas é nela que reside a grande diversidade alimentar do planeta, necessária a uma boa nutrição das populações do mundo com

alimentos mais saudáveis e naturais. A diversificação preserva espécies, culturas e paisagens, prestando um importante serviço à conservação ambiental das regiões.

Dentro das estratégias de diversificação, um importante achado deste trabalho foi a descoberta de seis novas variedades de feijão comum cultivadas no território (feijão: violeta, jatobá, cavalo claro, azeitinho, sempre assim e carioca miúdo antigo), que não estavam nas catalogações anteriormente realizadas e que foram encontradas durante as pesquisas de campo do presente estudo. O registro de novas variedades reforça o fato de que o Agreste Meridional é provavelmente o território de maior diversidade genética de feijão comum (*Phaseolus vulgaris* L.) do estado de Pernambuco, com 41 variedades de diferentes características fenotípicas, e supostamente possa ser um microcentro de diversidade desta espécie no Nordeste do Brasil, constatação essa que necessita de um maior aprofundamento por meio de novas pesquisas.

No entanto, mesmo diante desta relevante diversidade, os mercados e canais existentes no território para a comercialização do feijão da agricultura familiar são insuficientes e insatisfatórios, deixando os agricultores praticamente sem opções de escolha e acesso, restando apenas as feiras de feijão municipais como espaços quase únicos para a comercialização de feijão no Agreste Meridional. Estas feiras, protagonizadas pelos seus atravessadores, tem seguido o caminho da especialização produtiva, não se constituindo, de uma forma geral, em espaços de promoção e escoamento da diversidade genética local dentro do comércio.

O mapeamento dos diversos destinos e rotas de comercialização do feijão são informações importantes que demonstram uma potencialidade já existente deste mercado local, em virtude dos variados destinos que a produção de feijão alcança. No entanto, essas rotas precisam ser fortalecidas e ampliadas na medida do possível, ao mesmo tempo em que deve-se buscar novas rotas, uma vez que foi verificado que os canais mais propícios à absorção das variedades crioulas e tradicionais do território, tem perdido força e espaço dentro de um mercado consumidor que, de forma crescente têm estabelecido um consumo padronizado e quase que exclusivo em cima de feijões tipo preto e carioca.

Por outro lado, a cadeia produtiva do feijão do Agreste Meridional é uma cadeia relativamente pequena, localizada em uma mesorregião de um estado do Nordeste brasileiro, que sempre esteve a reboque do mercado nacional de feijão, liderado pelos grandes estados produtores do Brasil. Esses e outros aspectos identificados neste trabalho têm nos mostrado que o feijão produzido no território não tem encontrado condições de competir com o feijão produzido no centro-sul do país em custos de produção, produtividade, quantidade produzida e logística regional de distribuição. A localização da área de produção dentro da região semiárida,

com uma agricultura de sequeiro, já aponta por si só para muitas desvantagens nesta relação produtiva, comercial e de competição em cima dos feijões pretos e cariocas produzidos por outros estados do Brasil e que se encontram em áreas mais favoráveis à produção agrícola, sendo este um aspecto climático, portanto difícil de ser corrigido ou modificado pela ação humana.

Acreditamos que o desenvolvimento da cadeia produtiva do feijão no Agreste Meridional passará pela articulação e integração das organizações locais dos agricultores, com o poder público por meio de seus órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, de forma consciente e planejada, com vistas a se incrementar os processos de desenvolvimento local e territorial com a participação das comunidades locais e, principalmente, com os agricultores tradicionais que continuam contribuindo na conservação das variedades de feijão. A existência de organizações como os bancos comunitários de sementes, a Rede Semeam, o GTG do Feijão e a Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar são potencialidades que precisam ser aproveitadas e fomentadas pelo serviço de assistência técnica e extensão rural e entidades de apoio e assessoria que têm suas bases no território, no sentido de fortalecer ações e caminhos para a diversificação produtiva.

Desta forma, para a dinamização da cadeia do feijão no Agreste Meridional acreditamos ser necessária uma mudança de foco, partindo para a produção e empacotamento de diversas variedades de feijões crioulos, concomitantemente com a “construção social” de novos mercados e canais de comercialização, podendo ser explorados os mercados institucionais governamentais, mercados de proximidade com o estabelecimento de redes de consumo em nível local e territorial e com a criação de novas feiras agroecológicas e pontos fixos de venda direta aos consumidores nas cidades. Nesse sentido, acreditamos que o caminho seja diferenciar o “novo produto” do produto convencional comum de mercado, acrescentando a ele, formas de manejo e produção com princípios da agroecologia, explorando o valor social e cultural das tradições das sementes e da agricultura familiar.

A criação de novos mercados beneficiaria os agricultores guardiões de sementes crioulas que, organizados em bancos comunitários de sementes, poderiam vir a ter maiores perspectivas de comercialização das variedades tradicionais, contribuindo assim com a própria manutenção das variedades nos agroecossistemas e comunidades. Neste mesmo sentido, as iniciativas da Rede Semeam precisam ser apoiadas e reforçadas, especialmente pelos governos municipais e estadual com maiores investimentos em pesquisa e extensão e no financiamento de projetos para o seu fortalecimento.

Para isso, é fundamental o investimento e direcionamento do serviço de assistência técnica e extensão rural para a produção agroecológica e o desenvolvimento de processos eficientes de gestão, participação e empoderamento dos atores locais e suas organizações sociais e coletivas. Deste modo, a assistência técnica é fundamental para implementar processos de desenvolvimento local, evidenciado no fato de que o apoio extensionista está na dimensão da participação, mobilização, valorização endógena e perspectiva de promoção de renda. No caso específico do feijão, está posta a estratégia de concretização de novos mercados e canais de comercialização, com o devido apoio e necessidade de implementação de programas e políticas públicas direcionados ao fortalecimento desta cadeia produtiva.

Desta maneira, a criação de novos mercados e canais de comercialização deverá passar por uma perspectiva de maior autonomia dos agricultores nas relações comerciais, nas quais estes possam interferir com mais facilidade na política local de preços, obtendo melhores remunerações com sua produção, ao contrário do que ocorre atualmente nas feiras de feijão, onde os agricultores que são produtores não têm a menor capacidade de interferir junto aos atravessadores por melhores preços. Ainda, é importante a realização de ações para o resgate e valorização da tradição dos mercados municipais (Ceasas), como espaço de comercialização da diversidade do território e consumo pronto destes alimentos em sua ala de bares e restaurantes, além do acesso à comercialização junto a instituições governamentais e de interesse público como escolas e creches.

Porém, não se trata de imediato, de substituir um estilo de cadeia produtiva por outro, algo inclusive que talvez nunca chegue a se concretizar em sua totalidade, mas de forma paralela ao mercado convencional do feijão carioca e preto, criar-se no território novas iniciativas e fluxos de comercialização, com novos produtos, novas relações de produção e consumo, com perspectiva do desenvolvimento local com participação ativa e empoderamento dos agricultores, suas comunidades e organizações nos processos de tomada de decisão no território.

A Cooperativa dos Produtores de Agricultura Familiar – Coopaf, junto com o trabalho iniciado pelo Prorural desde o ano de 2011, que resultou na criação do GTG do Feijão, tem gerado um acúmulo de mobilização, reflexão e construção de novos caminhos para essa cadeia produtiva no território, de forma que a Coopaf pode vir a ser a entidade central de referência de produção e comercialização, impulsionando uma nova perspectiva de mercado e agregação de valor para os agricultores familiares. No entanto, a Cooperativa pode vir a atuar no mercado sob a lógica da diversificação e/ou da especialização produtiva.

Partindo do princípio que o maior mercado da cooperativa hoje está na especialização em feijão preto e carioca, cujos agricultores cooperados plantam essas variedades em grandes

quantidades e ainda entendendo que uma ação de ruptura nessa lógica comercial não seria saudável para a entidade, especialmente do ponto de vista financeiro. Dessa maneira, sugerimos que a cooperativa continue a buscar os mercados especializados de feijão, mas que, ao mesmo tempo, procure criar alternativas para a comercialização de outras variedades, nas quais estão incluídas as crioulas e tradicionais, sugestão essa que já vem sendo debatida pela própria diretoria da Cooperativa, que tem vislumbrado nas variedades crioulas um mercado em potencial. Deste modo, o que pode ser feito mais de imediato do ponto de vista prático é a implantação de alguma ferramenta de certificação participativa de produção orgânica, vinculada à Coopaf, que reuniria um grupo de cooperados exclusivamente identificados com a produção agroecológica de variedades crioulas, como forma de se ter um produto diferenciado para outros canais de comercialização.

Os resultados deste trabalho podem contribuir como subsídio para a ampliação da legislação específica e elaboração de programas e políticas públicas que venham a favorecer a produção e consumo a partir de sementes crioulas, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos, importantes para o desenvolvimento local.

Por fim, queremos ainda propor a continuidade de pesquisas e ações de extensão para o território do feijão, sobre o qual encontramos uma grande lacuna, com pouquíssimas referências para a região de estudo sobre o tema abordado. Deste modo, estudos de caracterização agrônoma das variedades crioulas e também a identificação das variedades tradicionais de feijão (aquelas cultivadas acima de três gerações familiares), entre outras, se apresentam como pesquisas necessárias para se gerar novos conhecimentos. Essas pesquisas podem ajudar na própria dinamização dos mercados locais, no sentido de se conhecer as variedades crioulas mais produtivas e de melhor aceitação de sabor pelos consumidores e aquelas que conservam aspectos históricos de cultivos geracionais, algo que pode ser apresentado como valor social e cultural de um produto ao consumidor.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. **Associativismo**. In: CATTANI, Antonio David. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 15-20.

ALBUQUERQUE, Ulisses Paulino de, *et. al.* A pesquisa etnobiológica em mercados e feiras livres. In: ALBUQUERQUE, Ulisses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da. (Orgs.). **Métodos e Técnicas na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Coleção Estudos e Avanços, v. 1, Recife: NUPPEA, 2010, p. 209-222.

ALBUQUERQUE, Ulisses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; ALENCAR, Néilson Leal. Métodos e Técnicas para coleta de dados etnobiológicos. In: ALBUQUERQUE, Ulisses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da. (Orgs.). **Métodos e Técnicas na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Coleção Estudos e Avanços, v. 1, Recife: NUPPEA, 2010, p. 41-64.

ALBUQUERQUE, Ulisses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; LINS NETO, Ernani Machado de Freitas. Seleção dos Participantes da Pesquisa. In: ALBUQUERQUE, Ulisses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da. (Orgs.). **Métodos e Técnicas na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Coleção Estudos e Avanços, v. 1, Recife: NUPPEA, 2010, p. 23-37.

ALMEIDA, Paula e CORDEIRO, Ângela. **Semente da Paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semiárido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002, 72 p.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

AMORIM, Lucas Oliveira de. **Plantando semente crioula, colhendo agroecologia: agrobiodiversidade e campesinato no Alto Sertão Sergipano**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: FJN, Massangana, 2003, 248 p.

ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard. **Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. Trad. Ulrich Dressel. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AOUN, Samira; VERDI, Adriana Renata. **Inserção do grupo JBS na dinâmica do capitalismo contemporâneo**. Revista de Economia Agrícola, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 99-114, jul./dez. 2010.

ASA BRASIL. **Sementes do Semiárido**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>. Acesso em: 09 ago. 2017.

ASBRAER. **Assistência técnica e extensão rural no Brasil: um debate nacional sobre as realidades e novos rumos para o desenvolvimento do País**. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: Asbraer, 2014.

BALENSIFER, Pedro Henrique de Medeiros. **Identificação de variedades e estratégias preliminares de preservação de sementes crioulas no município de Garanhuns, Pernambuco.** VII Seminário de Extensão Rural. Gravatá, Dezembro, 2014.

BALENSIFER, Pedro Henrique de Medeiros. **Identificação e análise das formas de conservação de sementes armazenadas por agricultores familiares minifundiários do município de Garanhuns, Agreste Meridional de Pernambuco.** III Seminário de Agroecologia de Pernambuco. Recife: setembro, 2015a.

BALENSIFER, Pedro Henrique de Medeiros. **Levantamento e descrição de métodos alternativos ou naturais de conservação de sementes da agricultura familiar do município de Garanhuns, Pernambuco.** Resumos do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia. Belém, 2015b.

BALENSIFER, Pedro Henrique de Medeiros, *et. al.* **Sementes e autoconsumo familiar: percepções a partir de agricultores familiares do agreste pernambucano.** Resumos do IV Encontro de Agroecologia do Agreste Meridional de Pernambuco. Campus da UAG/UFRPE, Garanhuns, junho, 2016.

BALENSIFER, Pedro Henrique de Medeiros; SILVA, Ana Paula Gomes da. **Metodologia para formação de Bancos Comunitários de Sementes.** Coleção de Extensão Rural, n. 4. Recife: Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA, 2016. 32 p.

BALENSIFER, Pedro Henrique de Medeiros; SILVA, Arley Gomes da; SOUZA, Nayra Luiza de Oliveira. **Levantamento de variedades crioulas cultivadas por agricultores familiares do Agreste Meridional de Pernambuco.** I Seminário de Agroecologia do IFPE. Belo Jardim: IFPE, 2018.

BARBIERI, Rosa Lía, BUSTAMANTE, Patrícia Goulart, SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e suas múltiplas dimensões.** In: SANTILLI, Juliana, BUSTAMANTE, Patrícia Goulart, BARBIERI, Rosa Lía (Editoras Técnicas). Agrobiodiversidade. Coleção Transição Agroecológica, v. 2. Brasília-DF: Embrapa, 2015, p. 19-26.

BARILI, Leiri Daiane. **Evolução dos cultivares de feijão carioca recomendados no Brasil.** Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Genética e Melhoramento, Universidade Federal de Viçosa, 2015.

BELIK, Walter; MALUF, Renato Sergio (Orgs.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização.** Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.

BOEF, Walter Simon de, *et. al.* **Biodiversidade e Agricultores: fortalecendo o manejo comunitário.** Porto Alegre: L&PM, 2007.

BONANNO, Alessandro. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.** Recife: Ed.Universitária da UFPE, 1999.

BRASIL. Decreto Nº 5.153 de 23 de julho de 2004. Aprova o Regulamento da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas - SNSM, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. Decreto Legislativo Nº 70 de 18 de abril de 2006. Aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura. Brasília, 2006.

_____. Decreto Nº 6.476 de 05 de junho de 2008. Promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura. Brasília, 2008.

_____. Decreto Nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, 2012.

_____. Decreto Nº 8.772 de 11 de maio de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília, 2016.

_____, Lei Nº 4.727 de 13 de julho de 1965. Dispõe sobre a fiscalização do comércio de sementes e mudas e dá outras providências. Brasília, 1965.

_____, Lei Nº 6.507 de 19 de dezembro de 1977. Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas. Brasília, 1977.

_____. Lei Nº 9.456 de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. Brasília, 1997.

_____. Lei Nº 10.711, 05 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. Lei Nº 11.105 de 24 de março de 2005. Dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural**. Brasília: MMA/SBF, 2006, 82 p.: il.

_____. Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006.

_____. Lei do PNAE nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, 2009.

_____. Lei Nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. Brasília, 2010.

_____. Lei N° 13.123 de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília, 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2004, 26 p.

BUARQUE, Sérgio. Políticas públicas de desenvolvimento territorial no Brasil: análise e sugestões de aprimoramento. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno. **Reflexões e Proposições de Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 15, Brasília: IICA, 2012.

BULISANI, Eduardo Antonio. **Feijão Carioca: uma história de sucesso**. 2008. Artigo em Hypertexto. Disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/FeijaoCarioca/index.htm. Acesso em: 21/02/2019.

CAPORAL, Francisco Roberto (coord.). **Extensão Rural e Agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Camaragibe, PE: Ed. do Coordenador, 2015. 503p.

CAPORAL, Francisco Roberto e COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007, 166 p.

CARVALHO, Horácio Martins; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura Camponesa. In: CALDART, Roseli Salete, *et. al.* **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e Ruralidade. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis, Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH, Unicamp, 2004.

CAZELLA, Ademir Antônio; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio Jamil. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. J. (Orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 47-70.

CONAB. **Conjuntura Agropecuária do Feijão**. Companhia Nacional de Abastecimento, Superintendência Regional da Paraíba, junho, 2015. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_07_09_16_20_14_conjuntura_agropecuaria_do_feijao_-_junho_2015.pdf. Acesso em 12/10/2016.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **A cultura do feijão**. OLIVEIRA NETO, Aroldo Antonio; SANTOS, Candice Mello Romero (Orgs.). Brasília: Conab, 2018. 244 p.

COPPABACS. **Sementes da resistência: preservando a cultura e a vida no Semiárido Alagoano**. Cartilha da Cooperativa dos Bancos Comunitários de Sementes. Instrumentos de gestão de BCS, Alagoas, s/d. 51 p.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017, 141 p.

CUNHA, Flávia Londres da. **Sementes da paixão e as políticas públicas de distribuição de sementes na Paraíba**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, 2013. 184 p.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p.139-170.

DE JESUS, Paulo. **Sobre desenvolvimento local e sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa**. In: MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; PREDOSA, Ivo Vanconcelos; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira (orgs.). *Gestão do desenvolvimento local sustentável*. Recife: Edupe, 2006, p.17-37.

DE JESUS, Paulo; TIRIBA, Lia. Verbete: Cooperação. In: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 49-54.

DELGADO, Nelson Giordano; BONNAL, Philippe; LEITE, Sérgio Pereira. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Rio de Janeiro: Convênio IICA/OPPA/CPDA/UFRRJ, 2007.

DUBEUX, Ana *et. al.* (orgs.). **A Construção de conhecimentos em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida do nordeste**. Recife: F&A Gráfica e Editora Ltda, 2012. 288p.

ESCHER, Fabiano. A evolução institucional do sistema de cooperativas de leite da agricultura familiar com interação solidária (SISCLAF): atores sociais, mercados e ação coletiva no sudoeste do Paraná. In: CONTERATO, Marcelo Antonio. **Mercados e Agricultura Familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Série Difusão IEPE/UFRRGS, Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013.

ESKINAZI, Bruna Garcia; SOUZA, José Gilberto de. **Especialização produtiva e homogeneização territorial: a monocultura de eucalipto no Vale do Paraíba paulista e as transformações nas dinâmicas de produção**. Revista Pegada, v. 14, n.2, dezembro/2013, p. 194 - 211.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla a nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017, 269 p.

FERREIRA, Carlos Magri. **Comercialização de feijão no Brasil (1990-1999)**. Dissertação de Mestrado da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo – ESALQ/USP, Piracicaba, 2001.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96 p.

FRETELLI, Alfonso Cotera; ROCA, Humberto Ortiz. Verbete: Comércio Justo. In: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 33-44.

FREITAS, Fábio de Oliveira. **Evidências genético-arqueológicas sobre a origem do feijão comum no Brasil**. Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília: Embrapa, v.41, n.7, jul. 2006, p.1199-1203.

GARCIA-PARPET, Marie France. Valorização dos produtos locais e mundialização dos mercados. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p.159-181.

GAZOLLA, Marcio. Os mercados das agroindústrias familiares: produção de novidades e transições sociotécnicas no regime agroalimentar. In: CONTERATO, Marcelo Antonio, *et. al.* **Mercados e Agricultura Familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Série Difusão IEPE/UFRGS, Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013, p. 311-334.

GEPTS, Paul; DEBOUCK, Daniel. Origin, domestication, and evolution of the common bean (*Phaseolus vulgaris* L.). In: SCHOONHOVEN, Aart van; VOYSEST, Oswaldo. **Common Beans: research for crop improvement**. Cali, Colômbia: CIAT, 1991, p. 7-53.

GUZMÁN CASADO, Gloria; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Bases Teóricas de la Agroecología**. In: GUZMÁN CASADO, Gloria I.; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible. Madri: Mundi-Prensa, 2000, p. 81-113.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**, Pernambuco, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_pernambuco.pdf. Acesso em: 5 de setembro de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola – lavoura temporária 2017**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-joao/pesquisa/14/10193?tipo=ranking>. Acesso em: 16 de abril de 2019.

LEMOS, Ana Cristina Martins de. **A mediação da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Pernambuco: Desenvolvimento Local e Extensão Rural**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, Recife, 2018.

LEMOS, Silvana Maria de; LIMA, Irenilda de Souza. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local**. Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 25, n.1, 2014, p. 069-092.

LIMA, Vanuza Ribeiro de; MARINHO, Marcelo; BRAND, Antonio. **História, Identidade e Desenvolvimento Local: questões e conceitos**. Revista História e Perspectivas. Uberlândia (36-37):363-388, jan/dez, 2007.

LISBOA, Armando de Melo. **Verbete: Mercado Solidário**. In: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 183-192.

LONDRES, Flávia. **A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar**. Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade, Articulação Nacional de Agroecologia. ANA, 2006, 79 p.

LONDRES, Flávia. **As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba**. (Sementes locais: experiências agroecológicas de conservação e uso). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014. 83 p.: il.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. **Manejo da diversidade genética de milho em sistema agroecológicos**. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2009, 94p.

MACIEL, Michelle Cristina Rufino. **Economia Solidária, Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Segurança Alimentar e Nutricional – algumas relações: um estudo de caso junto a Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer – PE**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, Recife, 2012.

MAICÁ, Eitel Dias. Sementes, In: **Dicionário da Educação do Campo**, In: CALDART, Roseli Salete *et. al.* (org.) Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Ed. Expressão Popular, 2013, 697-704 p.

MANCE, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária**. In: CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 219-225.

MAYET, Mariam; GREENBERG, Stephen. **As três megafusões do agronegócio: os carrascos da soberania das agricultoras e agricultores**, 2017. Disponível em: https://www.righttofoodandnutrition.org/files/r_t_f_a_n_w_2017_por_7_0.pdf. Acesso em 5 de março de 2019.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: UNESP. Brasília, DF: NEAD, 2010. 568 p.: il.

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flávia Charão. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul. In: CONTERATO, Marcelo Antonio, *et. al.* **Mercados e Agricultura Familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Série Difusão IEPE/UFRGS, Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013, p. 114-132.

MDA. **Governo federal investe na construção de 600 bancos de sementes no semiárido**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 22 jan. 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/governo-federal-investe-na-construção-de-600-bancos-de-sementes-no-semiárido>. Acesso em: 09 ago. 2017.

MST. **Assentados comemoram três anos de cultivo de feijão orgânico no RS**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2019. Disponível em:

<http://www.mst.org.br/2018/04/09/assentados-comemoram-tres-anos-de-cultivo-de-feijao-organico-no-rs.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

MELO, Anastácia Brandão de; SOUSA, Joseilton Evangelista de. **Planejamento territorial de redes produtivas**. Revista Práticas de Administração Pública, v. 1, n. 2. set./dez., 2017, UFSM, p. 41-58.

MILANI, Carlos. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. IV Conferencia Regional ISTR-LAC, 8-10 de outubro, 2003, San José, Costa Rica, 30p.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael. **Qualitative Data Analysis: A Sourcebook of New Methods**. Beverly hills, Sage Publ, 1984.

MORAES, Juliana Gomes de. **Ceasa e Agricultura familiar: dinâmicas sociais da CECAF em Recife – Pernambuco**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, Recife, 2017.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia solidária: outra economia acontece. Cartilha da Campanha Nacional de mobilização social**. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007, 36 p.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar**. In: CALDART, Roseli Salete *et. al.* (org.). Dicionário da Educação do Campo, Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013, p. 32-39.

NIEDERLE, Paulo André. **A agrobiodiversidade como recurso estratégico nos novos mercados agroalimentares**. In: SANTILLI, Juliana; BUSTAMANTE, Patrícia Goulart; BARBIERI, Rosa Lía (Editoras Técnicas). Agrobiodiversidade. Coleção Transição Agroecológica, v. 2. Brasília-DF: Embrapa, 2015, p. 51-80.

NIEDERLE, Paulo André; MARQUES, Flávia Charão. Produção ecológica de alimentos e mudanças institucionais: implicações para a construção de novos mercados. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 275-307.

NODARI, Rubens Onofre, *et. al.* **As inovações e os benefícios do melhoramento genético participativo**. In: SANTILLI, Juliana; BUSTAMANTE, Patrícia Goulart; BARBIERI, Rosa Lía (Editoras Técnicas). Agrobiodiversidade. Coleção Transição Agroecológica, v. 2. Brasília-DF: Embrapa, 2015, p. 81-102.

OCHOA, Carlos. **Amostra não probabilística: amostra por conveniência**. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/amostra-conveniencia>, 2015. Acesso em: 19 fev. 2019.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Humanidade e lutas sociais: da caça à aurora da civilização**. Porto Alegre: Editora Ltda, 1987.

PEREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de Dados Qualitativos. Estratégias Metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais.** São Paulo: EDUSP, 2004, 157 p.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG, Jan Douwe van der. **As sete teses sobre a agricultura camponesa.** In: PETERSEN, Paulo (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. 17-31 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1997, 390 p.

PRORURAL. **Plano Territorial da Rede Produtiva do Feijão – Agreste Meridional e Central do Estado de Pernambuco.** Recife: dezembro, 2012. 110p.

PRORURAL. Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Disponível em: <http://prorural.pe.gov.br/o-prorural/quem-somos>. Acesso em: 29 mar. 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993, 269 p.

REARDON, Thomas; BERDEGUÉ, Julio A. **La rápida expansión de los supermercados en América Latina: desafíos y oportunidades para el desarrollo.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, p. 5-41.

REDE ECOVIDA. **Rede de Agroecologia Ecovida.** Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/> Acesso em: 07 mar. 2019.

REIS, Maria Rita. **Tecnologia Social de Produção de Sementes e Agrobiodiversidade.** Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília: 2012. 288 p.

SABOURIN, Eric. **Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, out./dez., 2014, p. 21-35.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores.** São Paulo: Ed. Peirópolis, 2009, 519 p.

SANTOS, Amaury da Silva dos, *et. al.* **Pesquisa e política de sementes no semiárido paraibano.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2012. 60 p.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Virgílio. **Cooperativismo e cooperativa.** In: CATTANI, Antonio David. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 63-72.

SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia. **Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental.** In: NIEDERLE, Paulo André;

ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 215-265.

SCHNEIDER, Sergio. Prefácio. In: CONTERATO, Marcelo Antonio, *et. al.* **Mercados e Agricultura Familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Série Difusão IEPE/UFRGS, Porto Alegre: Ed. Via Sapiens, 2013, p. 8-11.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e Agricultura Familiar. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHNEIDER, Sergio. **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: Desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-140.

SCHNEIDER, Sérgio e CASSOL, Abel. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas**. Revista Cadernos de Ciência & Tecnologia da EMBRAPA, v. 31, n. 2, 2014. 227-263 p.

SEAD. **Sead está implantando 640 bancos de sementes crioulas no Nordeste**. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 28 nov. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/sead-está-implantando-640-bancos-de-sementes-crioulas-no-nordeste>. Acesso em: 09 ago. 2017.

SHIVA, Vandana. **Biodiversidade, direitos de propriedade intelectual e globalização**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento, 2004, 267-285 p.

SILVA, Emanuel Dias da; ALMEIDA, Milene Felix. **Programa de Aquisição de Alimentos: tecendo os caminhos entre segurança alimentar e a política de sementes no semiárido paraibano**. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Porto Alegre: Cadernos de Agroecologia, Vol. 8, No. 2, Nov, 2013.

SILVA, José Nunes da. **Economia, Oicos-nomia, Gestão da Casa**. In: ANGOLA, Catarina de (Org.). *Análises de contexto: perspectiva das ruralidades em Pernambuco*. Recife: Centro Sabiá, 2016.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 116-125.

SINGER, Paul. *A economia solidária no Brasil: um retrato em 2005*. **Economia solidária Campanha Nacional de divulgação e mobilização social** – Manual para Formadores – Descobrimo a outra economia que já acontece. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007, 48 p.

SOUSA, Jocéia Gouveia de. **Política de Desenvolvimento Territorial Rural: o caso do território da Zona da Mata Norte – PB**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

STAKE, Robert E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: PENSO, 2011, 263 p.

TEIXEIRA, Carlos Honorato; CARVALHO, Daniel Estima de; FELDMANN, Paulo Roberto. **A internacionalização da JBS e uma discussão sobre o diamante de Porter**. Future Studies Research Journal. São Paulo, v. 2, n. 1, pp. 175 - 194, Jan./jun. 2010.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância das sabedorias tradicionais**. Trad. Rosa L. Peralta. São Paulo: Expressão Popular, 2015, 272 p.

TOLEDO, Marcio Roberto. **Especialização regional produtiva e a atual organização da agricultura no Brasil**. Revista Geografia (Londrina) v. 26. n. 2. p. 98 – 115, jul/dez, 2017.

UNICOPAS. Site da União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias, 2019. Disponível em: www.unicopas.org.br. Acesso em: 03 mar. 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social na construção do futuro**. In: PETERSEN, Paulo (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009a, 33-45 p.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009b, p. 185-200.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008, 213p.

WILKINSON, John; CASTELLI, Pierina German. **A Transnacionalização da indústria de sementes no Brasil**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2000, 138 p.

WILKINSON, John; NIEDERLE, Paulo André; MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira. (Orgs.). **O Sabor da Origem: Produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares**. Escritos, 2016.

**APÊNDICE A - ENTREVISTA COM AGRICULTORES PRODUTORES DE FEIJÃO
QUE VENDEM PARA ATRAVESSADORES NAS FEIRAS**

Nome do entrevistado:		Nome da Feira:
Idade:	Escolaridade:	Sexo: () M () F
Nome da comunidade e município:		Há quanto tempo mora lá?
Quantos filhos você tem?		
Quem trabalha na roça de feijão? () trabalha sozinho () você e os filhos () você e a esposa () todos os familiares () você com trabalhador contratado. Quantos?		
O que você planta além de feijão? () milho () fava () mandioca () macaxeira () outro _____		
Como você adquire sementes todo ano para plantar? () guarda em casa () BCS () compra, onde? () outro, onde?		
Se guarda em casa, como você armazena as suas sementes? () garrafa pet () tambor plástico () tambor metálico () saco de nylon () outro, qual?		
Você participa de alguma organização de agricultores? () associação () cooperativa () STR () BCS () Outra _____		
Na sua comunidade há BCS? () SIM () NÃO Você participa? () SIM () NÃO Qual a importância?		
Há quantos anos planta feijão?		Há quanto tempo vende feijão na feira?
Você vende feijão: () seco () maduro		
Sempre vende feijão nesta feira? () SIM () NÃO		Vende em outra feira? () SIM () NÃO Qual?
Existe outro local que você pode vender seu feijão na região? Onde?		
Você sabe onde é consumido o feijão que você vende para o atravessador? () SIM () NÃO Onde?		
Quantos sacos de feijão você vende em média por ano?		
Fale o que você acha dos preços pagos pelo atravessador?		
Você consegue vender todas as variedades que planta? Por quê?		

**ENTREVISTA COM LISTA DE VARIEDADES PARA AGRICULTORES
PRODUTORES DE FEIJÃO QUE VENDEM PARA ATRAVESSADORES NAS
FEIRAS**

Nome da Variedade	Quais variedades seu pai e seu avô plantavam, consumiam e vendiam? De onde conseguiram essas sementes?	Quais variedades você planta hoje? Em que quantidades? Há quanto tempo?	Quais variedades de feijão você planta para o consumo?	Quais variedades você vende hoje para o atravessador?
Bage rosa /Bico de ouro				
Bage roxa				
Bala				
Boi deitado				
Café				
Caianinha/Rosinha				
Canarinho				
Carioca				
Carrapatinho				
Chitadinho				
Crainha				
Enxofre				
Crista de Galo/Agulha				
Favita/Safra nova				
Fogo na Serra (vermelho)				
Fogo na Serra (roxo)				
Gordo				
Lagartixa				

Lavadeira				
Leite				
Manteiga				
Mão Curta				
Mulatão				
Mulatinho legítimo				
Palhinha				
Pau				
Pau Branco				
Preto				
Preto Bala				
Preto Costa Rica				
Preto Quixabinha				
Preto mulatinho				
Olho de Cabra				
Rim de porco				
Rosinha legítimo				
Rosinha claro				
Vermelhinho				
Outras variedades:				

Por que planta essas variedades para o consumo?

R:

Por que essas variedades são vendidas?

R:

**APÊNDICE B - ENTREVISTA COM ATRAVESSADORES/COMPRADORES DE
FEIJÃO NAS FEIRAS**

Nome do entrevistado:		Nome da Feira:
Idade:	Escolaridade:	Sexo: () M () F
Cidade/UF de origem:		Há quantos anos trabalha comprando feijão?
Você é autônomo ou trabalha para alguma empresa beneficiadora?		Qual?
Você sabe quais empresas e marcas compram feijão aqui na região?		
Em que regiões você compra feijão?		
Em quais feiras você atua aqui na região?		
Que tipo de feijão você compra? () feijão seco () feijão maduro		
Em que locais você compra? () feira () propriedade do agricultor () outro _____		
Quantos quilos de feijão você compra em cada safra?		
Você acha que na feira existe espaço para a comercializar todas as variedades de feijão da região? () SIM () NÃO Por quê?		
OBS:		

**ENTREVISTA PARA ATRAVESSADORES COM LISTA DE VARIEDADES DE
FEIJÃO**

Nome da variedade de feijão	Quais as variedades de feijão que você compra? (por ordem de quantidade, ex: 1º lugar, 2º lugar, 3º lugar, ...)	Antigamente você comprava quais variedades de feijão (por ordem de quantidade, ex: 1º lugar, 2º lugar, 3º lugar, ...)	Para onde você leva o feijão comprado? Qual o destino do feijão? Quem consome o feijão que você compra?	Quais variedades você vende como semente? E em que quantidade? Qual preço?
------------------------------------	--	--	--	---

Bage rosa /Bico de ouro				
Bage roxa				
Bala				
Boi deitado				
Café				
Caianinha/Rosinha				
Canarinho				
Carioca				
Carrapatinho				
Chitadinho				
Crainha				
Enxofre				
Crista de Galo/Agulha				
Favita/Safra nova				
Fogo na Serra (vermelho)				
Fogo na Serra (roxo)				
Gordo				
Lagartixa				
Lavandeira				
Leite				
Manteiga				
Mão Curta				
Mulatão				
Mulatinho legítimo				
Palhinha				

Pau				
Pau Branco				
Preto				
Preto Bala				
Preto Costa Rica				
Preto Quixabinha				
Preto mulatinho				
Olho de Cabra				
Rim de porco				
Rosinha legítimo				
Rosinha claro				
Vermelhinho				
Outras variedades:				

Por que essas variedades são as mais compradas?

R:

Por que essas outras não são compradas?

R:

**APÊNDICE C - ENTREVISTA COM AGRICULTORES COOPERADOS NA
COOPAF**

Nome do entrevistado:		
Idade:	Escolaridade:	Sexo: () M () F
Nome da comunidade e município:	Há quanto tempo mora lá?	
Quantos filhos você tem?		
Quem trabalha na roça de feijão? () trabalha sozinho () você e os filhos () você e a esposa () todos os familiares () você com trabalhador contratado. Quantos?		
O que você planta além de feijão? () milho () fava () mandioca () macaxeira () outro _____		
Como você adquiri sementes todo ano para plantar? () guarda em casa () BCS () compra, onde? () outro, onde?		
Se guarda em casa, como você armazena as suas sementes? () garrafa pet () tambor plástico () tambor metálico () saco de nylon () outro, qual?		
Na sua comunidade há BCS? () SIM () NÃO Você participa? () SIM () NÃO Qual a importância?		
Há quantos anos planta feijão?	Há quanto tempo vende feijão?	
Você vende feijão: () seco () maduro		
Onde você vende o seu feijão? Se for na feira, qual é a feira?		
Existe outro local que você pode vender seu feijão na região? Onde?		
Você sabe onde é consumido o feijão que você vende para o atravessador? () SIM () NÃO Onde?		
Quantos sacos de feijão você vende em média por ano?		
Você consegue vender todas as variedades que planta? Por quê?		
Fale o que você acha dos preços pagos pelo atravessador?		
Quando se associou a Coopaf e por quê?		
O que acha do Projeto da Coopaf?		
Quais são as contribuições da Coopaf para a sua família e sua comunidade?		
O que poderia ser feito para melhorar a Coopaf? Quem poderia fazer?		

**ENTREVISTA COM LISTA DE VARIEDADES PARA AGRICULTORES DA
COOPAF**

Nome da Variedade	Quais variedades seu pai e seu avô plantavam, consumiam e vendiam? De onde conseguiram essas sementes?	Quais variedades você planta hoje? Em que quantidades? Há quanto tempo?	Quais variedades de feijão você planta para o consumo?	Quais variedades você vende hoje para o atravessador?
Bage rosa /Bico de ouro				
Bage roxa				
Bala				
Boi deitado				
Café				
Caianinha/Rosinha				
Canarinho				
Carioca				
Carrapatinho				
Chitadinho				
Crainha				
Enxofre				
Crista de Galo/Agulha				
Favita/Safra nova				
Fogo na Serra (vermelho)				
Fogo na Serra (roxo)				
Gordo				
Lagartixa				

Lavandeira				
Leite				
Manteiga				
Mão Curta				
Mulatão				
Mulatinho legítimo				
Palhinha				
Pau				
Pau Branco				
Preto				
Preto Bala				
Preto Costa Rica				
Preto Quixabinha				
Preto mulatinho				
Olho de Cabra				
Rim de porco				
Rosinha legítimo				
Rosinha claro				
Vermelhinho				
Outras variedades:				

Por que planta essas variedades para o consumo?

R:

Por que essas variedades são vendidas?

R:

APÊNDICE D - ENTREVISTA COM A DIRETORIA DA COOPAF

Nome da cooperativa:			
Nome dos componentes da diretoria da Coopaf	Idade:	Escolaridade:	Sexo:
			() M () F
			() M () F
			() M () F
			() M () F
			() M () F
			() M () F
Há quantos anos a COOPAF existe?			
Nº de associados:	De quais municípios?		
Qual é a capacidade de produção da planta da unidade de beneficiamento? Quantos sacos de feijão serão beneficiados por mês? Quais equipamentos estão no projeto?			
Quando começa a operar o projeto?			
Quais são os objetivos da Coopaf quando sair o projeto produtivo?			
Qual é o planejamento de vocês para inserção no mercado? Onde querem vender? Como querem atuar?			
Por que organizar um projeto para a comercialização de feijão sob o controle dos agricultores?			
Fale o que você acha dos preços pagos pelo atravessador para os agricultores?			
Vocês acreditam que através da Coopaf é possível elevar o preço pago ao agricultor pelo saco de feijão?			
Vocês acham que os mercados locais tem espaço para todas as variedades de feijão da região? Por quê?			
Quais são as contribuições da Coopaf para a vida dos cooperados e para as comunidades?			
O que a Coopaf poderia fazer para melhorar a organização produtiva dos agricultores do território do feijão?			
O que é o GTG do Feijão? Que ano começou e quem compõe?			
Quais atividades o GTG conseguiu desenvolver que veio beneficiar a Coopaf?			
Quais instituições apoiam o GTG e a Coopaf? Apoiam de que forma?			
Qual o papel do PRORURAL junto a Coopaf?			

**ENTREVISTA PARA DIRETORIA DA COOOAF COM
LISTA DE VARIEDADES DE FEIJÃO**

Nome da variedade de feijão	Quais são as variedades mais plantadas pelos cooperados? (estabelecer ranking 1º lugar, 2º lugar, 3º lugar)	Quais as variedades serão comercializadas de preferência quando sair o projeto?
Bage rosa /Bico de ouro		
Bage roxa		
Bala		
Boi deitado		
Café		
Caianinha/Rosinha		
Canarinho		
Carioca		
Carrapatinho		
Chitadinho		
Crainha		
Enxofre		
Crista de Galo/Agulha		
Favita/Safra nova		
Fogo na Serra (vermelho)		
Fogo na Serra (roxo)		
Gordo		
Lagartixa		
Lavandeira		
Leite		
Manteiga		

Mão Curta		
Mulatão		
Mulatinho legítimo		
Palhinha		
Pau		
Pau Branco		
Preto		
Preto Bala		
Preto Costa Rica		
Preto Quixabinha		
Preto mulatinho		
Olho de Cabra		
Rim de porco		
Rosinha legítimo		
Rosinha claro		
Vermelhinho		
Outras variedades:		

Por que essas variedades são as mais plantadas pelo cooperados?

R:

Por que essas variedades são as preferenciais para a comercialização?

R:

E as outras variedades pretendem ser comercializadas? () sim () não, por quê?

R:

**APÊNDICE E – ENTREVISTA COM AGRICULTORES ASSOCIADOS
AOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE SEMENTES**

Nome do entrevistado:		
Idade:	Escolaridade:	Sexo: () M () F
Você é daqui da comunidade? () SIM () NÃO, de onde?		Há quanto tempo mora aqui?
Quantos filhos você tem?		
Quem trabalha na roça de feijão? () trabalha sozinho () você e os filhos () você e a esposa () todos os familiares () você com trabalhador contratado. Quantos?		
O que você planta além de feijão? () milho () fava () mandioca () macaxeira () outro _____		
Há quantos anos planta feijão?	Há quanto tempo vende feijão?	
Você vende feijão: () seco () maduro		
Onde você vende o seu feijão? Se for na feira, qual é a feira?		
Quantos sacos de feijão você vende em média por ano?		
Existe outro local que você pode vender seu feijão na região? Onde?		
Fale o que você acha dos preços pagos pelo atravessador?		
Você consegue vender todas as variedades que planta? Por quê?		
O que você acha de ter um Banco de Sementes na comunidade, e qual é a importância?		
O Banco está funcionando? Se não está, por que não?		
Quais são as contribuições do Banco para a sua família e sua comunidade?		
Quais instituições apoiam o Banco de Sementes? Apoiam de que forma?		
O que poderia ser feito para melhorar o Banco? Quem poderia fazer?		

**ENTREVISTA COM LISTA DE VARIEDADES PARA AGRICULTORES
DOS BANCOS DE SEMENTES**

Nome da Variedade	Quais variedades seu pai e seu avô plantavam, consumiam e vendiam? De onde conseguiram essas sementes?	Quais variedades você planta hoje? Em que quantidades? Há quanto tempo?	Quais variedades de feijão você planta para o consumo?	Quais variedades você vende hoje para o atravessador?
Bage rosa /Bico de ouro				
Bage roxa				
Bala				
Boi deitado				
Café				
Caianinha/Rosinha				
Canarinho				
Carioca				
Carrapatinho				
Chitadinho				
Crainha				
Enxofre				
Crista de Galo/Agulha				
Favita/Safra nova				
Fogo na Serra (vermelho)				
Fogo na Serra (roxo)				
Gordo				
Lagartixa				

Lavandeira				
Leite				
Manteiga				
Mão Curta				
Mulatão				
Mulatinho legítimo				
Palhinha				
Pau				
Pau Branco				
Preto				
Preto Bala				
Preto Costa Rica				
Preto Quixabinha				
Preto mulatinho				
Olho de Cabra				
Rim de porco				
Rosinha legítimo				
Rosinha claro				
Vermelhinho				
Outras variedades:				

Por que planta essas variedades para o consumo?

R:

Por que essas variedades são vendidas?

R:

